

Elizabeth Christina de Andrade Lima

✓ **Mulheres** na
disputa e no
poder político
na **Paraíba**





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Elizabeth Christina de Andrade Lima

**Mulheres na disputa e no
poder político na Paraíba**



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | Diretor

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

L732m Lima, Elizabeth Christina de Andrade.
Mulheres na disputa e no poder político na Paraíba /
Elizabeth Cristina de Andrade Lima. – Campina Grande :
EDUEPB, 2022.
122 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 6,3 MB.

ISBN: 978-85-7879-722-5 (E-book)
ISBN: 978-85-7879-717-1 (Impresso)

1. Mulheres e política – Paraíba. 2. Ciências políticas.
3. Feminismo – Política. I. Título.

21. ed. CDD 305.4

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patricia Silva Moura – CRB-15/945

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Mulheres na disputa e no poder político na Paraíba



Campina Grande/PB

2022

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Apresentação, 11

CAPÍTULO I

A Emergência do Feminino nas Eleições Municipais de 2004 em Campina Grande , 23

Introdução, 25

Informações sobre a pesquisa, 27

A disputa das mulheres por espaços de poder, 30

CAPÍTULO II

Mulher e participação política: a construção da imagem pública das candidatas a prefeitura de Campina Grande nas Eleições 2012, 65

Introdução, 67

Apresentando as candidatas, 70

Como construir personas públicas, 77

CAPÍTULO III

Pior do que ser é parecer ser: estigma e relações de gênero na campanha de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em Campina Grande, **83**

Introdução, 85

Como se desfaz um fenômeno eleitoral, 86

CAPÍTULO IV

Como se faz e se desfaz um “fenômeno eleitoral”: as campanhas de Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros, **113**

Introdução, 115

O ingresso na vida política, 116

Confrontando a imagem pública de Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros, 121

CAPÍTULO V

A Continuidade do poder através das mulheres: Famílias Ribeiro e Toscano na Paraíba, **133**

Introdução, 135

As formas de ingresso na política, 136

Trajetórias e inserção na vida pública, 140

CAPÍTULO VI

As oligarquias políticas da Paraíba e o ingresso das mulheres nos espaços de poder – Senadora Daniella Ribeiro, 155

Introdução, 157

Poder político de base familiar, 159

A inserção das mulheres na política pela via familiar, 164

CAPÍTULO VII

Participação feminina nos espaços de poder: atuação parlamentar e condição de gênero na Assembleia Legislativa da Paraíba, **187**

Introdução, 189

As mulheres na política: “condição de gênero” e a atuação política na Assembleia Legislativa da Paraíba, 190

Um pouco da atuação parlamentar da ‘bancada feminina’ na Assembleia Legislativa, 195

CAPÍTULO VIII

A Sub-representação das mulheres nos espaços de poder e a Lei de Cotas, 213

Introdução, 215

A inserção de mulheres nos espaços de poder e a Lei de Cotas, 216

“O dia do empoderamento feminino”: lutas e confrontos por espaços de poder, 224

Apresentação

É com imenso prazer que trago à público o livro: **Mulheres na disputa e no poder político na Paraíba**. Os artigos que compõem o livro, num total de oito capítulos, são resultados de Pesquisas desenvolvidas pelo PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, junto ao CNPq/UFPG, ao longo dos anos de 2005 a 2014. Como também fruto de orientações acadêmicas desenvolvidas, no mesmo período, com alunas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFPG.

Os artigos do livro, em sua primeira versão, foram publicados em Revistas especializadas e apresentados em Congressos, Seminários e Encontros ao longo dos anos de realização das pesquisas e depois delas, os quais, igualmente, foram publicados nos Anais dos referidos eventos. Sempre preocupada com a emergência do feminino nos espaços de poder, tais pesquisas busca-

ram cobrir as campanhas de candidatas a Prefeitura da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, nos anos de 2004, 2008, 2012 e 2014, bem como as campanhas, eleições e atuação parlamentar de Vereadoras e Deputadas Estaduais nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, voltadas principalmente para análise de símbolos, práticas e discursos que informam a participação de mulheres no cenário político. Um dos intentos principais para reunir os capítulos do livro, agora revistos, revisados e ampliados, pode ser resumido na necessidade premente de informar e reforçar a realidade das dificuldades e entraves que enfrentam e sofrem as mulheres na disputa eleitoral.

Desde o registro da candidatura, até a realização da campanha propriamente dita, é comum existirem dificuldades de ordem financeira, de apoio político, de construção do *marketing* político na construção dessas candidaturas. É como se o “espaço da política” e a “cultura” buscassem sinalizar para as mulheres políticas que este não é seu nicho, que a vitória é quase impossível e em sendo vitoriosas, não saberão legislar, governar, enfim, participar do mundo da política, com igual competência, como o homem participa.

Tais estereótipos de gênero, muitos deles com um forte contorno de violência política de gênero e de misoginia, provocam a desistência e o desencanto para muitas mulheres buscarem e acreditarem ser possível participar da disputa político partidária. Àquelas que com diferentes trajetórias sociais e culturais, em movimentos sociais, associações, sindicatos se preparam, paulatinamente, para tal disputa, deve ser “ovacionada” por sua coragem de “enfrentar a toca dos leões”. Igualmente, aquela filha, esposa, mãe, descendente de um nome de família tradicional, cuja continuidade no poder se dá pelo chamado “capital político familiar”, de igual maneira, pois certamente, mesmo com todo aparato do nome de família, não encontrará caminho fácil

em busca da vitória, exatamente em decorrência do recorte de gênero.

Mesmo sabendo de uma certa longevidade na qual esses artigos foram produzidos, ainda se destaca a sua atualidade, pois, passados esses anos e as leis de cota para mulheres disputarem esses espaços de poder, inicialmente 20% da cota mínima de inscrição para cada um dos sexos, no ano de 1994 e a revogação da Lei para 30% da cota mínima de inscrição para cada um dos sexos, no ano de 1997, pouca coisa ou quase nada mudou.

As mulheres continuam a ter grande dificuldade na disputa por espaços de poder. Ousaria até afirmar que na atual conjuntura de acesso ao poder de grupos conservadores, de extrema direita e da participação de grupos religiosos fundamentalistas no poder legislativo, essa dificuldade ganha relevo e se intensifica.

Daí se justifica a atualidade dos artigos que compõem este livro, pois cada um deles, busca destacar a capacidade política, a coragem e a força de várias mulheres que “ousaram” fazer diferente, tentar disputar de igual para igual e ocupar um espaço de poder no legislativo brasileiro. Diria, que este livro é uma homenagem que faço a essas mulheres; em suas entrevistas reconheci por meio de suas falas a postura de coragem, enfrentamento e empoderamento do feminino. Conheci mulheres fortes, conscientes de seu lugar social e de como poderiam contribuir na construção de uma sociedade cada vez mais igualitária, justa e democrática.

Com diferentes ideologias e cores partidárias essas mulheres me convenceram, sobretudo, que a despeito das diferenças, cada uma poderia, ao seu modo, interferir na sociedade por meio de suas ações, de suas atuações parlamentares, e tais impressões me deixaram muito feliz.

Os diferentes capítulos que compõem este livro podem ser lidos de modo independente, considerando que fazem parte de momentos distintos, porém, articulados, de perceber e registrar a temática. No entanto, são, como já dito acima, resultado de pesquisas cobrindo, pelo menos, os primeiros 14 anos, do século vinte e um, de campanhas eleitorais de mulheres pela gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande ou pelo ingresso nas Câmaras ou Assembleias Legislativas.

Os capítulos do livro estão mais ou menos organizados numa perspectiva cronológica, iniciando-se na investigação da campanha de 2004, até chegar ao ano de 2014. No primeiro capítulo intitulado: **A emergência do feminino nas eleições municipais de 2004 em Campina Grande**, que contou com o auxílio de meu bolsista PIBIC/CNPq/UFCEG, Diego Mousinho, que comigo coletou dados referentes a campanha de 2004, analiso a emergência de lideranças femininas na política local. Tomo como caso para investigação as candidaturas de Cozete Barbosa (PT) e Lídia Moura (PSB) à Prefeitura Municipal de Campina Grande, no ano de 2004. O texto problematiza a instituição dessas lideranças na cidade para compreender o lugar por elas ocupado na mídia e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

Para tanto, me preocupei em responder aos seguintes questionamentos: como se instituem politicamente essas candidaturas femininas? Qual a trajetória pessoal e o cotidiano cultural dessas candidatas? Quais os seus discursos, expectativas e como se colocam enquanto mulheres, no contexto de disputa eleitoral? Tais questões foram respondidas a partir da análise de conteúdo dos discursos dos jornais e das falas das candidatas em suas aparições públicas, tais como no HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – e nos debates entre os candidatos nas redes de TV locais.

O segundo capítulo: **Mulher e participação política: a construção da imagem pública das candidatas a prefeitura de Campina Grande nas Eleições de 2012**, que contou com o auxílio de minha bolsista PIBIC/CNPq/UFCEG, Ana Paula Nascimento, que comigo realizou as entrevistas com as candidatas, parte de uma averiguação: que a expressividade numérica das candidaturas femininas na política brasileira na última década tem se tornado uma constante, mesmo que ainda insuficiente, reproduzindo-se uma situação de sub-representação do feminino na política.

A utilização de uma “condição de gênero”, a construção de um certo “essencialismo e singularidade do feminino” por meio da exaltação de um “perfil feminino”, de “atributos próprios do ser mulher” (cuidado maternal, carinho, sensibilidade, zelo), aliados a uma “condição masculinizada” (competência, força, coragem, firmeza), parecem ser fundamentais no que se refere a construção de seus perfis de campanha e apresentação de suas imagens públicas.

O conceito de imagem pública remete a um construto de ideias, julgamentos, percepções que é compartilhada por uma coletividade a fim de caracterizar um sujeito. Assim, investigo e analiso – a partir da observação participante em eventos de campanha, da análise dos materiais de propaganda eleitoral e da realização de entrevistas – como as candidatas Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros construíram suas imagens públicas, e principalmente busco entender como as mesmas foram significadas pelo eleitorado campinense e pela mídia local.

O terceiro capítulo intitulado: **Pior do que ser é parecer ser: estigma e relações de gênero na Campanha de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em Campina Grande**, surge de uma experiência por mim vivida quando a cidade de Campina Grande estava em plena Campanha Eleitoral para escolha do prefeito municí-

pal. Para tanto, realizei rápidas enquetes sobre as “motivações do voto”, e neste ínterim, indaguei a um conhecido carroceiro de minha rua em quem ele iria votar para prefeito da cidade, de Campina Grande, naquela campanha de 2012. A sua resposta me provocou um grande susto, disse ele: *“Eu ainda não sei, só não voto na rapariga de Veneziano!”* Essa fala me deixou não só bastante perplexa, dada a ênfase com a qual nosso interlocutor se pronunciou, como me levou a refletir sobre a atualização do estigma “da outra” dirigido a amante de homem casado. Ainda há um agravante a se misturar nesta questão: o fato de que essa aludida “rapariga” não era uma “mulher qualquer”, desconhecida dos cidadãos de sua cidade, tratava-se de uma das candidatas a prefeitura da cidade de Campina Grande, e Veneziano, igualmente, não era uma pessoa anônima, mas o atual prefeito e o principal cabo eleitoral da referida candidata.

Durante a campanha eleitoral de 2012 um eficiente “circuito de boatos” se propagou na cidade e dava conta de que a candidata Tatiana Medeiros (PMDB), apoiada pelo atual prefeito, Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) supostamente teriam um relacionamento amoroso e que a escolha do prefeito por seu nome se daria exatamente em decorrência da relação amorosa entre os dois. Tal boato caiu como uma “bomba” na cidade e a despeito de toda vida pública da candidata, anterior a sua própria inserção na vida política, ser médica ortopedista, reconhecida localmente como uma profissional competente, filha também de médico e de nome de família tradicional local, tudo isso não foi suficiente para de certa maneira, sufocar o boato construído. Pesou ainda contra a candidata, um outro forte estigma: o de ser uma mulher separada e mãe de quatro filhos, de dois relacionamentos. A fama de mulher independente, liberada sexualmente, falou-se muito de suas várias aventuras amorosas com diferentes parceiros, e ainda, de ser amante do prefeito, ajudaram na construção de uma imagem pública altamente estig-

matizada e antipática a uma sociedade e cultura marcadas pelo conservadorismo moral, preconceito e discriminação contra as mulheres e a quem “ousa” ser “diferente”.

Assim, no artigo problematizo sobre os estereótipos dirigidos as mulheres e o uso dos mesmos, especialmente o de “amante de homem casado”, quando está em jogo, a disputa por espaços de poder. O intento é construir algumas reflexões que apontem para a existência de uma espécie de subterrâneo, de bastidores que são construídos durante a realização de uma campanha eleitoral no sentido de tentar desqualificar, até mesmo destruir a candidatura feminina por meio do acionamento de valores que continuam bastante atuantes na cultura brasileira.

No quarto capítulo **Como se faz e se desfaz um “fenômeno eleitoral”: as campanhas de Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros**, investigo e analiso como as candidatas à prefeitura de Campina Grande, nas eleições 2012, Daniella Ribeiro (PP) e Tatiana Medeiros (PMDB) construíram a sua Imagem Pública. Constatei que a imagem pública construída pelas candidatas passou por um verdadeiro “bombardeio”, através, principalmente, de um eficiente “circuito de boatos”, construído pelas outras candidaturas masculinas, especialmente pelo *marketing* político do candidato, que acaba saindo vencedor, Romero Rodrigues (PSDB) cujo fim, ao que tudo indica, foi o de desqualificar as suas candidaturas, por meio de um discurso, sobretudo, sexuado. Por fim, o intento foi analisar – a partir da observação participante em eventos de campanha, da análise dos materiais de propaganda eleitoral e da realização de entrevistas – como essas imagens foram construídas e, principalmente, perceber e entender como tais imagens foram significadas e resignificadas pelas próprias candidatas, pelo eleitorado campinense e pela mídia local.

Observei, por fim, como Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros incorporaram personagens pautados na independência, na competência administrativa e na experiência política, na trajetória e capacidade profissional, no cuidado maternal, para ao fim detectar, no entanto, que a maneira como estas se conduziram, como construíram seus discursos, suas imagens, foram absorvidas e interpretadas de diferentes maneiras pelo público eleitor e pela mídia local, demonstrando enfim, como é relativamente fácil, no jogo da disputa, se fazer e se desfazer um “fenômeno eleitoral”.

O quinto capítulo: **A continuidade do poder através das mulheres: Famílias Ribeiro - Toscano na Paraíba**, busca problematizar a disputa das mulheres por espaços de poder. O intento é refletir sobre a inserção das mulheres no meio político por meio do “nome de família”. Tomando como caso para análise o ingresso ao poder político das mulheres das famílias Ribeiro e Toscano, no Estado da Paraíba. A família Ribeiro possui um poder ligado a cidade de Campina Grande e a família Toscano, a cidade de Guarabira.

É um fato a situação de sub-representação das mulheres na política, tanto nos poderes Executivo quanto no Legislativo. Os dados oferecidos, a cada eleição, pelo Tribunal Superior Eleitoral atestam essa assertiva. Assim, mesmo com a Lei de Cotas, que institui o mínimo de 30% de vagas destinadas para cada um dos sexos, a situação de sub-representação perdura. Com base no exposto, usando como pretexto as atuações parlamentares das duas citadas Deputadas Estaduais, busco problematizar até que ponto a pequena participação da mulher nos espaços de poder se deve a uma questão de gênero, de resistência ao voto numa candidatura feminina, ou até que ponto o que falta na verdade, a essas candidatas, é uma “filiação familiar” tradicionalmente conhecida e reconhecida. Ou seja, até que ponto o chamado “capital político familiar” não se sobrepõe à questão de gênero.

O sexto capítulo que compõe este livro intitulado: **As oligarquias políticas da Paraíba e o ingresso das mulheres nos espaços de poder – Senadora Daniella Ribeiro**, trata da continuidade do poder dos grupos oligárquicos no Estado da Paraíba. Como caso para análise, tomo para estudo a família Ribeiro, hoje representada por sua figura mais ilustre: a Senadora da República Daniella Velloso Borges Ribeiro.

Tal grupo familiar exerce seu poder na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, há pelo menos 40 anos, e de lá para cá vem se perpetuando a partir do avô, Enivaldo Ribeiro, o “chefe do clã” dos Ribeiro; da avó, Virginia Veloso Ribeiro; do filho, Aguinaldo Ribeiro; da filha Daniella Ribeiro e do neto, Lucas Ribeiro. Ou seja, três gerações de descendentes se alternando no poder local, seja nos poderes Executivo, seja no Legislativo.

Tais membros já ocuparam ou ocupam os cargos de: Prefeito, Vice-prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Ministro de Estado. Ou seja, já cumpriram mandatos nas esferas municipal, estadual e federal, o que demonstra não só a longevidade, mas a força política deste grupo familiar.

Para tanto, realizei entrevistas abertas semi-estruturadas com Daniella Ribeiro, que à época exercia o mandato de Deputada Estadual e que gentilmente me recebeu em seu gabinete na Assembleia Legislativa, no dia 13 de fevereiro de 2017.

O sétimo capítulo: **Participação feminina nos espaços de poder: atuação parlamentar e condição de gênero na Assembleia Legislativa da Paraíba**, parte da percepção de que o advento da participação das mulheres na política suscita alguns pontos para reflexão: a trajetória enfrentada por mulheres a fim de conquistar o espaço público e deixar a condição de subordinada à esfera privada e do lar, as dificuldades e preconceitos ainda enfrentados, para a instituição de posição dentro da prática política e a ineficácia da Lei de Cotas, são alguns dos aspectos que são discutidos

quando se trata da disputa das mulheres por espaços de poder. Desse modo, o artigo problematiza sobre a “condição de gênero”, tomando como caso para análise a atuação parlamentar das três representantes femininas da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, eleitas na Campanha de 2014.

A construção da análise proposta se deu a partir de dados coletados no *Ciberespaço*, especialmente nas redes sociais, como o *Facebook* e do acompanhamento das principais reportagens publicadas nos *sites* e *blogs* locais, referentes às atividades e ações públicas das Deputadas.

No oitavo e último capítulo do livro intitulado: **A sub-representação das mulheres nos espaços de poder e a Lei de Cotas**, apresento a evidência para o fato de que a disputa das mulheres nos espaços de poder vem, ao longo dos anos, despertando o interesse de pesquisadores das mais variadas áreas das chamadas Ciências Humanas e Sociais. O advento da participação de mulheres na política suscita algumas particularidades e questionamentos que merecem e necessitam de problematização e investigação científica. A trajetória por elas percorrida a fim de conquistar o espaço público e deixar a condição de exclusividade na esfera privada e do lar, as formas e os meios de inserção utilizados para adentrarem em tais espaços, as dificuldades, obstáculos e preconceitos ainda enfrentados para a instituição de posições na atividade política, a relação entre a “condição de gênero” e a prática política, o fato de, apesar dos avanços e conquistas, a presença destas nesses espaços de poder e decisão, ainda representarem números de pouca expressão e a consequente ineficácia da Lei de Cotas, são alguns dos aspectos observados, questionados e discutidos no que se refere à participação de mulheres na vida pública e política.

Faz parte ainda do texto a reconstituição de como transcorreu a votação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda

Constitucional, a qual tramita desde o ano de 2007, inicialmente conhecida como “PEC da infidelidade partidária” que pretendia regulamentar os mandatos e as trocas de partidos ocorridas durante a legislatura.

Durante o trâmite, tal PEC sofreu emendas, sendo, ainda, apensada a diversas outras PEC’s, recebendo, finalmente, a “alcunha” de “Reforma Política”, em que se passou a rever o sistema de votação proporcional e majoritário vigente no País. Aproveitando o ensejo, a bancada feminina propôs a cota de 10, 12 e 15% de vagas de senadores, deputados e vereadores para as mulheres, respectivamente e progressivamente na primeira, segunda e terceira legislaturas.

A partir do exposto, convido assim, o leitor a fazer essa viagem pela história recente da política paraibana e da inserção do feminino nas disputas pelo poder político. Destaco as lutas, a determinação, a força e perseverança dessas mulheres em reivindicar sua presença na representação política, diante de uma realidade ainda extremamente desigual. Escreveu alhures a cientista política Flávia Biroli, que no Brasil vivemos uma situação de incompletude da Democracia e que esta só será plena quando as mulheres alcançarem a paridade eleitoral em relação as candidaturas masculinas.

Espero que os artigos sirvam à curiosidade acadêmica e suscite nos estudiosos da área, cada vez mais reflexões sobre a inserção e disputa das mulheres nos espaços de poder, para quem sabe, num futuro próximo, seja possível, realmente, se falar em equidade política. Boa leitura!

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Campina Grande, 15 de janeiro de 2022

CAPÍTULO I

A Emergência do Feminino nas Eleições Municipais de 2004 em Campina Grande

Introdução

No artigo analiso a emergência das lideranças femininas na política local. Particularmente tomo como caso para análise, a disputa das eleições municipais de 2004, na cidade de Campina Grande,¹ no Estado da Paraíba. Merece investigação a disputa eleitoral à Prefeitura do Município de Campina Grande no ano de 2004. Cabe apontar duas questões fundamentais sobre o referido pleito: pela primeira vez na história das eleições em Campina Grande ocorre a candidatura de duas mulheres ao cargo de prefeita: as Sras. Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (PT) e Lídia de Moura Silva Cronemberger (PSB), na disputa com outros três candidatos, os Srs. José Araújo do Nascimento (PMN), Rômulo José de Gouveia (PSDB) e Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (PMDB) e em poucas campanhas eleitorais, a cidade viveu uma disputa tão acirrada entre grupos políticos. O que foi visto nas ruas, nos palanques, nos debates televisivos, nos jornais e rádios locais foi uma verdadeira guerra de poderes entre os grupos políticos denominados como “Cunha Lima” e “Maranhão”² e uma disputa, principalmente no segundo tur-

1 A cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, situa-se no Agreste da Borborema e ocupa uma área de 970 Km². Dista 122 Km de João Pessoa, Capital do Estado. De acordo com o censo do IBGE, de 1991, a população era de 325.789 habitantes, sendo, 152.424 homens e 173.365 mulheres.

2 “Desde 1998 que a política, especialmente a partidária e a eleitoral na Paraíba, passou a ser subordinada à disputa entre o grupo político do então governador e hoje senador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, liderado pelo ex-governador e então senador – hoje deputado federal – Ronaldo Cunha

no, entre as cores, o laranja – para o candidato Veneziano Vital, apoiado pelo grupo “Maranhão” e o verde – para o candidato Rômulo Gouveia, apoiado pelo grupo “Cunha Lima”.

Ocorre que as mulheres, no interior desse campo de disputa entre grupos políticos, mesmo que não chegando ao segundo turno das eleições, adquirem visibilidade política; estão elas nos debates promovidos pelas redes de televisão locais, nos comícios, nas carreatas e passeatas; estão elas fazendo uso de suas imagens de mulher para conquistar não só o voto, mas a legitimidade de suas candidaturas a partir de um discurso, sobretudo, sexuado.

Em outras palavras, atributos tais como: o ser mulher, o ser mãe, o ser dona-de-casa, passam a servir como uma espécie de contrapeso, de alternativa a desconstruir e despolarizar a luta

Lima, tendo como adjunto seu filho, o então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, posteriormente, dirigente principal, por conta de acidente vascular cerebral sofrido pelo pai. Egresso do antigo MDB, jovens deputados estaduais no início dos anos 1960, cassados pelo Ato Institucional nº 5, no pós 1968, Ronaldo Cunha Lima e José Maranhão seguiram carreira no PMDB, sem enfrentamentos até 1998. Em 1994, o PMDB elege o governador Antônio Mariz, tendo como vice-governador José Maranhão, e como senador Ronaldo Cunha Lima. Com a morte do titular, José Maranhão assume o governo de Estado e, no decorrer do mandato, articula a sua reeleição. A disputa pela indicação convencional é travada previamente na disputa pelo controle do Diretório Estadual que, rapidamente, degenera em guerra aberta pela cooptação dos delegados convencionais. O governador Maranhão sai vitorioso, com a sua indicação como candidato à reeleição assegurada. É eleito governador, em chapa partidária, com 80,72% dos votos válidos contra 16,11% da coligação PSB-PT. A perda do controle partidário levará o grupo Cunha Lima, após as eleições municipais de 2000, a migrar, pelas suas lideranças principais, para outro partido. O escolhido foi o PSDB, como via para manter garantido o acesso do grupo ao Palácio do Planalto, estabelecendo-se também aí – na relação do plano estadual com o governo federal – a disputa renhida pela interlocução oficial, pelo atendimento dos pleitos e demandas e por indicações de cargos”. ARAÚJO (2005, p. 89-99).

política local. As referidas candidatas se apresentam aos seus eleitores, sobretudo, como alternativa de mudança, de transformação completa dos “vícios políticos locais”, enredados pela sucessão alternada do poder.

E a partir de todo um contexto de aparições práticas e enunciações discursivas, elas ganham visibilidade cultural e política e se apresentam a sociedade local como fortes candidatas, que mesmo não vencendo no primeiro turno, adquirem *status* de “mulheres políticas” e de certa forma, introduzem na cidade a inserção do feminino na política. Por ser um fato inédito nas campanhas eleitorais locais à Prefeitura Municipal é possível pensarmos essas candidaturas femininas como modelos paradigmáticos no sentido de a partir dessa experiência, analisar os lugares e os não-lugares³ da mulher na política.

Informações sobre a pesquisa

Neste artigo tomo a política e a emergência de lideranças femininas na cidade de Campina Grande enquanto *representação*. De acordo com o conceito elaborado por Denise Jodelet, considero as Representações Sociais das imagens políticas construídas pelas e para as candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura, bem como a emergência das lideranças femininas em Campina Grande

como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma interação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (JODELET, 2001, p. 22)

³ Sobre as noções de lugar e de não-lugar, consultar Marc Augé, 1994.

Neste sentido, não busco analisar a política a partir das instituições sociais, mas tento refletir, através do que os candidatos, os eleitores e a mídia dizem e fazem com elas, como as qualificam, qual o significado que lhes atribuem.

No mesmo sentido, tomo a política e a emergência de lideranças femininas como integrantes da cultura, e, portanto, passíveis também de reelaborações simbólicas. Por cultura, *locus* onde são geradas as representações, adoto, ao modo de Magalhães (1998), a noção de que ela é um

conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos, próprias a vários grupos que compõem a sociedade; enquanto processo de simbolização e prática significativa, e é exclusivamente dentro desse quadro que podemos tomar a política enquanto objeto de elaboração e reelaboração simbólica, enquanto prática que adquire distintos significados em diferentes culturas. (MAGALHÃES, 1998, p. 28)

Em outros termos, “a cultura é algo que se constitui num processo contínuo de interação social em que os símbolos e seus significados são reinterpretados, disputados, negociados continuamente” (ZALUAR, 1986, p.119) e que “discurso e prática não são realidades que se opõem uma operando por distorção com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado”. (MAGNANI, 1986, p.140)

Entendo, enfim, a construção do discurso político como assumindo uma dupla posição: “por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. Ele

deve inscrever seu projeto na longevidade de uma ordem social, que depende dos valores transcendentais fundados historicamente” (CHARAUDEAU, 2006, p.79).

Por fim, adoto a ponderação feita por Barreira (1998, p.110) para o fato de que “é importante também explicitar a necessidade de pensar as candidaturas de mulheres em sua expressão plural, evitando trabalhar com o conceito de mulher como unidade social, o que poderia levar a afirmações como “a mulher age na política” ou “a mulher pensa a política”. As candidatas possuem experiências variadas de constituição de um capital político com base em distintas trajetórias. Interessa assim, não só levar em consideração essas trajetórias, mas reconstituí-las.

Para efeito de descrição de materiais e métodos esse artigo é resultado de dois níveis de análise: trabalho num primeiro momento, com os discursos produzidos no Brasil sobre a relação entre cultura, mídia e política, particularmente sobre a emergência das candidaturas femininas, objetivando dar conta da formação e construção de lideranças femininas em Campina Grande. E, num segundo momento, faço incursões nos arquivos da imprensa local – particularmente os Jornais da Paraíba e Diário da Borborema, sobre a cobertura das Eleições Municipais de 2004, buscando detectar como foram construídos as imagens e os discursos sobre as candidaturas femininas; além de fazer uso de vídeos das Campanhas Políticas no HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, debates televisivos, discursos proferidos pelas candidatas em seus comícios e músicas de campanha.

Quanto à coleta de material nos arquivos dos Jornais a dificuldade foi imensa, pois no Jornal da Paraíba não foi disponibilizado as matérias jornalísticas dos meses de setembro, outubro e novembro de 2004, sob a alegação de que tal proibição era fruto de uma decisão política da citada empresa. Conseguimos

realizar pesquisa nos arquivos do Diário da Borborema, no entanto, não foi disponibilizado o material para xerocopiá-lo, aderi ao recurso de fotografar as matérias e assim coletar os dados.

Busquei, ainda, pesquisar algumas matérias em jornais de assinantes particulares, além do SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema, uma vez que a candidata Cozete Barbosa foi líder sindical e certamente poderia encontrar materiais sobre a sua trajetória sindical e política, como de fato encontrei.

Quanto à coleta de material audiovisual adquiri, na íntegra, os Programas Gratuitos de Propaganda Eleitoral da candidata Lídia Moura, e só dois guias da candidata Cozete Barbosa; bem como adquiri um vídeo doméstico do debate ocorrido entre os candidatos à Prefeitura de Campina Grande, patrocinado pela TV Paraíba, afiliada da Rede Globo de Televisão. Coletei, ainda, imagens das candidatas em suas trajetórias políticas, bem como panfletos, santinhos e materiais de campanha.

A disputa das mulheres por espaços de poder

Já não é mais um fato raro a inserção das mulheres no espaço da política.⁴ Para se ter uma ideia, se se toma como exemplo as eleições municipais do ano de 1996, em matéria veiculada pela revista Isto É, de 02 de outubro, do referido ano, com o título de capa: “o fim do machismo – as mulheres tomam conta de duas capitais do Nordeste”, “nada menos que 70 mil candidatas a vereador vão disputar a eleição” e acrescenta:

4. Já estamos bem distantes do ano de 1929 quando a cidade de Lages, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, elegeu a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano. MEIRELES, Andrei, PEDROSA, Mino. “O salto do poder Feminino”. Revista Isto É, São Paulo, 1996.

Esse crescimento pode em parte ser creditado a nova lei que reserva a elas 20% das vagas nas chapas partidárias que concorrem às Câmaras Municipais. Mais do que a exigência legal, a participação feminina impressiona por seu potencial de votos. Num verdadeiro arrastão de saias, 22 candidatas tentam conquistar nas urnas o passaporte para o comando da administração de 13 capitais brasileiras.

Assim, uma das principais características gerais das eleições de 1996, apontadas tanto pela imprensa quanto por estudiosos da política, refere-se à presença e ao desempenho de candidatas à prefeitura de algumas capitais de porte médio do país. Atividade que, diga-se de passagem, era até então preferencialmente postulado e ocupado pelos homens.⁵ Como resultado final do referido pleito e considerando-se as informações do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que após analisar os resultados eleitorais, atestou um crescimento de 76,61% de prefeitas eleitas no último pleito eleitoral (MIGUEL, 1997).

Dez anos depois às eleições de 1996, o que se observa é uma ampliação no número de mulheres, desta feita, no parlamento brasileiro, para se ter uma ideia

a bancada feminina da Câmara Federal receberá, em 2007, 42 deputadas; e o Senado passará de 8 para 11 mulheres, conforme balanço do Departamento Intersindical de

5. Para se ter uma idéia, no ano de 1996, concorreram à prefeitura de João Pessoa, capital da Paraíba, três mulheres: Lúcia Braga (PDT), Nadja Palitot (PSB) e Lourdes Sarmiento (PCO), contra dois candidatos: Cícero Lucena (PMDB) e Luís Couto (PT).

Assessoria Parlamentar (Diap). As mulheres representam apenas 8,38% do total de 513 deputados federais.⁶

Para além das evidências numéricas, uma investigação que toma como referência o significado da presença feminina no cenário político exige, de início, algumas reflexões; como pondera Irllys Barreira (1998, p. 109),

Saltando-se de uma evidência sobre a importância da participação das mulheres na política, tornada óbvia pelos números e consagrada de antemão como pressuposto, é preciso indagar o que, de fato, representa tais candidaturas no cenário político social.

Ou seja, se o fenômeno da participação da mulher na política tem crescido mesmo que lentamente,⁷ cabe agora indagar sobre os significados desta inserção, ou seja, o que representa

6. Consultar Site <file:///A:/Bancada%20Feminina%20no%20Senado.htm>. Bancada Feminina se mantém na Câmara e cresce no Senado. Terça, 3 de outubro de 2006. Consulta realizada em 22/07/2007.

7. Como forma de comprovar essa lentidão, veja-se, por exemplo, a evolução de ocupação de cargos de mulheres como Presidente e Primeira-ministra no mundo: “Em 1960, Sirimavo Bandaranaike, do Sri Lanka, torna-se a primeira mulher a governar um país, como primeira-ministra; em 1979, Margaret Thatcher assume como primeira-ministra do Reino Unido e a francesa Simone Veil se torna presidente do Parlamento europeu; em 1988, Benazir Bhutto é eleita primeira-ministra do Paquistão e torna-se também a primeira mulher a governar um país muçulmano; em 1999 Helen Clark assumiu como primeira-ministra da Nova Zelândia. Ainda à frente daquele país, ela está em seu terceiro mandato e em 2005, Ellen Johnson-Sirleaf é eleita a primeira presidente de uma nação africana, a Libéria”. Acrescente-se em 2006 as vitórias da chilena Michelle Bachelet e da alemã Ângela Merkel no posto máximo do

essa participação tanto do ponto de vista das mulheres candidatas, quanto da sociedade e do público eleitor.

Em matéria intitulada “o poder é masculino”, veiculada pela revista *Veja* Edição especial MULHER, de junho de 2006, há uma interessante discussão sobre os usos do poder⁸ entre homens e mulheres; ao que tudo indica, quando se trata de assumir o poder e comandar os “destinos” de uma nação, pouca diferença parece existir entre quem veste terno ou *tailleur*:

Aparentemente, a progesterona não é mais propícia a atos do bem do que a testosterona. Nem existem indícios de que a mulher seja mais sensível aos problemas sociais do que o homem. Ou menos propensa à roubalheira, à mentira e à desfaçatez. Nem a história, nem as análises acadêmicas sobre o assunto ou a mera observação são capazes de atestar diferenças marcantes. O que parece é que o gênero não faz diferença quando se trata de política. Há no mundo onze mulheres à frente do governo de seu país. Isso significa que elas comandam menos de 6% das nações. É um total ínfimo, em números absolutos, mas

poder político em seus países. Revista *Veja* – Edição *Veja* Especial MULHER, junho de 2006.

8. Entendemos como Foucault que o poder é uma relação que engloba em seus dispositivos mecanismos e efeitos de saber: não é unitário e global. Localizado em algum lugar. Ou seja, que “não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de exercício de saber. (FOUCAULT, 1989, p.XXI). Noutros termos, entendemos igualmente como Foucault que “uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará, na sociedade, se os mecanismos que funcionam dentro, fora, abaixo, ao lado dos aparelhos do Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.”. (FOUCAULT, 1989, p. 149-150).

que mostra uma evolução: são dez presidentes ou primeiras-ministras a mais do que em 1960. Nem por isso, no entanto, o mundo parece ter mudado.

Para além da evidência acima exposta, do ponto de vista dos eleitores, a situação parece ser diferente, como acrescenta a matéria supra-citada:

Estudos realizados em vários países mostram que o eleitorado acredita que políticas são mais éticas do que políticos. Mas isso em tese – sem que se pergunte se Margareth Thatcher é mais ética do que Tony Blair ou Marta Suplicy do que José Serra. A cientista política Celi Regina Jardim Pinto, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acha que a percepção dos eleitores é ingênua, ainda que útil às mulheres. “É muito cômodo para as mulheres dizer que têm valores morais mais nobres”, afirma. “Mas, na verdade, a ocasião faz o ladrão, independentemente do sexo, e não há prova nenhuma de que exista uma cultura feminina de respeito à ética”. Até o momento, o que se percebeu foi uma diversidade tão grande de comportamentos que simplesmente não se pode atribuir à mulher uma conduta homogênea determinada pela inexistência do cromossomo Y.

Ainda na mesma matéria, pode-se ler dois outros discursos que se contrapõem aos acima descritos; eles apontam para a

questão cultural e para as diferenças de inserção das mulheres no espaço público e a sua relação com o espaço privado:⁹

Discordo da ideia de que homens e mulheres sejam na essência diferentes. Não são. Mas as condições culturais para cada um foram. O estilo pode ser diferente porque a vida de um e a de outro foram diferentes”, diz a cientista política Lúcia Avelar, diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Por mais durona, carreirista ou *workaholic* que uma mulher possa ser, ela provavelmente tem ou teve ao longo da vida uma preocupação com a casa, a educação, a saúde e o bem-estar dos filhos ou dos familiares. Essa dedicação à família pode ser um dos diferenciais femininos que os especialistas no assunto procuram identificar. “Quando uma mulher chega ao poder, a agenda política pode ser mais associada a temas como os cuidados sociais”, acredita a cientista política Clara Araújo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. “Mas, ao sair dessa esfera e passar para questões mais gerais, dificilmente se consegue identificar alguma diferença.

Além do conflito de opiniões divergentes como as acima expostas, há que se atentar para a evidência corriqueira dos usos e da criação de certas representações estrategicamente adotadas

9 . Ao modo de DAMATTA (1985) e CHAUI (1991), por espaço público entendemos o espaço da rua, do desconhecido, do indeterminado, do trabalho, do perigo, do individualismo; por espaço privado entendemos o espaço da casa, do lar, do trabalho doméstico, da família, da proteção, do aconchego, do conhecido e do doméstico.

pelas mulheres a fim de construírem às suas candidaturas. O que hipoteticamente se observa é uma alternância da “mulher política” a assumir, pelo menos, dois papéis: um, marcadamente masculino, de autoridade, como nos ensina Roger-Gérard Schwartzberg (1978, p.94), “fazendo-se passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucedâneas do homem de pulso. Chegando quase a parecer transformadas em “travestis” políticos, imitando grosseiramente as atitudes machistas”; outro, o da mulher maternal, protetora, “é a imagem de Maria, a “Boa-Mãe”, “Mãe misericordiosa”. É a imagem da mãe-pátria”. (SCHWARTZENBERG, 1978, p.95).

Cabe salientar, no entanto, que a imagem de mulher maternal é dupla, como assevera Schwartzberg (1978, p.96):

Temos a lembrança dos cuidados maternos, mas também a das reprimendas. Existe a mãe dadivosa, mas também frustradora, porque a criança passa inevitavelmente pela experiência da não-satisfação. O “poder” da mãe é a capacidade de proporcionar satisfações ao Isto e ao Eu, mas é igualmente, por conseguinte, a aptidão a recusá-los. A imagem materna é dom, mas também recusa, frustração, até castração.

A oscilação entre uma e outra representação leva a problematizar sobre os usos que mulheres candidatas dão à construção de seus personagens políticos (SCHWARTZENBERG, 1978), de como adotam e personificam determinados personagens e de como estes são recebidos pelo público eleitor.

Essas representações sobre a mulher, em momentos de campanhas eleitorais, suscitaram o interesse em analisar as candidaturas femininas, a partir da experiência ocorrida na úl-

tima eleição municipal, no ano de 2004, na cidade de Campina Grande.

Pela primeira vez na história das campanhas políticas à prefeitura do município, se candidatam, além de três homens, duas mulheres: Cozete Barbosa (PT)¹⁰ e Lídia Moura (PSB).¹¹ A candidata Cozete Barbosa ostenta ainda o título de primeira mulher prefeita de Campina Grande, ao assumir a Prefeitura em 05 de abril de 2002, em substituição ao atual prefeito, Cássio Cunha Lima (PSDB) que se afastou do cargo para disputar o governo do Estado, nas eleições de outubro do mesmo ano.¹² Foi ainda elei-

10. “Natural de Campina Grande, Cozete Barbosa nasceu no dia 25 de fevereiro de 1956. É formada em Ciências da Computação e sempre trabalhou como analista de sistemas da Prefeitura Municipal campinense. Católica, Cozete esteve sempre militando nas causas populares e principalmente na defesa dos interesses do servidor público municipal. Ela foi presidente do Sintab durante vários anos e sempre esteve filiada ao PT, partido pelo qual foi eleita vereadora duas vezes. Em 2000, seu partido se coligou com o grupo Cunha Lima, sendo Cozete eleita vice de Cássio, que dois anos depois foi eleito governador. Ela assumiu a prefeitura em abril de 2002 e, agora, disputa a reeleição” (Diário da Borborema, Campina Grande – PB, 3 de outubro de 2004. Caderno Política).

11. “Lídia Moura nasceu na cidade de Regeneração, no Piauí, no dia 26 de julho de 1965. É formada em Jornalismo. Iniciou a vida pública aos 14 anos, no PSB, sempre na esquerda e engajada em lutas sociais. Sempre gostou de ler e teve muito acesso à cultura, o que lhe ajudou muito na militância política e profissional. Ainda no segundo ano de faculdade ingressou na Radiobrás. Trabalhou em vários outros órgãos de comunicação, sempre com destaque. Contribuiu para a fundação do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários e Medicamentos – E de um, que defende a ampliação do acesso da população carente aos remédios. Ex-PPS e hoje no PSB, diz não concordar com o atrelamento a forças reacionárias para a conquista do poder. Costuma dizer que sua essência é de esquerda” (Diário da Borborema, Campina Grande – PB, 3 de outubro de 2004. Caderno Política).

12. “Em Campina Grande, o prefeito Cássio Cunha Lima (ainda no PMDB), candidato à reeleição, surpreende a opinião pública e as oposições mais à direita do PT, representadas pelos candidatos do PDT e do PP, firmando compromis-

ta à primeira vereadora da história do Partido dos Trabalhadores no município de Campina Grande, em 1996, “obtendo 3.870 votos. Concorreu a uma cadeira no Senado no ano de 1998, onde obteve aproximadamente 252 mil votos, atingindo cerca de 52 mil somente em Campina Grande, sendo a mais votada no município” (Diário da Borborema, Campina Grande – PB, 5/4/2002, Caderno Política).

Indagada sobre as suas expectativas em assumir a Prefeitura de Campina Grande e a emoção de ser a primeira mulher a fazê-lo, explica:

Mais do que emoção, o fato representa um grande e novo desafio para mim, que quero ser exemplo e lutar para mudar essa prática fisiologista de fazer política e que nos últimos anos dominou a Paraíba. Eu acho que a intolerância, o autoritarismo e as perseguições não contribuem em nada para o bem e o desenvolvimento do município (Diário da Borborema, Campina Grande – PB, 5/4/2002, Caderno Política).

E na sequência de sua entrevista ao ser instada a comparar a emoção de ser prefeita ao fato de ser mãe afirma:

A maternidade é independente da vida pública e eu tenho consciência de ser uma

so de coligação com o PT local, tendo como candidata a vice-prefeita a vereadora Cozete Barbosa, de trajetória sindicalista e identificada como oposição tenaz de esquerda ao grupo Cunha Lima. Essa coligação é endossada pela direção estadual do PT e sacramentada, inclusive, com a presença avalisadora e Luís Inácio Lula da Silva. É inegável o objetivo de conquistar apoio do grupo Cunha Lima à candidatura presidencial para 2002.” (ARAÚJO, 2005, p. 90) do PP, firmando compromisso de coligaçadidos do PDT eobteve aproximadamente 252 mil votos, atingindo cerca de 52 mil somente e

mulher privilegiada e que agora terei muito mais compromisso com as mulheres trabalhadoras e com as que enfrentam problemas de violência e discriminação. Nesse sentido, vou lutar e contribuir para a formação de uma sociedade harmoniosa e mais justa. (Diário da Borborema, Campina Grande – PB, 5/4/2002, Caderno Política).

O que se depreende das duas perguntas acima descritas é, há um só tempo, a cobrança de um modelo feminino maternal, calcado na fragilidade, e à atribuição a sua função política, qualidades que se supõe, não serem “típicas de mulher”, como, por exemplo, energia e determinação.

Com base no acima exposto, vale a importante ressalva feita por Barreira (1998, p.107-108) de que

a presença de candidaturas de mulheres em campanha política está, portanto, submetida a uma série de rituais que aparecem na constituição dos discursos, na produção de imagens e outros símbolos dotados de características específicas. As mulheres portam um capital simbólico constituído por dotes pessoais naturalizados e transformados em capital político. É possível também deduzir que as campanhas políticas ritualizam antigos conflitos da sociedade, envolvendo as lutas simbólicas entre sexos.

Em outras palavras, o fato de ser mulher já é, por si só, bastante emblemático se confrontado ao ser homem, por exemplo. Os papéis sociais de homens e de mulheres têm sido, ao longo da instituição das culturas, não só ritualizados, mas bastante cristalizados e muito bem definidos; igualmente, os lugares

de mulheres como construções espaço-temporais a partir dos sentidos atribuídos aos espaços público e privado têm servido não só na definição e demarcação desses espaços, naturalizando-os, como de fomentadores de imagens, discursos e rituais que propiciam a estandarização e o confronto de disputa por espaços de poder entre homens e mulheres.

Assim várias representações sobre o ser homem e o ser mulher são estrategicamente construídas no jogo do embate político. Nesses termos formula Barreira (1998):

Pensar sobre a existência de uma simbologia das candidaturas femininas pressupõe também indagar se essas candidaturas trazem especificidades, sobretudo se comparadas a candidaturas masculinas. Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, a ética ou valores femininos que lhe são atribuídos naturalmente tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política. (BARREIRA, 1998, p. 106)

E acrescenta:

Algumas características podem ser identificadas no âmbito dessa suposição. Em primeiro lugar, está a perspectiva de situar a mulher como signatária de valores universais, fato que a tornaria potencialmente capaz de superar seus adversários. Uma segunda ordem de considerações pensa a inexperiência das mulheres como atributo positivo, porque fora das práticas tradicionais e espúrias do poder. Nesse período, as candidaturas de mulheres diferenciam-se das

candidaturas masculinas, pois o que conta essencialmente são os feitos profissionais. A inexperiência pode, assim, tornar-se virtude na medida em que a não entrada na política permitiria a guarda de uma integridade. As mulheres parecem, assim, como guardiãs ou reservatórios de uma moral coletiva. (BARREIRA, 1998, p. 106)

Os discursos proferidos pelas candidatas Cozete Barbosa e Lídia Moura, por ocasião do debate, durante o primeiro turno, promovido e transmitido pela TV Paraíba, no dia 01 de outubro de 2004, bem como de matérias jornalísticas veiculadas pelos Jornais locais, além do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, servem de modelos paradigmáticos do que assevera Irllys Barreira (1998), ou seja, é possível detectar a presença muito forte de “atributos de gênero como forma de diferenciação política”.

Convém acrescentar que as mulheres também entram na política de forma emblemática, utilizando-se de símbolos e estratégias discursivas para se destacarem num ambiente predominantemente masculino. Esses discursos demarcam um lugar do “ser mulher” utilizando-se da “identidade de gênero”, herdada historicamente através da luta feminina pela sua emancipação. Neste sentido, cria-se uma espécie de simbologia das candidaturas femininas, as quais irão incluir discursos, emblemas e símbolos que buscam, por sua vez, justificar a presença das mulheres na política.

Como isto aparece nas campanhas femininas? Comumente as mulheres se autodenominam portadoras de valores universais que ainda não foram corrompidos pelo “lado sujo” da política tais como: sinceridade, verdade, sensibilidade etc. Utilizando-se disto, as candidatas se colocam numa posição que lhes

favorece e as tornam capazes de superar os seus adversários do sexo oposto. Outra perspectiva é colocar a sua falta de experiência como algo positivo, porque fora das práticas tradicionais utilizadas pelos homens, as candidatas femininas se auto-afirmam como “incorrupíveis”. Daí a necessidade de dar visibilidade nas campanhas às suas trajetórias e feitos profissionais, transformando a inexperiência em virtude e a mulher em guardiã da integridade ética e moral.¹³

Outra característica muito forte que aparece nas campanhas femininas é a identificação da mulher com valores masculinos. Por isso é bastante comum o uso de adjetivos tais como: corajosa, guerreira, destemida etc, em *slogans*, em frases de efeito e em músicas de campanhas. Ao mesmo tempo em que ela quer diferenciar-se dos homens, ela necessita destes valores para ser aceita no meio político e na sociedade, pois se ela parecer frágil e emocional demais, os eleitores acabam por considerá-la fraca e incapaz. Não é à toa, pois, que a candidata Cozete Barbosa (PT), inicie o seu programa eleitoral através da narração de um homem, com o seguinte discurso:

O simples fato de ser mulher já exige coragem. Coragem pra conquistar seu espaço, pra vencer preconceitos. Coragem pra ser porto firme mesmo com as mãos ligadas. Ser mulher não exige mais nada: é só não ter medo

13 . Irlys Barreira ao analisar a campanha política de Socorro França à prefeitura de Fortaleza, no ano de 1996, faz o seguinte comentário: “as aptidões femininas para a política são reforçadas ou estereotipadas, consoante os lugares que cada candidata ocupa no cenário nacional. A título de exemplo, emblemas femininos, tais como dedicação de mãe, carinho e solidariedade, utilizados na campanha de Socorro França, são contrapostos por seus adversários a valores femininos de submissão e incapacidade de autonomia. Reforçam os adversários da candidata a associação já previamente instituída entre submissão na esfera privada e submissão na esfera pública.” (BARREIRA, 1998, p.108)

de lutar. Ser um pouquinho de cada mulher campinense na prefeitura. Cozete prefeita: coragem pra mudar!



Candidata Cozete Barbosa

O *slogan* de sua campanha é: “Cozete prefeita: coragem pra mudar”. O termo coragem, neste sentido, assume uma força expressiva, uma vez que a coragem é um atributo do espaço masculino e não do feminino; ao adotar esse *slogan* a candidata tenta construir a imagem de uma mulher destemida, que não teme os seus adversários, nem tampouco, as vicissitudes do cargo de prefeita, mas que tem uma clara finalidade: mudar o “jeito” de fazer política na cidade, quebrando as “amarras do poder dos poderosos”, como muitas vezes afirmou.

Uma das músicas de sua campanha também apela para a coragem para mudar:

Agora é mudança Campina merece. O povo conhece e vai confirmar, um brilho nos olhos, sorriso aberto, Cozete é coragem pra

mudar. Essa mulher é competente, ela tá do lado certo, ta com o povo, é guerreira, Cozete tem honestidade, competência, coragem e experiência e rumo certo pra mudar. Um brilho nos olhos, sorriso aberto, Cozete é coragem pra mudar. (HGPE de Cozete Barbosa – outubro de 2004)

Igualmente ao apelar para a questão de gênero espera-se conquistar a simpatia e identificação da candidata com o voto feminino; ao fazer um chamamento às mulheres e a sua coragem para lutar e mudar, a candidata espera ser a grande representante desse movimento, sobretudo feminino, uma vez que não se fala em nenhum dos dois últimos discursos acima descritos, sobre o papel e a participação dos homens nesse processo de mudança.

O investimento num “histórico de lutas” e de coragem para enfrentar os “detentores do poder” e de trabalhar pelas causas sociais dos menos favorecidos, parece ser ao longo da trajetória política de Cozete Barbosa o seu grande “trunfo” e capital simbólico. Comumente as matérias jornalísticas destacam tais atributos:

Cozete foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema (Sintab), onde protagonizou os mais importantes momentos da luta sindical em Campina Grande. Dentre as bandeiras levantadas esteve a de garantir o pagamento de salário mínimo ao servidor municipal e a moralização do serviço público. Como militante do PT e sindicalista, Cozete desenvolveu amplo trabalho junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Sem-Terra e ao Movimento de Mulheres. (Candidatos: quem são e o que prometem. Jornal da Paraíba, 25 de julho de 2004)



Cozete, há época de sua participação no Sintab

Uma faceta interessante na construção da liderança política de Cozete Barbosa é que ela sempre fez questão, durante toda sua campanha, de afirmar que era do Partido dos Trabalhadores. Fato simples, já que ela era mesmo do partido; só que a situação era bem mais interessante para ela afirmar-se enquanto tal, porque o seu partido, como ela comumente ressaltava, era do presidente da República: “eu sou do Partido dos Trabalhadores e defendo a proposta do Partido dos Trabalhadores, defendo a candidatura de Lula, sou do partido do Presidente da República!” (Debate na TV Paraíba, 01/09/2004). Não foi à toa a atitude de Cozete, pois, aproveitando-se do fato de Lula ter ganho as eleições com mais de 70% dos votos em relação a José Serra (PSDB), ao mesmo tempo enfatiza a coragem do povo brasileiro para mudar, deixando explícito que o mesmo pode ocorrer em Campina Grande; neste íterim, também propala em seu discurso um outro *slogan* de campanha: “um jeito novo de cuidar das pessoas”;

Há dois anos atrás tivemos coragem pra mudar o Brasil e sem medo de ser feliz elegemos Lula presidente. O projeto de reforma do Brasil que Lula está fazendo passa pelo investimento na educação, na saúde, no emprego e na segurança dos brasileiros. O que Lula faz no país, a gente faz também aqui em Campina Grande: SAMU, DIGNA, creches, escolas, Banco do Povo, beneficiamento de obras, cidadania e inclusão social nessa cidade. Eu não tenho dúvidas que o campinense vai saber votar de novo, sem medo de ser feliz, sem medo de ameaças. Vai votar no 13.

Em seu programa eleitoral, no HGPE era comum ver a imagem de Cozete sentada ao redor de uma mesa de vidro, com um *notebook* e em destaque, na parede, uma foto do presidente Lula, a sorrir para os telespectadores. A presença do presidente servia ao mesmo tempo para legitimar a sua campanha, como para identificá-la como sua principal liderança em Campina Grande.



Candidata em um pronunciamento à imprensa local

Cozete Barbosa comumente se apresentou como uma figura austera, forte e destemida, fato que se evidenciou através de uma outra música de sua campanha:

Cozete é liberdade/ coragem pra mudar/ Cozete pra Campina melhorar/ a nossa luta é do povo/ que luta pra vencer/ Cozete é Campina mudando pra valer.

No sentido de tentar amenizar algumas imagens negativas que foram construídas sobre ela, tais como: antipatia, orgulho e prepotência, esta aparece no seu último programa abraçando crianças e mulheres das comunidades mais carentes, sempre sorrindo e com gestos amáveis, demonstrando que ela poderia ser tanto a mulher mãe, a mulher dona-de-casa, a mulher amiga como a mulher política.

A cor de sua campanha é o vermelho do seu partido, como já afirmado alhures, o PT. Assim é comum encontrá-la sempre de vermelho, cor esta que também representa o sangue da “lutadora”, que ousou “romper barreiras e preconceitos”. Vermelho que representa o coração de mãe, preocupada “com seus filhos”. Vermelho que representa o “amor pela cidade”. Vermelho que representa a “coragem pra mudar”. Vermelho que representa a estrela do PT, também presente nas músicas: “Bote a estrela no peito/ não tenha medo ou pudor/ agora eu quero ver/ estou torcendo a favor”. Ou: “O futuro de Campina em suas mãos/ é hora de lutar contra esse medo/ a luz do novo tempo/ acende pra você/ no brilho da estrela do PT”.

Um outro discurso recorrente de Cozete Barbosa durante a sua campanha foi o de se dizer “perseguida” pelo governador do Estado, Cássio Cunha Lima, de quem assume a prefeitura para este se candidatar ao governo. Agora em lados opostos, as acusações não cessam e ela se utiliza estrategicamente do discurso da “perseguição do governador”, justamente por ela ter “corajosamente” denunciado às irregularidades na prefeitura. Portanto,

associa, estrategicamente, a perseguição do governo com a sua coragem pra romper e mudar a política em Campina Grande:

Há quatro anos atrás abri mão das divergências políticas e fiz uma aliança com Cássio, em nome de um projeto maior por Campina, mais emprego, educação e saúde. Eu e o povo acreditamos nisso, mas fomos traídos. Ao assumir a Prefeitura e começar administrar Campina de forma independente passei a ser perseguida pelo governador e seu grupo político, boicote de verbas, obras paradas, tudo para inviabilizar meu governo. Por isso, do mesmo jeito que tive a coragem de fazer aliança, tive coragem para rompê-la, hoje governo a cidade com transparência, buscando o desenvolvimento e a inclusão social. Minha aliança é com Campina Grande, meu compromisso é com você. (HGPE – Cozete Barbosa – outubro de 2004)

E ainda:

Nesta campanha você viu tudo que fiz em apenas dois anos de trabalho. Apesar da perseguição e das adversidades, contando com poucos recursos e com o governo Lula, que nunca me deixou na mão, implantei na prefeitura um jeito diferente de fazer política.

Também nesta mesma linha, o discurso de Cozete Barbosa em seu programa de encerramento no HGPE, enuncia a seguinte frase: “Precisamos acabar com a cultura do medo e da ameaça em Campina Grande. A gente vota em quem a gente quer!” Nesta frase ela faz alusão à compra de votos implementada nos

bastidores da campanha de Rômulo Gouveia, candidato apoiado pelo governador do Estado.

Com a seguinte frase ela finaliza em seu programa eleitoral:

Pense, analise e não tenha medo de decidir. Não negocie seu voto porque não há dinheiro que pague a sua consciência. No dia 3 conto com o seu voto. Até o segundo turno, se Deus quiser.

A luta contra o tema do medo foi recorrente na campanha de Cozete; os discursos em torno da necessidade da coragem para vencer os poderosos e a coragem para vencer o medo de enfrentar os poderosos foi a sua grande arma política.¹⁴

Enquanto Cozete Barbosa construiu a sua figura política via militância nos Movimentos sociais e no Partido dos Trabalhadores, e, portanto, foi paulatinamente ganhando visibilidade política junto à sociedade campinense, a outra candidata e liderança feminina, Lídia Moura (PSB), era uma pessoa até então desconhecida por grande parte da população local. Assim nas suas primeiras aparições na mídia ou nas matérias jornalísticas ela faz um forte uso da emoção e da expressão dos sentimentos para sensibilizar o público eleitor; para tanto, é apresentada como uma mulher que desde a mais tenra idade teve que lutar pela vida, como demonstra o discurso abaixo:

Em 1975 uma humilde família do interior do Piauí muda-se para Brasília. Todos buscavam uma nova vida, mas, especialmente, a recuperação da saúde de uma menina de 10 anos,

14 . Sobre a questão dos usos dos sentimentos na política, dentre estes, o do medo, consultar BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A Expressão dos sentimentos na Política. 2004.

que corria o risco de perder uma de suas pernas devido à osteomielite (infecção óssea). A criança hoje jornalista e liderança política, Lídia Moura, teve de lutar desde cedo pela vida e só entre os 9 e 14 anos passou por 7 cirurgias. (Candidatos: quem são e o que prometem. Jornal da Paraíba, 25 de julho de 2004)

Além de apresentar-se como uma mulher guerreira, que sempre lutou inclusive, para permanecer viva, no HGPE, ela se oferece como a alternativa à mudança. Uma “mudança” que não tem nada a ver com os “grupos e panelinhas”¹⁵ que vem dominando a cidade e a política há muito tempo. Esta briga entre “panelinhas”, na verdade, reflete um clima de disputa pela prefeitura da cidade visando o apoio do candidato vencedor às eleições para o governo do Estado em 2006.



Candidata Lídia Moura

15. Lídia refere-se a “panelinhas” para fazer menção aos grupos Cunha Lima, que apoiavam a campanha de Rômulo Gouveia do PSDB, e aos Maranhão, que apoiavam a candidatura de Veneziano Vital do Rego do PMDB.

No debate da TV Paraíba, em 01/09/2004, ela enuncia o seguinte discurso:

Olha, a população tem que realmente ficar atenta por que a grande questão é que não há diferença entre Cunha Lima e Maranhão, vocês não vão encontrar essa diferença de procedimento. Então, é mais ou menos como a história do Brasil que vocês já devem ter ouvido falar, da política do “café com leite”. Ora é o pessoal do leite, ora é o pessoal do café, então, você tem que sair dessa discussão, porque a briga e a discussão aqui não é se ganha Cunha Lima, perde Cunha Lima, se ganha Maranhão, perde Maranhão. A discussão é: a cidade precisa de um projeto pra recupera-la, não é? E nos temos esse projeto pra recuperar a cidade de Campina Grande. E mais, os grupos políticos que trabalham aqui hoje, estão de olho na eleição de 2006 para o governo do Estado e essa discussão passa por Campina Grande, não se deixe enganar!

E no seu HGPE, em sua primeira aparição, ela faz o seguinte discurso:

Nós do PSB vamos utilizar nosso pequeno espaço na televisão e no rádio para apresentar propostas criativas, sérias, que quando forem implantadas farão Campina ser Grande como nós queremos e como ela merece, mas também vamos aproveitar para ajudar você a perceber o que estas pessoas que se revezam no poder a tanto tempo deixaram de fazer por Campina para que pudessem fazer mais por seus apadrinhados. Nós do Partido Socialista Brasileiro temos muito que conversar e eu espero contar com a sua

atenção para que possamos mostrar que só a nossa candidatura representa a verdadeira mudança”. (HGPE – Lídia Moura, outubro de 2004)

A mudança a qual Lídia Moura faz menção não é a mesma proposta por Cozete Barbosa, que já estava no poder há dois anos. A mudança proposta pela candidata é para uma nova consciência política, para uma nova forma de conduzir a cidade, segundo ela, pautada na ética e na verdade.

No final do seu programa no HGPE, Lídia Moura se utiliza um texto de Gabriel, o Pensador, destacando as palavras muda e mudança num amarelo forte – cor de sua campanha –, apelando para as pessoas terem consciência de que a mudança representada por ela, traria um futuro melhor para a cidade e seus habitantes:

MUDA!

Quando a gente MUDA/ o mundo MUDA com a gente/ a gente MUDA o mundo/ na MUDANÇA da gente/ e quando a gente MUDA/ a gente anda pra frente/ e quando a gente manda/ ninguém manda na gente/ na MUDANÇA de atitude/ não há mal que não se MUDE/ nem doença sem cura/ na MUDANÇA de postura/ a gente fica mais seguro/ na MUDANÇA do presente/ a gente molda o FUTURO!

Uma outra faceta interessante da campanha da candidata Lídia Moura foi pautada no ataque ao grupo Cunha Lima, mostrando a incapacidade do “governo dos 22 anos” em resolver os problemas da cidade. O interessante é que Lídia incluía neste tempo os dois anos do governo Cozete Barbosa, que era sua aliada nos debates e, particularmente, sua cunhada, pois o irmão da petista é namorado da candidata.



Candidata Lídia Moura

Lídia Moura (PSB), contrariamente a Cozete Barbosa (PT), construiu um estilo ligado a representação da feminilidade e do feminino para sua campanha. Mesmo tendo uma postura de “mulher forte”, que não tem medo do combate com os homens, como sempre fez questão de afirmar, igualmente fez questão de apresentar-se muito bem vestida de *tailleur* e saia, maquiada, com cabelos soltos e penteados, carregando sua marca principal de diferenciação: a flor amarela que usava como broche na blusa. A apresentação visual da candidata também constitui, segundo Irllys Barreira, “ao lado do discurso e de outras estratégias de campanha, uma totalidade a partir da qual são estabelecidos elos entre candidatos e eleitores”. BARREIRA (1998, p.150). Se há uma identificação, se torna necessário que a candidata tome uma postura que agrade a maior parte da população, e no caso da mulher, que se aproxime mais do modelo feminino.

Sempre quando era atacada Lídia Moura se referia a sua condição de mulher pública, tentando demonstrar para as pessoas

que, na verdade, os ataques direcionados para ela refletiam o preconceito dos homens em relação às mulheres:

Estamos cientes de que esta campanha estabeleceu um novo modelo de fazer campanha em Campina Grande. E dizer que contra nós não consta nenhuma denúncia. A única denúncia que vocês viram aqui é essa: de que sou mulher, se casei ou não, aonde vivi, aonde tive a competência de me estabelecer como profissional. (HGPE – Lídia Moura, outubro de 2004)

Numa outra oportunidade, sempre enfatizando os ataques à sua vida pessoal, e principalmente, ao fato de ser mulher, Lídia comenta:

Fizemos uma campanha limpa, sem ataques pessoais, mais sofremos em vários momentos com a ira de nossos concorrentes, que chegaram a invadir minha vida privada para me impedir de mostrar a incompetência deles na vida pública. E a maior acusação que eles me fizeram, veja você, foi de ser mulher. (HGPE – Lídia Moura, outubro de 2004).

Estratégia semelhante de apelo ao feminino ofereceu, no ano de 2001, a pré-candidata a Presidência da República Roseana Sarney, que por ocasião do HGPE do seu partido político, o PSDB, fez o seguinte comentário indignado:

Eu não sei se serei candidata a presidente agora. Há muitas circunstâncias políticas a serem resolvidas, mas um dos motivos inaceitáveis e que eu não aceito de jeito nenhum é que alguém venha me dizer que eu não

posso ser presidente porque eu sou mulher. (CARVALHO, 2004, p.147)

Não é apenas no discurso que Lídia enfatiza a sua condição de mulher, as imagens trabalhadas por ela no seu último programa são emblemáticas; mostra a sua trajetória pessoal e política, com o intuito de construir a ideia para o eleitor que mesmo sem a presença masculina do pai, a mulher tem condições de criar seus filhos. Assim, aparecem fotos dela com os filhos em vários momentos da vida, numa demonstração de que ela sempre esteve presente na vida deles, realizando o papel de mãe e de “dona de casa”. Na seqüência, aparecem fotos de Lídia como militante política, presente em congressos pelos direitos femininos, numa demonstração de que a mulher, além de ser mãe, esposa e dona-de-casa, pode ser também mulher pública.¹⁶

Em um outro momento de seu programa eleitoral ela se dirige diretamente às mulheres com o seguinte discurso:

Qual o papel da mulher na política? Será o de primeira dama, de ficar plantando árvores floridas e organizar chazinho de beneficência? Será que o papel da mulher na política é segurar bandeira em passeata e aparecer na TV chorando e abraçando candidato? Você mulher, você homem, sabem que não, ao longo da história da humanidade as mulheres têm enorme importância e brigamos por cada conquista, só conseguimos entrar na universidade 8 séculos depois dos homens, só há 70 anos podemos votar, até hoje lutamos a cada dia por nossos direitos. Direito

16 . Sobre a questão da estética feminina e das imagens do feminino na política, consultar BARREIRA, 1993, p.75-108.

de trabalhar sem receber menos, direito de participar do poder, sem ser por tutela de marido, de pai ou de filho (...) Sempre fomos poucas no poder, ainda recebemos salários menores, ainda enfrentamos violência em nossos lares e até no trabalho, mesmo assim somos nós que damos equilíbrio a sociedade. Campina Grande é mulher, ainda é a rainha da Borborema, apesar de alguns se considerarem seus reis e quererem transformá-la num feudo, não conseguirão destruir a força de nossas mulheres de lutar pelo futuro. (HGPE de Lídia Moura, outubro de 2004)

Ao modo de Lídia Moura, Cozete Barbosa também se utiliza de questões de gênero para diferenciar-se. Bem mais que Lídia Moura, quando esteve como prefeita da cidade, ela sempre fez questão de afirmar que “o olhar feminino para a cidade, para as pessoas, sem discriminar pela cor, sexo, religião, classe social ou partido a que pertença”, era um olhar singular, pois demonstrava o jeito feminino de governar. Sempre que possível, fez questão de mostrar a sua trajetória à frente da prefeitura “com muita dificuldade”, mas com “garra e determinação” para enfrentar os problemas:

Assim como nós mulheres, quando no nosso cotidiano tenta administrar a casa, administrar nossos filhos, dar carinho, dar amor e também dar uma parte da gente na vida pública. (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004)

Ao se dirigir às mulheres na tentativa de conquista do voto feminino ela conclama a luta pela independência e autonomia da mulher como instrumento de libertação da opressão:

Eu quero me dirigir, principalmente, aquelas todas que ousaram caminhar com suas próprias pernas. Aquelas que apesar de todo sofrimento, de toda a discriminação, não baixaram a cabeça, não foram submissas e buscaram seu espaço. (HGPE de Cozete Barbosa, outubro de 2004)

É esse “nós mulheres” que Irllys Barreira (1998) identifica como a busca de um modo específico de fazer política baseado em espaços de identificação na condição de gênero. Valores que estão acima das questões partidárias, mas que se somam a eles para justificar um lugar para a mulher na política.

Tanto Cozete quanto Lídia parecem se utilizar de “ritualismos do feminino” nas suas campanhas para angariar votos de mulheres, que são maioria na cidade.¹⁷ Não é só isso: a utilização das questões de gênero também serve para acumular “capital simbólico” e transformá-lo em “capital político”,¹⁸ como afirma Irllys Barreira (1998, p.146):

17. Estavam aptos a votar em Campina Grande, nas eleições de 2004, 242.145 eleitores, sendo que as mulheres são 54,3% (131.604), enquanto os homens representam 45,5% (110.350). Diário da Borborema, Campina Grande, 3/10/2004.

18. O Poder simbólico é segundo Bourdieu, “um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma autoridade, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (...) O homem político retira a sua força política da confiança que o grupo põe nele”. E o Capital Político é “uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. (1989, p.187-188).

São várias as situações em que a condição de gênero aparece como elemento de destaque: interpelações discursivas dirigidas às mulheres, convocações de rituais específicos à categoria de mulher ou afirmação de valores considerados tipicamente femininos.

É neste sentido que as referidas candidatas se aproximam: na utilização desses discursos para se diferenciar tanto dos homens, no caso das questões de gênero, quanto de outras mulheres, que são maioria entre os cidadãos aptos a votar, especificando e singularizando as suas próprias trajetórias políticas.

Às mulheres, eu não preciso mais mandar a última mensagem porque nós já combinamos, nos já conversamos, você terá uma grande surpresa nesta eleição. (Lídia Moura, debate entre os candidatos na TV Paraíba, afiliada da Rede Globo de Televisão).

Eu quero agradecer especialmente aquelas que estiveram comigo nos clubes de mães, as mulheres que buscaram se organizar, que estiveram nos comícios, nas ruas, nas manifestações, nas passeatas, rompendo barreiras. A todas do movimento sindical que estiveram comigo em toda essa trajetória eu dedico a vocês todo esse momento de luta. (Cozete Barbosa, debate entre os candidatos na TV Paraíba, afiliada da Rede Globo de Televisão).

Até onde é possível depreender, os discursos de e sobre a candidata Cozete Barbosa se dirigem, sobretudo, no sentido de construir a representação de que o “olhar feminino” na pre-

feitura humaniza as relações de trabalho e afasta a “política do medo”: “é o jeito diferente de governar Campina”, é a “coragem pra mudar”. Mudar pelas mãos de uma mulher corajosa e com uma expressiva história de atuação na vida pública, seja na militância política, seja na atuação sindical. Cozete Barbosa comumente se protegeu em seu currículo, em seu histórico de vida e, tal histórico, lhe permitiu uma maior e melhor visibilidade política em relação a sua opositora, a candidata Lídia Moura. (Discurso extraído do HGPE da candidata Cozete Barbosa)

Por sua vez, os discursos de e sobre Lídia Moura foram construídos no sentido de espriar a máxima de que “pra mudar de verdade” é necessário estabelecer “um novo jeito de se fazer campanha”, pautada na “ética e na verdade”, sem gastos milionários e sem “padrinhos políticos”. Para mudar de verdade, “as mulheres e homens de bem de Campina Grande” precisam ter consciência de que “o seu destino está sobre seu controle” e na “mudança de postura” se molda o presente modificando o futuro. (Discurso extraído do HGPE da candidata Lídia Moura)

As candidaturas de Cozete Barbosa e Lídia Moura também são portadoras do discurso pioneirista, em que a candidata da “estrela” apresenta-se como “a primeira mulher à frente da prefeitura de Campina Grande” e a candidata da “flor” como “a primeira mulher a trazer um jeito novo de se fazer campanha política”. Este caráter pioneiro confere as candidatas um papel de destaque, de singularidade, valorizando a ruptura com o poder local e aumentando o seu “capital político”.

A partir do exposto, é possível afirmar que as suas candidaturas vêm revestidas de todo um discurso que está condicionado a construção de um espaço de reconhecimento das aptidões femininas e na desconstrução de estigmas culturalmente instituídos para exaltar a masculinidade como uma característica emblemática do poder.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Hermano Nepomuceno. João Pessoa: uma vitória anunciada. In: CORTEZ, Hugo & HERMANNNS, Klauss (org.). **Nordeste 2004** – o voto das Capitais – análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares** – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Quem faz política: emblemas e ritualidades da representação no feminino. In: **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

_____. Imagens do feminino na Política. XIMENES, Tereza. **Novos Paradigmas e Realidade Brasileira**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

_____. A expressão dos sentimentos na política. TEIXEIRA, Carla Costa, CHAVES, Christine de Alencar (org.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BLAY, Eva. **As prefeitas, a participação política das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CANCLINI, Néstor García. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. A Nova Estética do Espetáculo político. XIMENES, Tereza. **Novos Paradigmas e Realidade Brasileira**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

_____. Como se desfaz um “fenômeno eleitoral”: o caso Roseana. In: RUBIM, Antonio Albino (org.). **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Política e Cultura Democráticas: O Público e o Privado Entram em Questão. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano I, nº 2, Novembro de 1991.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **A Microfísica do Poder**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Antropologia, Modernidade, Identidade. Notas sobre a tensão entre o geral e o particular. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, volume 5, números 1-2 novembro 1994.

GOLDENBERG, Miriam. “Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada”. **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 1996.

JODELET, D. **Representações Sociais**: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações Sociais*. Tradução Lillian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O Povo Sabe Votar** – uma visão antropológica do voto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e Representação ou como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MIGUEL, Malheiros Sonia. **Política de Cotas**: mulheres na política. Brasília: CEFEMEA, 1997.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VIEIRA, Stalimir. **O Moído de 2002** – Bastidores da Campanha Eleitoral que rachou a Paraíba. São Paulo: Livro Livre, 2006.

WEBER, Maria Helena. Mídia e Eleições: Relações (Mal)Ditas. NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. **O Indivíduo e as Mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas. CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PERIÓDICOS

REVISTA ISTO É. 2/10/1996.

REVISTA VEJA – EDIÇÃO ESPECIAL MULHER. 6/2006.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande.

JORNAL DA PARAÍBA, Campina Grande.

VÍDEOS

Gravação doméstica do debate da TV Paraíba entre os candidatos, no primeiro turno das eleições municipais, em 1/10/2004.

Gravação doméstica de programas do HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), durante a campanha das eleições municipais de 2004.

DVD do HGPE da candidata Lídia Moura, gentilmente cedido por sua assessoria.

CAPÍTULO II

Mulher e participação política:
a construção da imagem pública das
candidatas a prefeitura de Campina Grande
nas Eleições 2012

Introdução

A participação cada vez mais significativa das candidaturas femininas nas últimas eleições municipais e presidenciais revela que apesar de todos os obstáculos e dificuldades, a presença de mulheres no espaço político tem se tornado algo mais comum e efetivo, demonstrando assim uma reconfiguração na disputa por espaços de poder e quem sabe possa vir a promover mudanças na cultura política brasileira.

As eleições municipais de 2012 registraram dados que comprovam a ascensão da participação feminina nas disputas eleitorais. O número de mulheres eleitas para as prefeituras no 1º turno aumentou 31,5% em 2012 em relação ao 1º turno de 2008, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2012, as mulheres conquistaram 664 prefeituras representando 12,03% do total de prefeitos eleitos. Na eleição anterior esse percentual foi de 9,12% do total ou, 504 prefeituras.

Os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) evidenciam que a inserção e, principalmente, a fixação das mulheres nos espaços de poder político é um fenômeno crescente, o desenrolar das últimas campanhas eleitorais que têm como postulantes a um cargo, mulheres, a exemplo das candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva à presidência da República, no ano de 2010, têm demonstrado a expressividade que a condição de gênero tem alcançado no que se refere a construção, apresentação e disputa das mulheres por espaços de poder.

Com base na problemática da inserção da mulher nos espaços de poder, o texto objetiva investigar e analisar como as can-

didatas à prefeitura de Campina Grande, nas eleições 2012, Daniella Ribeiro (PP) e Tatiana Medeiros (PMDB), construíram suas imagens públicas, seus discursos, várias vezes perpassados por essa “condição de gênero”. O intento é o de verificar como essas candidatas foram apresentadas e especialmente significadas por seus estrategistas de campanha, pela mídia local, por seus adversários de campanha e, sobretudo, pelo público eleitor.

Através da observação participante em diversas atividades de campanha das candidatas Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros, como: comícios, passeatas, carreatas, entrevistas, sabatinas, assim como a partir da análise de seus materiais de campanha, santinhos, panfletos, *jingles*, HGPE, debates nas redes sociais (*facebook*, *twitter*), nos *blogs*, foi possível detectar as estratégias e discursos políticos construídos por essas candidatas no que diz respeito a “identidade de gênero” e a simbologia da condição feminina.

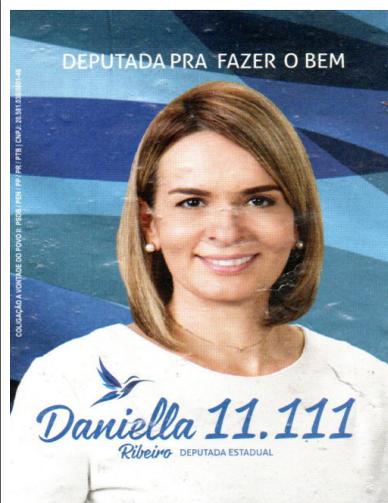
Ademais, o método qualitativo se adequou perfeitamente a coleta de dados e entrevistas foram realizadas com eleitores da cidade de Campina Grande. A partir de entrevistas com seis eleitores, de quatro bairros (Catolé, Centro, Cruzeiro, Jeremias) e de um distrito da cidade de Campina Grande (São José da Mata), eleitores entre 22 e 51 anos, foi possível observar impressões distintas no que se refere a concepção de política e de suas práticas e especialmente, sobre as representações construídas das candidatas Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros. Em linhas gerais, os informantes-eleitores foram selecionados segundo os seguintes critérios: faixa etária, escolaridade, gênero e local de moradia. Foi realizada também entrevista com as então candidatas Tatiana Medeiros, no dia 16 de abril de 2013, e Daniella Ribeiro, no dia 07 de julho de 2013, possibilitando assim, confrontar seus discursos com as impressões dos eleitores, de seus materiais de campanha e da mídia local.

Convém ainda salientar que para realizar as principais reflexões e análises das candidatas Tatiana Medeiros e Daniela Ribeiro adotei o conceito de imagem pública, proposto por Márcia Helena Weber, para quem a imagem pública é “um processo de construções e desconstruções de verdades, realidades e de legitimidade, tanto de quem fala sobre si próprio, como sobre os próprios espelhos – mídia, espaços, palcos” (WEBER, 2004, p.260). Igualmente trabalhei com a percepção de política de imagem proposto por Wilson Gomes. Para o referido autor, a política de imagem é entendida como “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas” (GOMES, 2004, p. 242). É um fenômeno que tem como ponto central a construção da imagem pública e está permeado por um jogo de papéis, de *status*, de posições relativas e de valores sociais.

A imagem pública é um repertório construído coletivamente, por representações sociais, ou seja, é uma imagem coletiva, que não se constitui de apenas uma expressão, mas de uma grande variedade delas. É um somatório de experiências vividas e que precisam ser compartilhadas pelo grupo. A construção de uma imagem pública está ligada a um complexo de informações, de noções, conceitos que uma determinada coletividade partilha e que tem como objetivo caracterizar um sujeito.

Apresentando as candidatas

Daniella Velloso Borges Ribeiro Novais de Araújo nasceu em Campina Grande no ano de 1972. De família tradicionalmente política, é filha do ex-deputado federal e ex-prefeito Enivaldo Ribeiro e da empresária e prefeita do município de Pilar (PB), Virgínia Velloso Borges. É casada com José Ferreira Júnior e mãe de três filhos. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No ano de 2008 foi eleita Vereadora, sendo a segunda mais votada de Campina Grande, com 6.838 votos. Já no ano de 2010, com 29.863 votos, foi eleita Deputada Estadual.



Já a candidata Tatiana de Oliveira Medeiros, nasceu no ano de 1966, na cidade de Campina Grande. É filha do médico José Moysés de Medeiros Neto e da enfermeira Zoé de Oliveira Medeiros. É divorciada e mãe de quatro filhos, um deles é o ex-vereador Cassiano. É formada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba. Em Campina Grande, trabalhou em diversos hospitais da rede pública e privada de saúde. Em 2010 disputou uma vaga

na Assembleia Legislativa da Paraíba, obtendo 10.408 votos. Em 2011 assumiu a Secretaria Municipal de Saúde, na gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo.



Tomando como base o conceito de imagem pública de WEBER (2004), onde “a imagem pública é construída no espelho entre o olhar e a informação. Construída entre certezas e dúvidas do espectador em relação à informação e seu autor”, é possível afirmar que a imagem construída pela candidata Daniella Ribeiro e seus assessores, buscou expor uma mulher sensível, de família bem constituída e tradicional. Mulher independente e popular que dedicou toda sua vida política à luta pelo povo. Seu primeiro guia eleitoral, mostra em sua fala a tomada para si da missão de se colocar como porta-voz dos interesses do povo:

Quando eu fui para a Assembleia eu me voltei completamente para o meu mandato de Deputada Estadual, a primeira luta que aconteceu com a demissão dos servidores (...) eu tomei pra mim como se fosse aquela dor, aquela angústia de cada um (...) era como se fosse comigo (...) aquilo mexeu comigo, como se dissesse, olha a responsabilidade, um momento que você sente que é com você, é como

se dissesse, eu confio em você, eu dependo de você. (Trecho do HGPE – 22/08/2012)

A fala da candidata e especialmente a comoção, acompanhada do choro, em sua primeira aparição no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), evidencia e fortalece a tentativa de construir, de apresentar aos eleitores uma mulher firme e convicta, que luta pelos seus ideais, mas que acima de tudo tem sensibilidade e a capacidade de compreender os anseios de seu eleitorado.

No entanto, como formula WEBER (2004), a imagem pública é construída entre “certezas e dúvidas”, a tentativa de dar ênfase ao lado sensível da candidata não foi bem recebida por parte dos eleitores, que a classificaram como apelativa e fraca. Ao comentar sobre tal episódio no momento em que nos concedeu uma entrevista, a depoente asseverou que tal exibição foi um equívoco:

Aquilo ali foi tudo natural (...) mas eu acho que foi um erro o programa, assim na medida, até o choro poderia ter saído, porque ele realmente aconteceu (...) mas não ter sido só aquilo (...) então acho que o prejudicial, o equívoco é ter colocado ele inteiro num programa de dois minutos (...) como a gente não tinha tempo pra mostrar outras coisas a gente devia ter optado por outra forma de ter feito. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07/07/2013).

Devido ao forte capital político trazido pela candidata, já que a mesma vem de uma família tradicionalmente política e ocupou os cargos de vereadora e deputada, tendo sido eleita com

expressivas votações, Daniella Ribeiro desde o anúncio de sua candidatura, foi cotada como o nome mais forte e diferenciado capaz de chegar a prefeitura de Campina Grande. Pesquisas realizadas com os ainda pré-candidatos apontavam a candidata como a primeira colocada nas intenções de voto.

No entanto, no decorrer da campanha a sua imagem parece ter se desgastado. As pesquisas realizadas após o mês de agosto já apresentavam um declínio nas intenções de voto direcionadas a ela. Alguns fatores podem ser elencados como prováveis causadores desse desgaste de sua imagem pública: O primeiro deles, a necessidade de troca de seu vice Perón Japyassu, já conhecido e eleito anteriormente pela população da cidade, pelo advogado Rodrigo Motta, figura desconhecida e distante dos eleitores. A quebra de aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) de Perón se deu devido ao fato de outro candidato, também filiado ao PT, lançar candidatura própria nas eleições. Com o fim da aliança a mesma perdeu cerca de quatro preciosos minutos no HGPE, permitindo assim, a polarização dos chamados grupos vermelho e amarelo, representados pelas candidaturas de Tatiana Ribeiro (PMDB) e Romero Rodrigues (PSDB), respectivamente:

Nós perdemos no tapetão, se você observar a gente saiu do processo na hora em que houve uma judicialização, depois daquilo o que aconteceu, ficou a dúvida, falando o tempo todo em impugnação da candidatura, a retirada do vice, o tempo de televisão acabou, houve um sangramento na candidatura (...) no instante em que há uma insegurança é natural que as pessoas corram pra quem tem chance, num vai mais ter Daniella, então pra quem a gente vai? (Entrevista Daniella Ribeiro, 07/07/2013).

Outra questão que permeou a sua campanha foi a incerteza quanto a independência e autonomia política da candidata. Ao passo que a mesma afirmava e exaltava seu não pertencimento a nenhum grupo político, a sua colocação como a “terceira via”, a mídia e os eleitores discutiam, lembravam e disseminavam momentos passados em que a candidata havia apoiado os mesmos grupos que agora criticava, além da candidata fazer parte de uma família de tradição política na cidade, podendo ser classificada também como grupo político. Quanto a existência ou não de uma independência política ela assim formulou:

Não sou ligada a grupo nenhum, nós temos um partido, faço parte de um partido, Partido Progressista, que é um partido independente (...) numa conjuntura política de eleição você escolhe, se eu não sou candidata a majoritária vou decidir, o partido vai decidir quem irá apoiar, num sei, é natural do processo eleitoral (...) ninguém mandava em mim, não tinha um padrinho político A nem B (...) a coisa que tentaram dizer é: ela também é de um grupo político, tem um apadrinhado político tradicional de Campina Grande, meu pai (...) mas ele me ensinou a construir a minha história (...) ele não interfere (...) e ele sempre disse: meu maior orgulho é você andar com suas próprias pernas. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07/07/2013).

O que foi possível observar, ao longo de sua campanha, foi uma paulatina desconstrução da imagem pública até então encenada pela candidata e por seus materiais de campanha (discursos, *jingles*, panfletos, HGPE). A mulher que enfatizava independência, coragem, firmeza e sensibilidade, foi ao longo de

sua campanha transformada em uma figura repleta de dúvidas e desconfianças, vista pelo eleitorado e pela mídia de maneira inversa aquela que seus discursos e sua imagem inicial pretendiam significar. Considerações estas que vão de encontro a construção e, sobretudo, a instituição de uma imagem pública bem sucedida e, acima de tudo, com credibilidade.

Já a imagem da candidata Tatiana Medeiros teve como pontos fortes de sua campanha e construção de sua imagem pública, a vinculação à imagem do então prefeito Veneziano Vital, a de médica (“minha doutora”), “comprometida” com a saúde e o bem estar social, com a maternidade e a capacidade de cuidar e ao mesmo tempo, demonstrar firmeza, competência e segurança no que diz respeito a uma possível gestão pública. Tatiana que até o lançamento de sua pré-candidatura tratava-se de um nome praticamente desconhecido, sobretudo do cenário político alicerçou, como ela mesma afirmou diversas vezes, em seus pronunciamentos, sua capacidade administrativa e experiência política à sua trajetória como médica. A evocação de sua experiência profissional busca “demonstrar princípios de ‘comprometimento com a causa’, capaz de estabelecer diferenças com outros candidatos”. (BARREIRA, 2003, p.177)

A imagem da candidata foi exaustivamente remetida a do prefeito Veneziano, chegando ao ponto do mesmo repetir com frequência que o eleitor ao votar em Tatiana era a mesma coisa que votar nele. Todos os seus eventos de campanha contavam com a participação de seu “padrinho político”, que parecia ter a função de “abrir as portas” da política e do eleitorado campinense para a candidata.

A ênfase no “doutora”, referência a sua profissão de médica, foi um dos personagens mais incorporados pela candidata no que se refere a construção e veiculação de seus discursos e de sua imagem. O trecho de um de seus *jingles* de campanha evi-

dencia tal fato: “cuide da saúde dessa gente/ como sempre fez de coração/ você tem a confiança sei que você faz/ é você Tatiana sei que é capaz/ vai minha doutora/ cuida do meu povo/ e faz Campina avançar muito mais”. O *jingle* tem ainda a intenção de mostrar um apelo do prefeito Veneziano, que entregaria agora “seu povo” a sua pessoa de confiança, capaz de prosseguir com aquilo iniciado por ele.

O apelo a sua condição de gênero e de mãe foram decisivos no tocante a simbologia de seus discursos e de seus atos. Mais um de seus *jingles* de campanha exploraram de maneira enfática as qualidades da mulher “doutora”, mãe, cuidadosa e competente:

Mas o sonho continua/ deixa eu cuidar de você/ meu povo ganhou uma mãe/ e mãe é uma só/mãe sempre quer o melhor/ coração de mãe não se engana/ Campina quer Tatiana/ ô doutora cuida do meu povo/ ô doutora quero ver continuar/ ô doutora sou 15 de novo/ meu coração é Tatiana pra Campina avançar. (*Jingle* de campanha de Tatiana Medeiros)

Através da observação em seus eventos de campanha, bem como de entrevistas com eleitores, foi possível observar que assim como ocorreu com a candidata Daniella Ribeiro, algumas imagens e considerações criadas pelos eleitores e pela mídia não foram desconstruídas através do *marketing* eleitoral da candidata.

A intensa participação do prefeito Veneziano e a associação de sua imagem a de Tatiana, foram significadas pela mídia local e por alguns eleitores como um ponto negativo. Falta de autonomia e competência foram alguns dos questionamentos feitos por esse público, já que a candidata só teria voz e repre-

sentatividade se aliada e posta junto ao ex-prefeito. No entanto, a presença exaustiva do ex-prefeito em suas atividades de campanha e em seus discursos, foi definida por Tatiana Medeiros como “motivo de orgulho”.

Como construir personas públicas

Com base no “inventário das categorias” de Lygia Sigaud (1978) construí um quadro de termos, adotados pelos próprios eleitores, capazes de categorizar e classificar as candidatas Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros, com o objetivo de compreender como esse público figurou a imagem construída por cada uma das candidatas.

O tema política, a partir dos dados obtidos, é algo repleto de “pessoalização” e até certo ponto segredos. Os eleitores em suas falas e descrições põem as candidatas, sob a ótica da pessoa, da personalidade, dos seus modos de ser, de se portar, de se vestir. As candidatas foram pensadas enquanto mulheres a partir das seguintes dualidades: bonitas/feias, simpáticas/antipáticas, bem vestidas/mal vestidas, vaidosas/não vaidosas, “a pessoalização do voto” se sobrepôs diversas vezes à figura do ser político, da mulher capaz de produzir projetos e os pôr em prática e de comandar uma cidade.

A figura que prevaleceu nas entrevistas foi a da pessoa Tatiana Medeiros e da pessoa Daniella Ribeiro. Ou seja, as paixões políticas e por figuras políticas, os nomes de família, ainda são preponderantes no momento da escolha de um candidato.

O preconceito e a desconfiança no que se refere à presença e participação das mulheres no meio político, tornou-se evidente em algumas falas e principalmente nas expressões, categorias que os eleitores utilizaram para descrever as candidatas Tatiana e Daniella. Considerações como a de que “eu não vejo uma

mulher no poder, pra política, eu não acho que ela saiba governar que nem um homem sabe governar, eu acho que o homem tem esse poder a mais, superior à gente” (estudante - 22 anos). A crença na falta de autonomia – de ser “pau mandado”; da beleza como empecilho – “patricinha”; foram recorrentes entre os informantes.

Diante de algumas percepções e tomando como base o texto de Lygia Sigaud, *A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios*, propus aos informantes que eles pensassem expressões, termos (adjetivos, gírias, significados) que pudessem categorizar e descrever as duas candidatas e com base nas informações oferecidas, foram construídos os itens abaixo descritos:

Daniella Ribeiro: Bela; Casada; Religiosa; Mulher de família; Candidata dos jovens; O problema do sobrenome; Discurso desconexo; Jovem; Boa dicção; Segurança na postura; Aptidão para liderança; Bem articulada; Política nata; Popular; Preparada; Irmã de um Ministro;

Tatiana Medeiros: Gerentona; Médica generosa; Profissional dedicada; Atitudes artificiais; Deselegância; Prepotente; Dilma em CG; Patricinha; Bem articulada; Discípula; Antipática; Despreparada; Fútil; Distante do povo; Ortopedista; A doutora;

Tatiana ao ser relacionada aos papéis de “gerentona”, “prepotente”, “deselegante”, “Dilma em CG” é enquadrada numa ótica que muitas mulheres enfrentam no cenário das disputas eleitorais. A mulher que para concorrer a um cargo, muitas vezes opta em assumir uma postura “masculinizada”, onde coragem, firmeza, liderança e força, são, histórica e culturalmente, associadas aos homens, e incorporados por essas mulheres na tentativa de conquistar espaço num meio majoritariamente masculino.

Nesse sentido, a mulher é levada a assumir dois personagens, ora um, ora outro: o da sensibilidade, carinho e cuidado maternal (valores também histórica e culturalmente dirigidos às mulheres) e o da líder, forte, comandante e independente (valores atribuídos ao universo masculino). Vale ressaltar que a expressão “Dilma em CG” faz referência à mesma conotação da candidata masculinizada. Dilma Rousseff durante campanha às eleições presidenciais de 2010 foi diversas vezes associada à figura de arrogante, “gerentona”, “mandona”, “temida”, por ter assumido uma postura de liderança e firmeza.

Classificá-la enquanto patricinha e fútil, pode ter um caráter um tanto pejorativo e até certo ponto preconceituoso. Por se tratar de uma mulher, “bem vestida”, “de boa aparência”, leva a crer que esta seja fútil e apenas comprometida com o consumo e manutenção de bens para uso pessoal; tal enquadramento remete a um tom preconceituoso, no qual a crença socialmente construída de que mulher só pensa e sabe comprar e cuidar da aparência física, se sobrepõe a sua capacidade intelectual, profissional e administrativa.

Descrições quanto a sua atuação profissional foram recorrentes: “ortopedista”, “médica dedicada”, “a doutora”. A ênfase na sua ocupação profissional por parte de sua campanha, impregnaram no imaginário e nas percepções do eleitor, a condição da mulher médica, cuidadosa e comprometida com o bem estar da população.

Os termos “antipática”, “distante do povo” remetem a “pessoalização do voto”. A candidata para agradar os eleitores, deveria demonstrar simpatia, amizade, proximidade, passar a ideia de alguém popular, “de um igual”.

Diferentemente da candidata Tatiana, Daniella Ribeiro foi associada pelos eleitores entrevistados à figura da “mulher tradicional”. Sob esse ponto de vista, podemos notar que a des-

crição de uma “mulher de família”, “casada”, “religiosa”, remete à figura da mulher esposa, dona de casa, mãe. Ao papel que costumeiramente a mulher ainda é associada. Assim é possível pensar também que valores tradicionais e arraigados em nossa cultura, como o casamento e a religião, acabam sendo questões relevantes quanto à construção e apresentação de um perfil político.

A experiência enquanto mulher política e o pertencimento a uma família de tradição política na Paraíba emprestaram a Daniella as descrições de “política nata”, “preparada”, de “aptidão para a política”. No entanto, a expressão “irmã de um ministro”, referência ao seu parentesco com o até então, Ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro e o “problema do sobrenome” (filha do ex-prefeito Enivaldo Ribeiro), pode ser avaliado como algo negativo, onde a mesma estaria na “sombra” de seu irmão e, conseqüentemente, presa ao nome de sua família: “os Ribeiro”, fazendo crer que sua atuação política estaria associada a um favorecimento e facilitação decorrentes de seu sobrenome político.

Já os termos “bela” e “jovem” podem ser relacionados à beleza plástica. A candidata, especialmente a mulher, associada à figura da “boa aparência”, das “vestimentas adequadas”, do salto alto, dos cabelos arrumados, da maquiagem, do corpo magro e esguio. Tradicionalmente a mulher brasileira é representada como símbolo de beleza e vaidade. Nesse sentido, a candidata Daniella foi classificada também dentro dessa perspectiva.

Assim, com base na análise dos dados foi possível observar que a imagem pública construída para as candidatas Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros, foi diversas vezes absorvida de maneira contrária ao que seus perfis e campanhas políticas tentaram mostrar. A tentativa de desconstruir um acervo de noções e pensamentos, através da sobreposição de novos e diferentes

discursos, foi frustrada. O eleitor, bem como a mídia, construíram interpretações e significados referentes a imagem pública das duas candidatas que não foram modificados por seus respectivos *marketing* eleitorais.

A incerteza e a desconfiança foram significativas no que se refere a percepção do público eleitor quanto as candidatas. Quanto as estratégias de campanha de ambas, foi possível perceber o papel fundamental que a “condição de gênero” assumiu no que se refere a suas apresentações diante do eleitorado. A figura da mulher mãe, zelosa, sensível e carinhosa foi atrelada a “condição masculina” de competência, coragem, firmeza e independência.

As performances políticas de Tatiana Medeiros e Daniella Ribeiro foram estrategicamente ensaiadas e produzidas na tentativa de conquistar apoio e votos dos eleitores e da opinião pública como um todo. As técnicas de persuasão, convencimento e conquista do eleitorado campinense foram tomadas por diversos momentos de maneira contrária ao que suas imagens públicas pretendiam expressar e representar, talvez isso explique, em parte, o baixo desempenho eleitoral das duas candidatas, principalmente de Daniella Ribeiro que literalmente viu a sua candidatura e expectativa de vitória esvaír-se, como afirmado alhures; apesar do melhor desempenho da candidata Tatiana Medeiros, pois chega ao segundo turno, pelas razões acima expostas, a sua candidatura igualmente não logra sucesso.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais. São Paulo, Editora Pontes, 2008.

_____ Imagens e sombras: Jogos de apresentação e influência em campanha eleitoral. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org). **A produção de política em campanhas eleitorais. Eleições municipais de 2000**. Campinas: Pontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na era da Comunicação de Massa**. São Paulo, Editora: Paulus, 2004.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande: EDUEPB, 20114.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010.

SIGAUD, Lygia. **A morte do caboclo**: um exercício sobre sistemas classificatórios. Nova Série: Rio de Janeiro. 1978.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política. Conceitos e abordagens**. Salvador, EDUFBA, 2004.

CAPÍTULO III

Pior do que ser é parecer ser:
estigma e relações de gênero na campanha
de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em
Campina Grande

Introdução

Quando estávamos em plena efervescência do período de campanha eleitoral, o chamado “tempo da política”, nos termos de PALMEIRA (2010), realizei rápidas enquetes sobre as motivações do voto, e neste ínterim, indaguei a um conhecido carroceiro de minha rua em quem ele iria votar para prefeito da cidade, Campina Grande, naquela campanha de 2012. A sua resposta provocou um grande susto, disse ele: “Eu ainda não sei, só não voto na rapariga de Veneziano!” Essa fala me deixou não só bastante perplexa, dada a ênfase com a qual nosso interlocutor se pronunciou, como me fez refletir sobre a atualização do estigma “da outra” dirigido a amante de homem casado. Ainda há um agravante a se misturar nesta questão: o fato de que essa aludida “rapariga” não era uma “mulher qualquer”, desconhecida dos cidadãos de sua cidade, tratava-se de uma das candidatas a prefeitura da cidade de Campina Grande, e Veneziano, igualmente, não era uma pessoa anônima, mas o atual prefeito da cidade e o principal cabo eleitoral da referida candidata.

Durante a campanha eleitoral de 2012 um eficiente circuito de boatos (BARREIRA, 1998) se propagou na cidade e dava conta de que a candidata Tatiana Medeiros (PMDB), apoiada pelo atual prefeito, Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) supostamente teriam um relacionamento amoroso e que a escolha do prefeito por seu nome se daria exatamente em decorrência da relação amorosa entre os dois. Tal boato caiu como uma “bomba” na cidade e a despeito de toda vida pública da candidata, anterior a sua própria inserção na vida política, ser médica ortopedista, reconhecida localmente como uma profissional competente,

filha também de médico e de nome de família tradicional local, tudo isso não foi suficiente para, de certa maneira, sufocar o boato construído. Pesou ainda contra ela, um outro forte estigma: o de ser uma mulher separada e mãe de quatro filhos, de dois relacionamentos. A fama de mulher independente, liberada sexualmente, falou-se muito de suas várias aventuras amorosas com diferentes parceiros, e ainda, de ser amante do prefeito, ajudaram na construção de uma imagem pública altamente estigmatizada e antipática a uma sociedade e cultura marcadas pelo preconceito e discriminação contra as mulheres e a quem “ousa” ser diferente.

Objetivo neste capítulo problematizar sobre os estereótipos dirigidos as mulheres e o uso dos mesmos, especialmente o de “amante de homem casado”, quando está em jogo, a disputa por espaços de poder. O intento é construir algumas reflexões que apontem para a existência de uma espécie de subterrâneo, de bastidores que são construídos durante a realização de uma campanha eleitoral no sentido de tentar desqualificar, até mesmo destruir uma candidatura por meio do acionamento de valores que continuam bastante atuantes na cultura brasileira.

Como se desfaz um fenômeno eleitoral

Iniciada a disputa eleitoral, no ano de 2012, foram realizadas algumas pesquisas de opinião pública e os resultados obtidos apontavam para a colocação da candidata Tatiana Ribeiro (PMDB) em terceiro lugar, em primeiro, e com considerável margem de diferença para mais, uma outra candidatura feminina se destacou, Daniella Ribeiro (PP). Em segundo lugar o nome escolhido pela enquete foi a do candidato, que acabou sendo eleito, Romero Rodrigues (PSDB).

Na verdade, o nome de Tatiana Medeiros para a sucessão de Veneziano, pareceu um tanto inusitado, o que levantou ainda mais “suspeitas” na sociedade local; pois Tatiana, ao contrário de Daniella, não possui uma origem familiar de pessoas ligadas a política. O seu pai é médico e irmãos no ramo empresarial; sua passagem na gestão pública dá-se a partir do convite do prefeito para que ela assumisse, como de fato assumiu, a direção do SAMU na cidade e, posteriormente, o cargo de Secretária da Saúde do Município.

Assim, ao ser anunciado o seu nome, na cidade começa a se espriar um eficiente circuito de boatos pondo em questão a escolha de seu nome. Indagações tais como: “Tatiana, aquela que é médica, candidata a prefeita? Por quê ela?”; “Qual o interesse de Veneziano em escolhê-la e não outro ou outra candidata?”, alguém mais afoito em nossas enquetes assim afirmou: “As pessoas viram eles se agarrando na ambulância do SAMU”; outro também não perdeu tempo em propagar o seguinte boato: “a mulher dele já soube de tudo e deu uma surra nela”; ou ainda: “Veneziano vai se separar da mulher para viver com ela, por isso que ele a quer prefeita”; “Coitada da esposa sendo enganada dessa forma...”; “Se eu fosse a mulher dele não comparecia em nenhum comício pra não fazer figura pra outra”; ou coisas mais picantes, tais como: “É muita cara de pau dela posar de boa moça na frente da esposa”; “Ela não tem jeito, destruiu um casamento”; “Ela tem três filhos, cada um de um homem diferente”; “Já ouvi dizer que o filho mais novo dela é filho de Veneziano, há muito que são amantes”; “Eles são amantes há tempo, não é de hoje não”. Esses foram alguns dos comentários que ouvi através de conversas com diversas pessoas. Tais comentários sempre vieram de maneira muito sutil, quase num silêncio, onde as pessoas mal balbuciavam o que iam dizer, quase “cochichando ao pé do ouvido”.

Abaixo, é possível ver uma imagem da primeira-dama do município, Ana Cláudia, com a candidata Tatiana. Trata-se de uma imagem e mensagem produzidas para as mulheres exaltando-as no dia em que se comemorou o aniversário de emancipação da cidade de Campina Grande, 11 de outubro, rendendo-lhes homenagens; na sequência, outra imagem da candidata, no meio, tendo a sua esquerda a primeira-dama em campanha, e a sua direita, a sua assessora, Lídia Moura, que por sua vez, foi também candidata a prefeitura de Campina Grande, nas Eleições de 2004.



Imagem disponível no *blog oficial da candidata*



Imagem disponível no *blog oficial da candidata*

A exceção do nosso carroceiro que gritou em alto e bom som, que não votava na candidata por esta ser “rapariga”, os outros relatos foram cercados de cuidados, pois parece que ali se revelava uma espécie de segredo, e sabemos, segredos existem para não serem revelados, do contrário, deixam de ser segredos. Ademais, por se tratar de um tema de foro íntimo as pessoas não querem se expor, fazer comentários que depois possam ser levadas a ter que provar, então “essas coisas da vida íntima” são ditas sob o signo do segredo.



Continue olhando tudo a sua volta com ternur
simplicidade do coração,
acreditando que os maiores segredos estão
escondidos nos gestos e
nas palavras mais simples.

A fé sempre vê o invisível, acredita no
inacreditável e recebe o que parece impossível
Não permita que nada e nem ninguém pise sol
os campos onde você
semeou os seus sonhos, porque somente você
sabe a importância que eles tem.
Não os deixe morrer, sonhos são vida e
esperança, é a certeza
de que viver vale a pena em todos os sentidos.

Fazer uma homenagem a alguém tão especial
como você não é uma tarefa fácil,
é preciso encontrar palavras que definam tudo
que este alguém representa e como este dia de
hoje te pertence, quero lhe desejar tudo que
existir de melhor e mais bonito para você, pois
muito importante para mim e para galera do
15...

ass: gel moura

Prefeito Veneziano em atividade política com a candidata Tatiana

Até mesmo por parte dos adversários esse boato foi utilizado; quando estava observando algumas atividades de campanha pelas ruas do centro da cidade, vi alguns jovens que trabalhavam na campanha de Daniella Ribeiro, do Partido Progressista (PP). Estes distribuía adesivos que de longe já chamou a minha atenção pela mistura das cores amarelo, vermelho e azul. Para minha surpresa, quando recebi o adesivo nele estava escrita a seguinte frase: “Nem ele, nem a outra, meu voto é Daniella”. Como era de se esperar, me surpreendi quando vi a palavra “a outra”, numa clara referência subliminar ao suposto relacionamento amoroso entre Veneziano e Tatiana.

Seria possível até imaginar, talvez ingenuamente, que o termo a “outra” poderia ter sido usado para fazer referência, tão somente, “a outra candidatura feminina”, mas tal leitura não se sustenta, pois, ao tentar desconstruir a imagem de Tatiana Medeiros, o *marketing* político da candidata Daniella foi totalmente estratégico e intencional, ou seja, buscou enaltecer as caracte-

rísticas de Daniella, quais sejam: a de mulher casada, com três filhos e evangélica. Enquanto Tatiana é apresentada como divorciada.

Alguns estudiosos sobre a emergência do feminino na política, tal como Irllys Barreira (1998, p.115), chamou atenção sobre os preconceitos sofridos pela então candidata Maria Luiza Fontenele, do PT, a prefeitura de Fortaleza, no ano de 1985. Ocorre que era preciso desconstruir uma série de preconceitos impostos a candidata como: ser de esquerda, ter tido dois casamentos e ser, à época da campanha, uma mulher desquitada.

O estigma de ser a “outra” é algo por demais negativo para uma sociedade ainda com fortes traços conservadores. Mirian Goldenberg, ao fazer um estudo sobre a identidade da amante do homem casado, assim formulou:

Representada em romances, filmes, novelas de tevê, peças de teatro e mesmo na cabeça da maior parte das pessoas como vilã, a mulher fatal e perigosa, ameaça aos lares felizes e à família, a OUTRA, a amante do homem casado, é um personagem muito presente na vida de cada um de nós. Reais ou não, essas representações tornam a OUTRA um ser misterioso e profano, encoberto por enigmas, que pode a tudo e a todos contaminar. É a mulher pecadora, Eva, desobediente de Deus e aos valores da sociedade, que deve permanecer escondida (ou ser destruída) para não macular a pureza das virgens e das esposas fiéis. (GOLDENBERG, 1990, p.17)

De maneira alguma e absolutamente não é meu intento no presente texto, afirmar ou não sobre a veracidade desse circuito de boatos, isso não importa, desejo apenas levantar um ponto para reflexão e acredito que seja fulcral para a linha de raciocínio

que estou aqui tentando construir: por que o alvo dos boatos foi uma mulher, e não um homem? Foi a “outra” e não o “outro”? Por que, em certo sentido, todos esses julgamentos sobre a “honra” foram recortados para o gênero feminino e não masculino?

Vale destacar que disputaram a prefeitura de Campina Grande, sete candidatas, destes, duas mulheres e cinco homens. Absolutamente não ouvi nenhum boato sobre a vida privada de nenhum dos candidatos homens, tais como: possuir amantes ou filhos fora ou de vários casamentos. Então por que tanta balburdia em relação a candidatura de Tatiana Medeiros?

Paradoxalmente quando surge algum boato de supostos relacionamentos amorosos de políticos casados com supostas amantes, a sociedade em geral, ao contrário de construir um discurso a rechaçar tal comportamento, exalta tal realidade como expressão de macheza, exemplo de capacidade de conquista, como ocorreu recentemente com um conhecido político do Estado, casado e que foi filmado beijando outra mulher em uma praia; o que escutou, posteriormente ao acontecido, em algumas conversas, tanto com homens como com mulheres foram os seguintes enunciados: “Eita cabra macho! Esse é dos meus”; “Pior se ele estivesse beijando um homem!”; “Ele mostra que é homem”. Interessante que não ouvi ninguém tratá-lo como o “outro”, em nossa cultura parece que só existe a figura da “outra”.

Em outras palavras, nos termos da nossa cultura, a traição masculina eleva o homem, fortalece a sua virilidade, a sua capacidade de conquistar as mulheres, ao contrário, quando é a mulher que trai ou quando ocupa a identidade da “outra”, ela é a perigosa, a fraca, a pecadora, aquela que deve ser punida por tamanho desvio.

O quadro ainda se complica mais se se compara o que se disse da outra candidatura feminina, me referimo a candidata Da-

niella Ribeiro. Esta já vem de uma longa vida pública, representa a continuidade do poder político de sua família, os Ribeiro, e foi campeã de votos quando se elegeu Vereadora e Deputada Estadual; foi ainda Secretária da Cultura no governo do Estado da Paraíba. Além de tal carreira, o seu programa eleitoral e sua página oficial no **Facebook** nunca deixavam de fazer a ressalva de que a candidata era casada, mãe de três filhos, além de ser evangélica.



Imagem disponível no *blog* oficial da candidata

É possível, sem dúvida nenhuma, para os parâmetros de nossa cultura altamente excludente, conservadora e arraigada a valores morais, afirmar que novamente sai perdendo a candidata Tatiana. Seja a sua comparação com as candidaturas masculinas, seja com a feminina, ela fica em desvantagem.

De tanto os outros dois principais candidatos na disputa pela Prefeitura Municipal, Romero Rodrigues (PSDB) e Daniella Ribeiro (PP) insistirem em pautar em seus discursos e aparições públicas no HGPE, com o tema família, esperando daí tirar alguma vantagem por ambos serem casados e a candidata Tatiana ser divorciada, que no dia 25 de outubro de 2012, ela ocupa parte de seu horário eleitoral no rádio e TV e emite o seguinte discurso:

O assunto família foi usado insistentemente nos últimos guias eleitorais do meu adversário. Não sei se sua intenção foi sugerir que existe alguma vantagem em se ter como prefeito um homem de família. Ou se ele queria insinuar algum preconceito contra as mulheres independentes. Quero dizer a ele e a todos que tenho imenso orgulho de ser uma entre milhões de brasileiros arrimo de família. Dou apenas uma dessas mulheres que não dependem de ninguém, que constroem uma vida profissional de sucesso ao mesmo tempo em que vão à luta para criar seus filhos com todo carinho, alimentá-los e educá-los, para que se tornem cidadãos dignos e responsáveis. Mulheres guerreiras, que tiveram que se construir fortes para enfrentar por muitas vezes a incompreensão de alguns e o preconceito de muitos. Fui atleta, adquiri as virtudes da disciplina, determinação, respeito. Adquiri também a coragem para perseguir a vitória, a nunca esmorecer, nunca desistir. Mesmo quando tudo parecia estar

contra mim. Minha história de vida e de vitórias, o carinho e a felicidade da minha família unida são o meu testemunho. Sou Tatiana, uma mulher entre tantas, independente e que sabe o que quer. Uma mulher que só deve a obediência ao povo de Campina. (Guia Eleitoral Tatiana Medeiros, 25 de outubro de 2012)

O contundente discurso buscou esvaziar o conteúdo “malicioso” que se pretendia construir para a imagem da candidata, desta feita, em sentido inverso: o que Tatiana busca é sensibilizar o eleitor para ser sua aliada na luta contra o preconceito com a mulher que é livre e independente, autônoma e “dona de seu nariz”. Tenta ainda defender a máxima de que a mulher para ser feliz e equilibrada e, principalmente, para educar os filhos e ter uma família, não precisa necessariamente de ter um marido ao seu lado, pode então trabalhar e garantir a sua sobrevivência e de sua família com o “suor de seu rosto” e ser tão digna quanto qualquer outra mulher.



Tatiana e seus quatro filhos. Imagem disponível em seu *blog oficial*

A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas, seja para referenciar um atributo positivo ou negativo, se está, todo o tempo, avaliando-se pessoas. Para Goffman (1988), o termo estigma é usado em referência a um atributo “profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso.” E complementa: “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13).

Para fins de análise o citado autor oferece alguns tipos de estigma, mas me focarei no segundo tipo, ou seja, aquele que in-

dica “as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos.” Uma característica comum entre os tipos de estigma é que um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN, 1988, p.14)

A candidata Tatiana sofreu, durante a sua campanha, uma fratura na tíbia e passou quase toda a campanha usando muletas. Mesmo assim, a candidata não deixou de comparecer as atividades da campanha tais como: passeatas, comícios e que, mesmo com dificuldades de locomoção, não deixou de estar presente. Em seu guia eleitoral, veiculado no dia 10 de setembro de 2012, ela assim se pronunciou:

Há mais de trinta dias estou com uma fratura na tíbia que tem limitado meus movimentos, meus exames estão, inclusive, disponíveis em nosso site. Por causa dessa fratura, tenho participado de nossos eventos populares com ajuda de muletas, ficando assim impossibilitada de me aproximar ainda mais dessa gente tão querida que preenche nossas caminhadas com a sua fé e alegria. Mas, uma coisa eu garanto: é a fé e o carinho do povo campinense que anestesiaram minha dor e que me dão mais energia para continuar nessa luta e fazer Campina seguir em frente rumo ao futuro. (Trecho do Guia Eleitoral, veiculado no dia 10 de setembro de 2012)

Algumas pessoas, por meio do aludido “circuito de boatos”, chegaram a cogitar que o que estava acontecendo com a candi-

data “era frescura”, “que nada tinha acontecido com sua perna”, e que ela teria inventado a fratura na tíbia “para usar isso como justificativa para não se aproximar das pessoas”, questionaram outros: “como uma pessoa com fratura na perna pode usar salto?” Nessa guerra de narrativas, outros cidadãos preferiram se sensibilizar com o acidente da candidata, postando recados em sua rede social *Facebook* e *Twitter* desejando melhoras, e ainda acrescentaram que ela era uma “guerreira”, “um exemplo para todos”, por estar superando o desafio, de mesmo com uma fratura, cumprir todas as suas atividades de campanha.

Assim, os atos, por menores que sejam, são avaliados e não se tem absolutamente nenhum controle sobre tais avaliações, tampouco sobre os seus resultados, é isso, entre outros fatores, que fazem uma campanha eleitoral ser um momento, para usar uma expressão durkheimiana, de total e completa efervescência.



Imagem disponível no *blog* oficial

A vida privada da candidata Tatiana foi invadida por insinuações e boatos, é sabido que a vida pública e privada não deveria ser confundida, mas quando se trata de política essa separação é tênue. A vida dos candidatos é tratada como parte de uma família que não é a do eleitor, no entanto, este se sente no direito de falar de sua vida como se fosse a da sua própria família, daí que existem coisas que podem ser dadas à público, outras não.

Para Goffman (1988), “a área de manipulação do estigma pode ser considerada como algo que pertence fundamentalmente à vida pública, ao contato entre estranhos ou mesmo conhecidos, colocando-se no extremo de um *continuum* cujo polo oposto é a intimidade.” (GOFFMAN, p.62) e acrescenta:

Em nossa sociedade, falar de uma mulher como esposa de alguém é colocar essa pessoa numa categoria que não pode ter mais que um membro; entretanto, há toda uma categoria implícita da qual ela é somente um membro. É provável que características singulares, historicamente imbricadas, tinjam as margens de nossa relação com essa pessoa; ainda assim, há no âmago um ordenamento completo de previsões socialmente padronizadas que temos quanto à sua conduta e natureza como ela cuidará da casa, receberá nossos amigos e terá filhos. Ela será uma boa ou má esposa, sendo isto colocado relativamente a expectativas padronizadas que outros maridos de nosso grupo têm, também, em relação a suas esposas. Assim, quer estejamos em interação com pessoas íntimas ou com estranhos, acabaremos por descobrir que as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos, colocando-os, mesmo nesse caso, em nosso lugar. (GOFFMAN, 1988, p.63)

Remeto-me ainda, a um comentário que ouvi durante a campanha; uma pessoa que cantava os hinos numa das Igrejas Católicas da cidade disse que o padre sempre votou em Veneziano, e que iria votar em Tatiana por achar que aquele havia feito um excelente governo, no entanto, ao ser informado sobre o possível relacionamento amoroso entre os dois, prontamente mudara de opinião, ao afirmar que “não votaria numa mulher que tivesse esse tipo de comportamento”. A imagem pública da candidata Tatiana, sem dúvida, foi desconstruída e maculada por meio desse circuito de boatos.

Como defende Goffman (1988, p.76), “a descoberta prejudica não só a situação social corrente, mas ainda as relações sociais estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele, mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação.” E acrescenta:

Num sentido importante há um só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva, constituindo-se isso, num certo sentido, em que se pode falar de um sistema de valores comuns na América. Qualquer homem que não consegue preencher um desses requisitos ver-se-á, provavelmente – pelo menos em alguns momentos – como indigno, incompleto e inferior (...). Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que produzem em todo lugar na vida quotidiana. (GOFFMAN, 1988, p.139)

Com base no exposto, a grande questão que se colocou para a equipe de campanha da candidata foi tentar transformar características “negativas” em “positivas”, a partir da utilização de recursos discursivos e visuais. Assim, para atenuar, por exemplo, as acusações e/ou boatos de que a candidata era mãe de “quatro filhos e de que cada um possuía um pai”, ela aparece, por várias vezes em seu guia eleitoral (Horário gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE), reunida em um ambiente agradável de sua suposta casa, acompanhada dos filhos, passando uma imagem de que, mesmo sendo uma mulher desquitada, ainda assim possui uma família e que a ama e que todos vivem em completa harmonia.

Para desconstruir a visão de que ela não possui experiência política, igualmente ela vai se utilizar das aparições em seu guia eleitoral investindo na figura da “doutora”. É muito forte em nossa sociedade a associação que se faz entre a profissão da medicina e a capacidade do curar, do cuidar. Não é a toa, igualmente, que um dos principais *jingles* de sua campanha, tentam destacar essa máxima:

Oh doutora, cuida do meu povo,
Oh doutora quero ver continuar,
Oh doutora cuida do meu povo,
Pra Campina melhorar.

O “cuidar”, “proteger” são comumente utilizados nas campanhas das mulheres como um atributo do feminino com vistas a construção de uma espécie de “singularidade do feminino”. A candidata Tatiana soube fazer um bom uso de tais atributos; além de mulher, de mãe, ela é médica, assim a ideia do “cuidar” ganha muito mais sentido.

Nestes termos, foi comum encontrar, dentre os materiais de campanha da candidata, muitas imagens suas com crianças

nos braços, acariciando-as ou tomando-as em seu colo, tentando passar a imagem de proteção e amor.



Imagem disponível no *blog* da candidata

Durante a realização de uma campanha eleitoral é comum que os eleitores realizem uma espécie de varredura de seu candidato, observando aspectos de sua vida pública e privada. Mas no Brasil uma situação se faz evidente: há toda uma associação da pessoa privada com a pessoa pública, talvez isso explique porque o eleitor, em geral, observa alguns pré-requisitos que considera importante para a sua escolha: a orientação sexual do proponente; sua filiação religiosa; aspectos físicos e sua saúde; estado civil e características comportamentais, além dos traços de personalidade.

É em decorrência de tais exigências que é comum que durante as campanhas eleitorais então surjam boatos, muitos deles plantados pelos grupos oposicionistas, de que tal ou qual candidato é homoafetivo, macumbeiro, doente, divorciado, an-

tipático ao povo, entre outros; ou seja, que tenha um conjunto de atributos condenados, alvos de preconceito e discriminação na sociedade.

Sobre essa questão Irllys Barreira (1989) nos ensina que

Os boatos são também exemplos de armas simbólicas frequentemente utilizadas no decorrer das diferentes campanhas. Sua difusão representa uma construção performativa, na medida em que pertence, na perspectiva de BOURDIEU (1996), ao conjunto dos atos de instituição e destituição que caracterizam o poder simbólico. (BARREIRA, 1998, p.145)

A campanha de Dilma Rousseff, em 2010, ilustra bem o que aqui esta sendo construído; em outro artigo (LIMA, 2012), tentei demonstrar o eficiente circuito de boatos sobre a vida privada da candidata. A sua campanha na *web* passou por um verdadeiro processo de bombardeamento; em diversas páginas nas redes sociais e *blogs* se questionou sua orientação sexual, sua filiação religiosa, sua condição de mulher desquitada.

Assim que seu nome foi cotado para a disputa eleitoral, diversas críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu possível “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao então Presidente Lula quando esta era Ministra da Casa Civil, reforçou a representação de “mandona”. Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *blog*:

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou... Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas... Isso é princípio ele-

mentar de trabalho em grupo (Trecho de entrevista publicado no “*Blog da Dilma*”, <http://blogdadilma.blog.br/>).

A transformação em sua aparência física foi unida a mudanças em seu comportamento; suas aparições em programas de TV e no HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) buscavam mostrar uma Dilma mais calma, simpática, delicada e sorridente, características compatíveis com a sensibilidade e tranquilidade que uma mulher “deve” ter. Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País (Trecho de entrevista de Dilma postado no “*Blog da Dilma*”, <http://blogdadilma.blog.br/>).

Especulações sobre a sua vida amorosa foram um dos temas mais impactantes que congestionaram as redes sociais; circularam uma série de notícias sobre uma suposta orientação homoafetiva da candidata. Sendo uma mulher sozinha, separada do

marido, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heterossexual em dúvida. Foi colocada na rede a mensagem de que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável e de que a sua companheira estaria, inclusive, entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão.

Sobre esse tema e na tentativa de desconstruir mais esse “boato”, a jornalista Sandra de Andrade, postou o seguinte comentário:

Há em circulação um email sobre uma amante lésbica de Dilma Rousseff, que pede pensão à candidata na Justiça. É fácil provar a falsidade deste email. Na “pseudo-matéria”, a suposta amante de Dilma é defendida pelo advogado Celso Langoni Filho. Como todos sabem, após terminar o curso de direito, todo bacharel deve fazer o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Apenas com a aprovação neste exame é que alguém é considerado um advogado de fato. Aos aprovados, é dada a carteirinha do advogado com um número, que fica registrado em um arquivo nacional. O que eu fiz foi bem simples, acessei o arquivo nacional da OAB e procurei o “Dr. Celso Langoni Filho” para uma entrevista. Veja o resultado: não existe um advogado chamado Celso Langoni Filho (*Blog da Dilma* – <http://blogdadilma.blog.br/>).

Novamente esbarra-se em um “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978), afirma que uma das pré-condições para alguém ser um estadista é este ter uma família – cônjuge, filhos, além de animais de estimação. Só que obviamente esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam

nessa notícia acreditando no desgaste da imagem pública de Dilma Rousseff. No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade ou no direito do cidadão em assumir certos cargos ou como se não fosse lícito fazer certas escolhas.

Apesar dos avanços, do ponto de vista do Direito, na garantia dos homoafetivos, como a recente aprovação e regulamentação do direito civil da união entre pessoas do mesmo sexo e da tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional que busca definir como crime a prática da homofobia, a sociedade brasileira ainda está bastante longe do respeito à diversidade cultural. O preconceito campeia as relações homoafetivas e a prática da homofobia é mais comum do que podemos imaginar.

Caso semelhante aconteceu com os boatos em torno das candidaturas de Fátima Bezerra e Kátia Born, na disputa pelas prefeituras de Natal e Maceió, respectivamente, de que elas teriam uma orientação homoafetiva. As duas, para não perderem votos, se utilizaram do horário de seus guias eleitorais para negarem tal boato. (BARREIRA, 1998, p.145)

Em entrevista concedida por Tatiana Medeiros, no dia 16 de abril de 2013, portanto, seis meses após encerrada a campanha eleitoral, realizei algumas incursões sobre a sua campanha política e sobre a leitura que ela faria de sua campanha e sobre os boatos surgidos, ela assim se expressou, marcada por um discurso de ressentimentos sobre a cultura política local:

As baixarias e as picuinhas que acontecem aqui em Campina Grande terminam afetando a todos, daí eu não estar acostumada com isso; meus filhos não estão acostumados com isso, meus irmãos, meus pais, meus colegas médicos da clínica, ninguém.

Ao se colocar como “alguém de fora” da ambiência dessas “baixarias e picuinhas” a então candidata afirmou ter sido prejudicada por esse circuito de boatos que destroçaram a sua imagem pública e privada. No discurso abaixo descrito é possível mensurar tal raciocínio:

Talvez hoje eu tenha uma visão real do que é a política na Paraíba, do que a política em Campina Grande e de todos os instrumentos pequenos que são utilizados e de todas as máculas que tentaram fazer em torno da minha imagem e isso é muito ruim, isso não é bom, não é saudável emocionalmente, não é saudável fisicamente, tanto aconteceu que eu não tive uma só fratura, tive duas fraturas, quebrei a perna direita e depois quebrei a esquerda e chegaram ao cúmulo de dizer que eu não tinha quebrado nada.

Sobre o circuito de boatos construídos sobre a sua vida privada e os preconceitos sofridos, acrescentou ela:

Fui muito, muito, muito perseguida durante essa campanha. Sofri todos os tipos de preconceito, de mentira, de mácula, tentaram fazer tudo para que a minha imagem fosse totalmente desconstruída ou então construída de forma diferente, construída com a maldade. Tentaram macular a imagem da mulher, da mãe, da profissional, de tudo.

Ao amanhecer do dia no qual a derrota da candidata já estava selada e como uma forma de responder a toda essa “perseguição” sofrida, o enredo espetacular se encerra, eivado de agressividade e ressentimento por parte de sua irmã, Marta Medei-

ros, que na página de seu *facebook* desabava afirmando que sua irmã não precisa de “carguinho de merda”, além das seguintes observações:

Voce não precisa disso para viver, está acima desse covil. É profissional renomada e competente, gabaritada e especializada como poucos em nossa região...Tens do que viver, graças a Deus e à sua imensa e reconhecida competência...Deixe as tetas para os MEDÍOCRES MAMAREM...Que se matem e bajulem por um carguinho de MERDA...voce foi criada em uma família HONESTA e de VALORES MORAIS, que sobrevive de TRABALHO e não de EMPREGOS...Voce tem BERÇO, não nasceu em um côcho...Faça valer sua HONRA e VALENTIA...Você é PURA demais para fazer parte desse mundo IMUNDO!!!” (Grifos da autora. Consultar: http://www.apalavraonline.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=2&Itemid=128&id_noticia=3287)

Tal desabafo surge como uma espécie de resposta a todas as insinuações sofridas pela candidata durante a sua campanha. A sua irmã, ao usar o papel de porta-voz, na verdade, tenta dizer para a sociedade campinense que sua irmã é séria do ponto de vista pessoal e como pessoa pública. Não deixa de ser um triste desfecho que novamente escancara e deixa claro a nossa profunda dificuldade de lidar com a diferença e com a necessária separação entre o espaço público e o privado.

Noutros termos, a recente campanha eleitoral ocorrida na cidade de Campina Grande, nas Eleições 2012, sem dúvida, ofereceu muitos e importantes elementos para outras reflexões. Dela é possível destacar alguns aspectos importantes: a disputa

de duas candidaturas femininas contra cinco masculinas, não só foi algo inédito da história política local, como imprimiu visibilidade ao feminino e a disputa por espaços de poder. Foi algo muito interessante ver e ouvir não só no guia eleitoral, mas nos debates transmitidos pela televisão e na rádio, a presença contundente da mulher.

Foi igualmente muito importante o papel desempenhado pelas redes sociais, as candidatas, em particular, trabalharam de forma bastante competente a construção de suas imagens públicas, a elas foi dado grande visibilidade midiática. Até porque, como já observado alhures, tais candidaturas surgem com forte possibilidade de saírem vitoriosas.

Outro ponto que considero importante destacar foi a atualização da evidente importância que a vida privada dos candidatos tem para o eleitor. A tentativa de “varredura” realizada pelo eleitor para trazer à tona a vida íntima dos candidatos, é algo que ficou evidente na referida campanha. E exatamente essa cobrança e pré-requisito do eleitor para escolher o seu candidato, talvez explique em parte, o sucesso ou o insucesso de certas candidaturas. Quem não passa no crivo da opinião pública, esta que confunde secularmente no Brasil o que é público e o que é privado, dificilmente logra sucesso. Isso sem falar nas variadas motivações para o voto em determinado candidato. Certa vez, com a minha mania de interpelar as pessoas para saber um pouco mais sobre a sua percepção da política, indaguei: O senhor vai votar em quem? Ao que respondeu: “Em Cássio Cunha Lima” e indaguei por quê? E ele totalmente cômico de sua escolha respondeu: “porque um dia, passando pela minha rua, foi a minha casa que ele escolheu para entrar e tomou café preparado por minha mulher”. Com tal resposta é possível então detectar a importância de pensar a prática política à luz da cultura e com o mesmo raciocínio, se justifica o preconceito e a discriminação contra a amante de homem casado. A cultura, portanto,

é o ambiente onde se constroem, se reforçam e se perpetuam tais percepções e a política, por sua vez, é pensada, interpretada e reproduzida segundo tal ambiente pois cultura e política são construções de um mesmo substrato, de uma mesma ordem, de uma mesma práxis e universo simbólico.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A expressão dos sentimentos na política. In: TEIXEIRA, Carla Costa.; CHAVES, Christine de Alencar. (org.) **Espaços e Tempos da Política**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará, 2004. p. 67-90.

_____. Quem faz política; emblemas e ritualidades da representação no feminino. In: **Chuva de Papéis**: Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro, Relumê Dumara, 1998. p. 103-156.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org.). **A Produção da Política em Campanhas Eleitorais**: Eleições Municipais de 2000. Campina-SP, Pontes, 2003.

_____. Como se faz e desfaz um “Fenômeno Eleitoral”: o Caso Roseana Sarney. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly **Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática**: ciclos de mudança e continuidade. Fortaleza, Edições UFC, 2013. p.94-120.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A outra**: um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado. Rio de Janeiro, Revan, 1990.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande, EDUFPG, 2012.

_____. Interseções entre Cultura, Mídia e Política: o uso das redes sociais na campanha de Dilma Rousseff em 2010. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.43, n.1, jan/jul 2012. p. 94-111.

PALMEIRA, Moacir.; HEREDIA, Beatriz M. de.(org.) **Política Am-bígua**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? In: BARREIRA, Irllys.; PALMEIRA, Moacir. (org.) **Candidatos e Candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo, Annablume, 1998. p. 107-130.

CAPÍTULO IV

Como se faz e se desfaz um “fenômeno eleitoral”: as campanhas de Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros

Introdução

A participação cada vez mais significativa das candidaturas femininas nas eleições municipais e presidenciais, de 2010 e 2012, revela que apesar de todos os obstáculos a presença de mulheres no espaço político tem se tornado algo mais comum e efetivo, demonstrando assim uma reconfiguração na disputa por espaços de poder.

As eleições municipais de 2012 registraram dados que comprovam a ascensão da participação feminina nas disputas eleitorais. O número de mulheres eleitas para as prefeituras no 1º turno aumentou 31,5% em 2012 em relação ao 1º turno de 2008, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2012, as mulheres conquistaram 664 prefeituras representando 12,03% do total de prefeitos eleitos. Na eleição anterior esse percentual foi de 9,12% do total ou, 504 prefeituras. De um total de 15.128 candidatos registrados concorrendo ao cargo de prefeito em 2012, 2.026 (13,39%) eram do sexo feminino e 13.102 (86,61%) do sexo masculino. É possível notar, mesmo que em pequena proporção, o aumento das candidaturas femininas, já que em 2008, o número total de candidaturas foi de 15.142, onde 1.670 (11,02%) foram de mulheres, enquanto os homens tiveram 13.472 (90,88).

Os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) evidenciam que a inserção e principalmente a fixação das mulheres nos espaços de poder político é um fenômeno gradativo, repleto de barreiras mas que, com o passar das eleições, tem tornado possível, paulatinamente, a conquista deste cenário por parte das mulheres, que há alguns anos encontrava-se ainda mais inacessível, até mesmo impensável.

Com base na problemática da inserção da mulher nos espaços de poder, objetivo investigar e analisar como as candidatas à prefeitura de Campina Grande, nas eleições 2012, Daniella Ribeiro (PP) e Tatiana Medeiros (PMDB) construíram a sua Imagem Pública. Observei que a imagem pública construída pelas candidatas passou por um verdadeiro “bombardeio”, através de um eficiente “circuito de boatos”, cujo fim, ao que tudo indica, foi o de desqualificar as suas candidaturas, por meio de um discurso, sobretudo, sexuado. Intento analisar – a partir da observação participante em eventos de campanha, da análise dos materiais de propaganda eleitoral e da realização de entrevistas – como essas imagens foram construídas e, principalmente, perceber e entender como tais imagens foram significadas e resignificadas pelas próprias candidatas, pelo eleitorado campinense e pela mídia local.

O ingresso na vida política

As eleições à Prefeitura de Campina Grande, no ano de 2012, proporcionaram mais uma vez, campanhas acirradas e competitivas, marcadas pela disputa por espaços de poder e pelos “nomes de família”. O ano de 2012 trouxe para as eleições sete candidaturas à prefeitura municipal, das quais três foram vistas pelo público eleitor e pela mídia local, com reais possibilidades de vitória. Ainda que em proporções desiguais, a cidade se vestiu de amarelo, vermelho, azul, verde e branco, fato este novo se comparado as eleições anteriores, onde apenas duas cores prevaleciam.

No tocante a essas candidaturas, duas chamaram a atenção e se tornaram objeto de reflexão nesse texto: as candidaturas de Daniella Ribeiro (PP) e de Tatiana Medeiros (PMDB).

Daniella Velloso Borges Ribeiro Novais de Araújo nasceu em Campina Grande no ano de 1972. De família tradicionalmente política, é filha do ex-deputado federal e ex-prefeito Enivaldo Ribeiro e da empresária e ex-prefeita do município de Pilar (PB), Virgínia Velloso Borges. É casada com José Ferreira Júnior e mãe de três filhos. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fez Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UNB) e cursou na Escola de Administração Fazendária de Brasília (ESAFE), Gestão Urbana e Municipal. Desde cedo, Daniella esteve inserida no meio político, tendo participado ativamente das campanhas eleitorais de sua mãe, de seu pai e de seu irmão Aguinaldo Ribeiro, Deputado Federal e ex-Ministro das Cidades, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Em 2007, Daniella foi subsecretária de cultura do Estado da Paraíba. No ano de 2008 foi eleita Vereadora, sendo a segunda mais votada de Campina Grande, com 6.838 votos. Como Vereadora, foi presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Municipal de Campina Grande, fez parte também, como membro, da Comissão de Educação e Cultura. Já no ano de 2010, com 29.863 votos, foi eleita Deputada Estadual. Atualmente é Senadora a República.



Daniella Ribeiro

Em entrevista realizada com a candidata, busquei entender um pouco de sua iniciação na vida pública e esta afirmou que o seu desejo de tornar-se uma mulher política nasceu desde sua infância, e que toma tal missão como uma vocação e uma espécie de dom que sempre acreditou possuir:

Apesar de ter meus pais, meu pai na política, mais de 30 anos de vida pública, nunca foi uma obrigatoriedade nenhum dos filhos serem políticos por conta disso (...) eu sempre gostei de participar (...) eu já tinha uns 12, 13 anos comecei a participar nos bastidores (...) a partir daí tava lá dentro um desejo muito grande no meu coração (...) como a gente vive numa sociedade machista, realmente, hoje em dia as coisas mudaram muito, então era difícil pra mim eu me enxergar na política em casa, sempre achava que ia ser meus irmãos (...) ainda aquela coisa de mulher, como eu ia

me atrever naquele instante, eu tive que engolir um pouco, adiar um pouco, tive que ter sabedoria pra esperar o momento (Trecho de entrevista com Daniella Ribeiro, 07/07/2013.)

Já a outra candidata, Tatiana de Oliveira Medeiros, nasceu no ano de 1966, na cidade de Campina Grande. É filha do médico, José Moysés de Medeiros Neto e da enfermeira Zoé de Oliveira Medeiros. É divorciada e mãe de quatro filhos, um deles é o ex-vereador Cassiano. Formada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, fez residência médica no Hospital de Base do Distrito Federal, onde passou mais três anos em especialização. Após 1994, quando obteve o título de especialista em Ortopedia e Traumatologia em Campinas –SP, retornou à Campina Grande, onde trabalhou em hospitais como Pedro I, FAP, Clínica Santa Clara, Hospital Universitário e Hospital Regional de Urgência e Emergência de Campina Grande. Foi também médica voluntária da Associação dos Deficientes Físicos do Compartimento da Borborema. Em 2004, integrou a primeira equipe de médicos do SAMU de Campina Grande, assumindo a sua coordenação no ano de 2005. Em 2010 afastou-se do cargo para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba, obtendo 10.408 votos, posteriormente, retornou à coordenação do SAMU, onde permaneceu até janeiro de 2011 quando assumiu a Secretaria Municipal de Saúde na gestão do ex-prefeito Veneziano Vital do Rêgo.



Tatiana Medeiros

Diferentemente da candidata Daniella Ribeiro, Tatiana Medeiros, também em entrevista, relatou que sua inserção no meio político se deu de forma natural a partir de sua atuação profissional e da cogitação popular e partidária:

Se deu naturalmente pela minha participação na gestão de Veneziano, eu sempre trabalhei desde que me formei como ortopedista/traumatologista (...) em 2005 Veneziano ganhou as eleições e me convidou pra ser coordenadora do SAMU (...) não tinha nenhuma intenção de ocupar um cargo de coordenação, de diretoria, nenhuma gestão pública, nunca passou pela minha cabeça, veio naturalmente (...) fui convidada a ser secretária de saúde, aí foi quando meu nome tomou uma proporção maior na cidade de Campina (...) o nome tomou realmente um volume diferente, meu nome começou a ser cogitado pra ser a candidata do PMDB, a sucessão de Veneziano, foi dessa forma, eu não imaginaria jamais

se eu voltasse no tempo há seis anos, cinco anos, eu não imaginaria que iria ingressar no meio político. (Trecho de entrevista com Tatiana Medeiros, 16/04/2013)

A partir dos dois discursos das candidatas é possível observar que as trajetórias políticas das duas se deram de maneira distintas: Daniella Ribeiro, pela influência do nome de família ligado a política e por um “desejo construído” ao longo dos anos. Tatiana Medeiros, de maneira rápida e até “inesperada”, por meio de sua experiência profissional durante uma gestão pública.

Confrontando a imagem pública de Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros

Tomando como base o conceito de imagem pública de WEBER (2004), onde “a imagem pública é construída no espelho entre o olhar e a informação. Construída entre certezas e dúvidas do espectador em relação à informação e seu autor”, é possível afirmar que a imagem construída pela candidata Daniella Ribeiro e seus assessores, buscou construir a imagem de uma mulher sensível, de família bem constituída e tradicional. Mulher independente e popular que dedicou toda sua vida política à luta pelo povo. Seu primeiro guia eleitoral, mostra em sua fala a tomada para si da missão de se colocar como porta-voz dos interesses do povo;

Quando eu fui para a Assembleia eu me voltei completamente para o meu mandato de Deputada Estadual, a primeira luta que aconteceu com a demissão dos servidores (...) eu tomei pra mim como se fosse aquela dor, aquela angústia de cada um (...) era como se

fosse comigo (...) aquilo mexeu comigo, como se dissesse, olha a responsabilidade, um momento que você sente que é com você, é como se dissesse, eu confio em você, eu dependo de você. (Trecho do HGPE – 22/08/2012)

A fala da candidata e especialmente a comoção, acompanhada do choro, em sua primeira aparição no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), evidencia a tentativa de construir, de apresentar aos eleitores, uma mulher firme e convicta, que luta pelos seus ideais, mas que, acima de tudo, tem sensibilidade e a capacidade de compreender os anseios de seu eleitorado.

No entanto, como assevera WEBER (2004), a imagem pública é construída entre “certezas e dúvidas”, a tentativa de dar ênfase ao lado sensível da candidata não foi bem recebida por parte dos eleitores, que a classificaram como apelativa e falsa. Ao comentar sobre tal episódio no momento em que concedeu entrevista, ela asseverou que tal exibição em seu HGPE, foi um equívoco:

Aquilo ali foi tudo natural (...) mas eu acho que foi um erro o programa, assim na medida, até o choro poderia ter saído, porque ele realmente aconteceu (...) mas não ter sido só aquilo (...) então acho que o prejudicial, o equívoco é ter colocado ele inteiro num programa de dois minutos (...) como a gente não tinha tempo pra mostrar outras coisas a gente devia ter optado por outra forma de ter feito. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 07/07/2013.)

Devido ao capital político familiar trazido pela candidata, já que a mesma é de uma família tradicional na política local e ocupou os cargos de vereadora e deputada, tendo sido eleita com expressivas votações, Daniella Ribeiro desde o anúncio de

sua candidatura, foi cotada como o nome mais forte e diferenciado capaz de chegar a prefeitura de Campina Grande. Pesquisas realizadas com os ainda pré-candidatos apontavam a candidata como a primeira colocada nas intenções de voto.

No entanto, no decorrer da campanha a sua imagem parece ter se desgastado. As pesquisas realizadas após o mês de agosto já apresentavam um declínio nas intenções de voto a ela direcionados. Alguns outros fatores podem ser elencados como prováveis causadores desse desgaste de sua imagem pública: O primeiro deles, a necessidade de troca de seu vice Perón Japyassu, já conhecido e eleito anteriormente pela população da cidade, pelo advogado Rodrigo Motta, figura desconhecida e distante dos eleitores. Essa quebra de aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) de Perón, se deu devido ao fato de outro candidato, também filiado ao PT, lançar candidatura própria nas eleições.



A candidata e seu vice Perón Japyassu

Com o fim da aliança a mesma perdeu cerca de quatro preciosos minutos no HGPE, permitindo assim, a polarização dos

chamados grupos vermelho e amarelo, representados pelas candidaturas de Tatiana Ribeiro (PMDB) e Romero Rodrigues (PSDB), respectivamente.

Nós perdemos no tapetão, se você observar a gente saiu do processo na hora em que houve uma judicialização, depois daquilo o que aconteceu, ficou a dúvida, falando o tempo todo em impugnação da candidatura, a retirada do vice, o tempo de televisão acabou, houve um sangramento na candidatura (...) no instante em que há uma insegurança é natural que as pessoas corram pra quem tem chance, num vai mais ter Daniella, então pra quem a gente vai? (Entrevista Daniella Ribeiro, 07/07/2013.)

Como a própria candidata relatou, os diversos fatores citados acima, contribuíram para a desconstrução, para a quebra da imagem da candidata até então, forte, decidida e confiável. A desconfiança e o medo, segundo a visão da candidata, influenciaram na escolha dos eleitores e na redefinição de sua imagem pública.

Uma outra segunda questão que permeou toda sua campanha foi a incerteza quanto a independência e autonomia política da candidata. Ao passo que a mesma afirmava e exaltava seu não pertencimento a nenhum “grupo político”, e se colocava como a “terceira via”, a mídia e os eleitores discutiam sobre a veracidade de tais afirmações pois relembavam e disseminavam momentos passados em que a candidata havia apoiado os mesmos grupos que agora criticava; tais discursos soavam como absolutamente falsos, pois num passado recente alianças políticas foram realizadas com os mesmos grupos. Quanto a existência ou não de uma independência política a candidata assim formulou:

Não sou ligada a grupo nenhum, nós temos um partido, faço parte de um partido, Partido Progressista, que é um partido independente (...) numa conjuntura política de eleição você escolhe, se eu não sou candidata a majoritária vou decidir, o partido vai decidir quem irá apoiar, num sei, é natural do processo eleitoral (...) ninguém mandava em mim, não tinha um padrinho político A nem B (...) a coisa que tentaram dizer é: ela também é de um grupo político, tem um apadrinhado político tradicional de Campina Grande, meu pai (...) mas ele me ensinou a construir a minha história (...) ele não interfere (...) e ele sempre disse: meu maior orgulho é você andar com suas próprias pernas. (Entrevista Daniella Ribeiro, 07/07/2013.)

A mulher que enfatizava independência, coragem, firmeza e sensibilidade, foi ao longo de sua campanha transformada em uma figura repleta de dúvidas e desconfianças, vista pelo eleitorado e pela mídia de maneira inversa aquela que seus discursos e sua imagem inicial pretendiam significar. Considerações estas que vão de encontro à instituição de uma imagem pública bem sucedida e marcada, sobretudo, pela credibilidade.

Já a imagem da candidata Tatiana Medeiros teve como pontos fortes de sua campanha e construção de sua imagem pública, a vinculação à imagem do então prefeito Veneziano Vital, a de médica (“minha doutora”), “comprometida” com a saúde e o bem estar social, com a maternidade e a capacidade de cuidar e ao mesmo tempo, demonstrar firmeza, competência e segurança no que diz respeito a uma possível gestão pública. Tatiana que até o lançamento de sua pré-candidatura era um nome praticamente desconhecido, sobretudo do cenário político, alicerçou, como ela mesma afirmou diversas vezes em seus pronunciamentos, sua

capacidade administrativa e experiência política à sua trajetória como médica. A evocação de sua experiência profissional busca “demonstrar princípios de ‘comprometimento com a causa’, capazes de estabelecer diferenças com outros candidatos”. (BARREIRA, 2003, p. 177)

A imagem da candidata foi exaustivamente remetida a do prefeito Veneziano, numa clara expectativa de que ele poderia transferir votos para a sua candidata, chegando ao ponto do mesmo repetir com frequência que o eleitor ao votar em Tatiana era a mesma coisa que votar nele. Em quase todos os seus eventos de campanha contava com a participação de seu “padrinho político”, que parecia ter a função de “abrir as portas” da política e do eleitorado campinense para a candidata. Músicas das campanhas anteriores de Veneziano foram reformuladas para a candidata ou simplesmente eram executadas em suas versões originais, na tentativa de transferir o capital político e simbólico do prefeito para a sua sucessora.



O ex-prefeito Veneziano abraçado pelo povo

A ênfase no “doutora”, referência a sua profissão de médica, foi um dos emblemas mais incorporados pela candidata no que se re-

fere a construção e veiculação de seus discursos e de sua imagem. O trecho de um de seus *jingles* de campanha evidencia tal fato: “cuide da saúde dessa gente/ como sempre fez de coração/ você tem a confiança sei que você faz/ é você Tatiana sei que é capaz/ vai minha doutora/ cuida do meu povo/ e faz Campina avançar muito mais”. O *jingle* tem ainda a intenção de mostrar um apelo do prefeito Veneziano, que entregaria agora “seu povo” a sua pessoa de confiança, capaz de prosseguir com aquilo iniciado por ele.

Sua imagem também foi bastante trabalhada no sentido de desconstruir a forte impressão de que ela seria uma mulher arrogante, sem carisma, antipática para com o povo, leia-se, eleitor. Nesse sentido, Tatiana classificada também como uma mulher incisiva e convicta em seus discursos principalmente, quando interpelada, passou a se portar e a “representar” o papel de uma mulher mais amável e carinhosa, no entanto, buscou não perder a imagem de uma mulher firme e decidida. Imagens da candidata abraçando, beijando, afagando seus eleitores, especialmente as crianças, foram repetidamente veiculadas em sua campanha.



Candidata Tatiana em campanha

O apelo à condição de gênero e de mãe foram decisivos no tocante a simbologia de seus discursos e de seus atos. Um de seus *jingles* de campanha exploraram, de maneira enfática, as qualidades da mulher “doutora”, mãe, cuidadosa e competente:

Mas o sonho continua/ deixa eu cuidar de você/ meu povo ganhou uma mãe/ e mãe é uma só/mãe sempre quer o melhor/ coração de mãe não se engana/ Campina quer Tatiana/ ô doutora cuida do meu povo/ ô doutora quero ver continuar/ ô doutora sou 15 de novo/ meu coração é Tatiana pra Campina avançar. (*Jingle* de campanha de Tatiana Medeiros)

Através da observação em seus eventos de campanha, bem como de entrevistas com eleitores, é possível notar que assim como ocorreu com a candidata Daniella Ribeiro, algumas imagens e considerações criadas pelos eleitores e pela mídia não foram desconstruídas através do *marketing* eleitoral da candidata.

A intensa participação do prefeito Veneziano e a associação de sua imagem a de Tatiana, foram significadas pela mídia local e por alguns eleitores como um ponto negativo. Falta de autonomia e competência foram alguns dos questionamentos feitos por esse público, já que a candidata só teria voz e representatividade se aliada e próxima ao ex-prefeito.

Não obstante, a presença exaustiva do ex-prefeito em suas atividades de campanha e em seus discursos, foi definida por Tatiana Medeiros como “motivo de orgulho”. “É um motivo de orgulho para mim, se o prefeito tivesse sido um prefeito ruim mas foi o prefeito que mais fez por Campina Grande (...) então tenho satisfação, tenho orgulho de ter contribuído com Cam-

pina através da gestão de Veneziano.” (Entrevista com Tatiana Medeiros, 16/04/2013).

Outro ponto que possivelmente foi encarado como negativo por parte do eleitor, foi o fato da candidata Tatiana ser divorciada; repetidas vezes eleitores a colocaram de forma pejorativa e depreciativa em decorrência de seu estado civil. Some-se ao seu estado civil o “circuito de boatos” (BARREIRA, 1998) de um possível envolvimento amoroso entre o prefeito casado e a candidata Tatiana. A figura de “amante” caiu como uma “bomba” em sua candidatura a ponto de exigir uma presença quase constante da então primeira dama do município nos eventos de campanha. No entanto, tal presença parece que complicou mais do que ajudou na imagem positiva da candidata, pois o que se ouviu de parte de alguns eleitores, foi de que a verdadeira vítima da história era a esposa, que além de ser traída, ainda era “obrigada” a aparecer em público com a sua rival. Sob esse aspecto nos ensina Barreira (2003):

Os nexos entre a publicidade e a intimidade são acionados, transformando cada candidato em ator permanente de uma teatralidade política. No entanto, mais do que a dramaticidade que acompanha os atores políticos, percebe-se uma espécie de ‘publicização’ da vida íntima capaz de transferir créditos positivos ou negativos de uma esfera a outra. (BARREIRA, 2003, p. 180)

Quanto ao “circuito de boatos” (BARREIRA, 1998) e a série de ataques sofridos pela candidata, a mesma assim os descreveu:

Fui muito, muito perseguida durante essa campanha, sofri todos os tipos de preconceito, de mentira, de mácula, tentaram fazer de tudo pra que a minha imagem fosse

totalmente desconstruída ou construída de forma diferente (...) fora o que tentaram e ainda tentam fazer no lado pessoal, no lado profissional (...) o desrespeito, a tentativa de macular a imagem da mulher, da mãe, da profissional, em tudo. (Entrevista com Tatiana Medeiros, 16/04/2013).

Daniella Ribeiro e Tatiana Medeiros incorporaram personagens pautados na independência, na competência administrativa e na experiência política, na trajetória e capacidade profissional, no cuidado maternal, no entanto, a maneira como estas se conduziram, como construíram seus discursos, suas imagens, foram absorvidas e interpretadas de diferentes maneiras pelo público eleitor e pela mídia local, demonstrando enfim, como é relativamente fácil, no jogo da disputa, se fazer e se desfazer um “fenômeno eleitoral”.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

_____. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais. São Paulo, Editora Pontes, 2008.

_____. Imagens e sombras: Jogos de apresentação e influência em campanha eleitoral. IN: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org). **A Produção de Política em Campanhas Eleitorais**: Eleições municipais de 2000. Campinas, Pontes, 2003.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática**: ciclos de mudança e continuidade. Fortaleza, Edições UFC, 2013.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na era da Comunicação de Massa**. São Paulo, Editora Paulus, 2004.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande, EDUEPB, 20114.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. Conceitos e abordagens. Salvador, EDUFBA, 2004.

CAPÍTULO V

***A Continuidade do poder através das
mulheres:*** Famílias Ribeiro e Toscano na
Paraíba

Introdução

Já não é mais novidade a constatação da situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder, seja no âmbito legislativo, seja no executivo. Mesmo a despeito da Lei de Cotas, que destina a ocupação de pelo menos 30% para cada um dos sexos, em disputas eleitorais proporcionais, o que se observa é que muitos Partidos Políticos sequer respeitam a referida Lei, alguns atingem o limite da cota, mas comumente utilizam as chamadas “candidaturas laranjas” para estarem de acordo com o que determina a Lei de Cotas. Ou seja, muitas mulheres têm se candidatado, mas o resultado eleitoral tem sido insuficiente para se garantir, pelo menos, uma representação feminina mínima. (GROSSI, & MIGUEL, 2001)

Nestes termos ponderam Miguel & Biroli (2010, p.653), que atualmente “a sub-representação das mulheres nas esferas do poder político é hoje entendida como um problema político a ser enfrentado”. Concordo com o autor, e é notório o fato de que, até o momento, nada ou quase nada foi feito, seja por meio dos Partidos Políticos, da Justiça Eleitoral e do próprio Congresso Nacional para resolver essa injustiça, nos termos de Fraser (2007)

O que também se observa é que as poucas mulheres que chegam a assumir cargos no poder executivo ou legislativo, em sua quase totalidade, acabam sendo eleitas, comumente, graças ao capital político e simbólico (BOURDIEU, 2007) de suas famílias, cujos nomes são tradicionalmente conhecidos e reconhecidos

seja no Município, no Estado ou no Brasil. São as chamadas “filhas das oligarquias”.

Nesses termos convém salientar que mesmo ainda não tendo as mulheres, de maneira satisfatória, a visibilidade e a notoriedade devidas, elas sempre estiveram nos bastidores dos palcos da política. Sem dúvida, os papéis sociais relacionados ao cuidado, à maternidade e a outros atributos “do feminino”, têm se apresentado como obstáculos ao acesso a esse espaço de poder, e ao mesmo tempo, tem ajudado a construir uma certa singularidade para o feminino enquanto discurso político que viabiliza o seu ingresso na vida político partidária. Dessa maneira, vale a indagação: por meio de quais caminhos as mulheres começaram a permear na arena política? Pela via familiar? Pela via dos movimentos sociais e/ou feminismos? Pela inserção pública independente? São essas questões que proponho discutir nesse artigo, tomando como caso para análise a trajetória pessoal e política das ex-Deputadas Estaduais, Camila Toscano (PSDB) e Daniella Ribeiro (PP), da Assembleia Legislativa da Paraíba.

As formas de ingresso na política

Para Rabay e Carvalho (2010, p.207), alguns estudos têm dado visibilidade à família como uma forma de ingresso das mulheres na vida partidária, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, uma região marcada pela instrumentalização das “mulheres de família” por parte das oligarquias, com vistas à perpetuação no poder.

[...] a maioria das mulheres está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmão ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a

benfeitora, a boa esposa, entre outros – indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.

Costa (1998), por sua vez, assevera que as mulheres são acionadas a participarem da vida política na ausência ou por impedimento de um homem, com mais prestígio ou já inserido à vida pública. Logo, a sua inclusão pela via familiar seria um reflexo da influência e predominância do poder patriarcal. Ademais, parece que as mulheres ao serem inseridas pela via familiar, apresentam-se como uma estratégia dos grandes partidos conservadores do que propriamente para exercer um papel diferenciado no cenário político. Em suas atuações é possível observar, comumente, a reprodução do discurso e da prática políticas consoantes ao seu grupo familiar e de apoio político, sem grandes diferenças em suas atuações.

Essa forma de representação política da mulher se mistura com um papel de subordinada, resultante de um processo de submissão de gênero e que a mantém, silenciosamente, ligada à esfera privada. Logo, é interessante analisar os poucos casos da inserção da mulher na política como insuficiente para sua emancipação e representação equitativa em termos de gênero.

Para Avelar (1987), a família política resolve os problemas estruturais, institucionais e individuais relacionados à inclusão da mulher no campo político, na medida em que ela libera, auxilia e apoia a mulher na vida pública. Inicialmente ela é “liberada” de seu espaço naturalizado, a casa, para permear em outro espaço, o público, a política. Logo depois, ela é “aceita” e “auxiliada” pelo partido e herda as bases políticas de sua família. Ou seja, a via familiar reduz significativamente os obstáculos que surgem

para essas mulheres que são protegidas pela força dos homens da família que quase sempre estão ao seu redor.

Se tomar-se, como exemplo, o cenário atual da Câmara de Deputados no Estado da Paraíba e da Câmara de Vereadores da cidade de João Pessoa, ver-se-á que a maioria delas tem forte relação com a via familiar. Na Assembleia Legislativa, das três Deputadas até então em exercício, no ano de 2012, duas têm origem familiar, a Deputada Camila Toscano (PSDB), filha de Zenóbio Toscano (PSDB), atual Prefeito da cidade de Guarabira e ex-Deputado Estadual – PB e de Léa Toscano (PSDB), ex-Deputada Estadual e ex-Prefeita de Guarabira – PB e a Deputada Daniella Ribeiro (PP), filha do ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro (PP), ex-vice-prefeito de Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado da Paraíba e da ex-Prefeita de Pilar, Virgínia Velloso Borges (PP), além de ser irmã do atual Deputado Federal e ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP).

No âmbito municipal, as duas e únicas representantes femininas também têm origem familiar. Na Câmara Municipal de João Pessoa, tem-se Eliza Virgínia (PSDB), que é filha do ex-Deputado Nivaldo Manoel e Raíssa Lacerda (PSD), filha do ex-Deputado e ex-Governador José Lacerda Neto (PSD). Logo, pelo que possível observar, é comum o apoio familiar no lançamento de uma nova figura na arena política e quanto mais notório e conhecido o sobrenome da família, maiores as chances de se lograr êxito na candidatura. Isso é percebido seja no lançamento de candidaturas de indivíduos do gênero masculino, como do gênero feminino.

Além da via familiar existem situações nas quais a inclusão da mulher na política se dá de maneira independente, utilizando-se do próprio poder pessoal. Essa é uma via alternativa e que

acaba limitando mais a possibilidade de sucesso para uma pessoa que não tem um nome de família como alicerce e respaldo.

Para Rabay e Carvalho (2010), são poucas as mulheres que obtém êxito na construção de uma carreira política do ponto de vista individual. Já pelo ponto de vista institucional, embora o sistema de cotas confira oportunidades às candidatas independentes, a dificuldade persiste já que elas têm que encarar as eleições com os seus custos monetários, além do enfrentamento às práticas e circunstâncias machistas. A inserção de mulheres na política, não é proibida, mas a sua permanência e aceitação passam por um difícil processo. Quando o assunto são mulheres novatas ou estranhas, há uma tendência de elas agirem como esse grupo ou, pelo menos, apresentarem qualidades excepcionais valorizadas por ele:

[...] a via independente de ingresso político requer uma forma de inserção social ou um papel público de grande visibilidade, contribuição e reconhecimento social, ou seja, um enorme capital social noutro campo (não o da política partidária), aliado ao carisma pessoal. É esse o caso de artistas [...] e de líderes de movimentos sociais, que fazem (intencionalmente ou não) uma política informal, que atendem a necessidades concretas, que representam aspirações e interesses e que gozam de confiança e admiração de pessoas e de grupos ganhando, assim, popularidade. (RABAY & CARVALHO, 2010, p.38-39)

O terceiro nome da parlamentar que compõe o número de mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba é exatamente oriunda desta via independente, a então deputada Estelizabeth Bezerra de Souza, mais conhecida como Estela. Ela nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 18 de março de 1967. É formada em

Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi coordenadora de Políticas para as Mulheres na prefeitura de João Pessoa, onde ainda ocupou as pastas de Transparência, Orçamento Democrático e Planejamento. Disputou o cargo de prefeita na cidade de João Pessoa em 2012, sem obter êxito. Atuou ainda como secretária estadual de comunicação e Chefe de Gabinete no primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho. Foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual com 34.929 votos (1,74%) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Atualmente é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, preside a Comissão de Constituição e Justiça, é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, além de ser vice-presidente da Comissão de Direitos da Mulher.

Para os propósitos deste artigo me deterei a refletir sobre a inserção política das mulheres “filhas das oligarquias” políticas da Paraíba. Apresento, a seguir, um pouco das trajetórias pessoal e pública dessas parlamentares e suas linhagens familiares.

Trajelórias e inserção na vida pública

A Deputada Camila Araújo Toscano de Moraes (PSDB), nasceu em 15 de outubro de 1980 e está em seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa e se elegeu como Deputada com 32.682 votos (1,63%). Na Assembleia é presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, membro titular da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Filha de pais já inseridos na política, não demorou muito para se tornar sua herdeira política.

Antes de ser Deputada, Camila Toscano fez o curso de Direito no Unipê – Centro Universitário de João Pessoa. Assim que se graduou, submeteu-se ao Exame da Ordem dos Advogados e

passou a atuar na advocacia por onze anos. Em virtude do exercício do seu mandato, deixou a advocacia para atuar como parlamentar.



Deputada Camila Toscano

Por sua vez, a Deputada Estadual Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no dia 26 de março de 1972. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi professora e fez pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Desde pequena é engajada com esse espaço de poder quando muitas vezes acompanhava seu pai nos eventos políticos.

A primeira disputa eleitoral da Deputada Daniella Ribeiro foi quando se candidatou a Vice-Prefeita de Campina Grande, embora não tenha logrado êxito (ela considera que essa disputa foi muito válida, pois pôde adquirir muitos conhecimentos, principalmente no que diz respeito à cidade de Campina Grande, ter o aprendizado da pluralidade e ter acesso às pessoas). A sua disputa seguinte foi para candidatura ao mandato de Vereadora de Campina Grande, em 2008, sendo eleita com 6.838 votos

(3,10%). Para ela, essa eleição foi bastante emocionante e significativa em sua vida.

Foi em 2010 que a Deputada Daniella Ribeiro assumiu seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo eleita com 29.863 votos (1,5%). Em 2012, afastou-se do seu mandato para concorrer ao cargo de prefeita da cidade de Campina Grande, mas não logrou êxito. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual da Paraíba com 46.938 votos (2,35%).



Deputada Daniella no centro; a direita, seu irmão, Aginaldo Ribeiro e a esquerda, seu esposo

A Deputada Camila Toscano nos contou que sempre acompanhou os seus pais na política. Seu pai, Zenóbio Toscano, foi prefeito de Guarabira de 1982 a 1988. Logo, boa parte da primeira infância da Deputada foi vendo seu pai como gestor. Após ter sido Prefeito, o seu pai foi Deputado Estadual por cinco mandatos, ou seja, esteve na Assembleia Legislativa, em média, por 20

vinte anos. Enquanto isso, sua mãe, Léa Toscano, foi Prefeita de Guarabira.

A Deputada não é filha única. Ela tem mais três irmãos, um homem e duas mulheres, todos mais velhos que ela e nenhum deles, pelo o que me informou, fizeram ou fazem parte da política ou despertaram para tal interesse. Ela relatou, ainda, que por mais que gostasse da política nunca pensou que, de fato, poderia vir a atuar nesse espaço – seja por timidez ou por achar que não teria oportunidade. Dentre os quatro irmãos, era ela quem mais acompanhava as campanhas eleitorais e a atuação dos candidatos, por isso gostava de fazer projeções sobre quem poderia ganhar, quem poderia perder. Relatou ainda que se tornou Deputada Estadual porque “pegou gancho” no nome de seus pais, mas que sua manutenção na política é em decorrência do trabalho que ela exerce na Assembleia:

Desde os meus dezesseis anos, quando passei a votar, sempre tive ou o meu pai ou a minha mãe como candidatos a algum mandato eleitoral. A cada dois anos, na minha casa, vivíamos intensamente o processo eleitoral, época em que a minha vida parava para acompanhar meus pais nos eventos políticos. Eu não estava com eles nos palanques para discursar, mas sempre estive nas passeatas, carreatas, participava da ida às casas dos eleitores e entre outras rotinas inerentes à época eleitoral. Eu atribuo ser Deputada Estadual, hoje, em virtude do grande incentivo que recebi dos meus pais, que tiveram participação fundamental no meu ingresso na política. A minha decisão de entrar nesse meio foi no ano da eleição. Eu peguei muito gancho do nome dos meus pais. As pessoas conheciam meus pais, mas não me conhe-

ciam. As pessoas acreditaram que sendo filha de Zenóbio eu trabalharia igual a ele. As pessoas confiaram muito em mim pelo nome dele. Agora eu já sei que se eu vier a me candidatar na próxima eleição isso não ocorrerá mais. Eu entrei na Assembleia como filha deles, hoje não mais. Eu sabia que entraria pelo nome deles, mas para me manter firme seria por mim mesma. Por uma conjuntura política, tive a oportunidade de entrar como candidata pelo PSDB em minha região. As pessoas acreditaram em minhas propostas e que eu poderia ser uma boa Deputada Estadual e me deram toda a confiança. Nunca tive o sonho de ser política. Sempre gostei desse espaço, mas não achei que fosse viver tão de perto esse momento. No entanto, surgiu essa oportunidade e eu abracei a causa (Camila Toscano, entrevista realizada em 07 de julho de 2016).

Para ela a entrada na vida pública não se tratava de um projeto de vida e foi o convívio direto com a atuação de seus pais na política que a fizeram estar hoje nesse meio. “Influência do meu pai e da minha mãe, meu pai é político minha mãe também. Eles tão nisso há 35 anos, desde que eu nasci, então eu passei a minha vida toda acompanhando ele e entrei por uma situação partidária, precisava do candidato e escolheram meu nome, por isso eu entrei, a influência vem deles”. Segundo a deputada, os pais se completam muito politicamente falando, seu pai seria o lado extremamente racional na política e sua mãe a que “faz a parte social”. Assim, a sua atuação hoje, enquanto agente pública, se baseia no que ela retira de cada um dos dois.

A deputada Daniella Ribeiro, igualmente, relatou que por boa parte de sua vida esteve inserida, ainda que indiretamente, no

cenário da política. Ela lembra, inclusive, que sua casa sempre era muito visitada na época em que seu pai era prefeito de Campina Grande e que ela sempre esteve envolvida com a militância em favor de seu pai durante as campanhas. Para ela, um dos grandes motivos que a fizeram entrar na política foi sua vocação e sua vontade de “ajudar as pessoas”:

Eu gosto muito de lidar com pessoas, de ajudar. Eu tive uma infância muito envolvida com a política quando meu pai era prefeito de Campina Grande. Ou seja, querendo ou não, eu participei muito disso. Eu acho que para a pessoa realmente entrar na política, a pessoa tem que ter vocação, tem que ter desejo. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvi muito desde muito cedo. Em relação à minha entrada na política, meu pai ficou meio receoso, pois ele sabe que é um meio muito masculino, machista e como pai ele se preocupava, inclusive de se deparar com alguma situação de alguém falar de mim. Eu disse a ele que não se preocupasse que eu saberia me defender (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2017).

Ao serem indagadas como se deu o seu processo de socialização pública e memórias de suas infâncias e adolescências, as parlamentares assim se manifestaram:

A ideia que tenho da minha infância é dessa presença intensa de toda minha família em Guarabira, juntamente com meus irmãos. Lembro-me do vínculo que eu tinha com Guarabira e vendo meu pai como prefeito. Antes dele ser político era construtor. Então

ele construiu uma casa muito boa e grande no bairro do Cabo Branco onde eu passei minha infância. Lembro que nesse período não havia tanta preocupação com a violência. Eu andava muito entre as casas dos vizinhos, gostava de tomar banho de mar e andar na calçadinha. Durante toda minha vida estudei no Colégio das Lourdinhas. Falar de minha infância então é falar de brincadeiras em minha casa ou na praia, tomando banho de mar, isso quando eu não estava em Guarabira. Também tive a presença marcante do Colégio Lourdinhas, principalmente pelos jogos de vôlei. Às vezes eu ia de manhã à escola, voltava para casa só para almoçar, retornava ao colégio para fazer algum trabalho à tarde e emendava com os jogos de vôlei à noite no colégio. Ou seja, praticamente o meu dia inteiro era no colégio e isso eu adorava (Deputada Camila Toscano, entrevista realizada em 07 de julho de 2016).

A deputada Daniella Ribeiro, por sua vez, lembra que acompanhava a realização das obras em Campina Grande ao lado de seu pai e que também o acompanhava durante as campanhas:

Eu tive uma infância muito boa quando meu pai era prefeito de Campina Grande e as programações dele eram todas em torno da cidade, tanto com relação a ir ver as obras de Campina Grande como em relação à minha casa cheia, sempre com muitas pessoas. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvia muito desde muito cedo, militando pelo nome dele. Eu sempre gostei muito do tema, gosto de política, gosto de ver a ques-

tão da cidadania, tudo isso faz com que você acabe enveredando para a política desde cedo (Deputada Daniela Ribeiro, entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2017).

A deputada Camila quando instada sobre a existência de algum tipo de resistência por parte de sua família, ou de pessoas próximas a ela, para se inserir no espaço da política, afirmou não ter havido isso, pois vive a política desde que nasceu.

A minha mãe foi prefeita há 20 anos, imagina o que ela passou pra ser candidata, pra ser prefeita há 20 anos. Hoje a gente ainda tem essa dificuldade, imagina 20 anos atrás? Ela foi prefeita de 1996 a 2004 e foi deputada antes de mim, então eu entrei na assembleia, vamos dizer, no lugar dela, na vaga dela... não teve resistência porque os dois já foram deputados, ele por cinco mandatos e ela por um. (Entrevista Camila Toscano, realizada em 14 de julho de 2016).

Outro ponto levantado pela deputada, foi o de ter consciência da importância do nome de seus pais, do “nome de família”, para que ela pudesse consolidar uma posição na política partidária.

Na verdade eu peguei muito gancho e o nome dos meus pais, então as pessoas não me conheciam mas conheciam meu pai e minha mãe pelo trabalho e como eu entrei como uma sucessora dela principalmente, as pessoas acreditaram muito nisso... foi nesse gancho que eu fui levada, de ser a filha de Zenóbio... na confiança do nome dele... agora eu já tenho consciência que se eu me

candidatar na próxima não será mais, ai será pelo meu trabalho... eu entrei na Assembleia como filha dele mas hoje não mais. (Entrevista Camila Toscano, realizada em 14 de julho de 2016)

Antes de entrar de fato na vida pública como parlamentar a deputada Daniella Ribeiro desenvolveu a atividade de pedagoga: “Eu ensinei em universidades, trabalhei na área de educação, prestei assessoria na área de educação em algumas prefeituras”. Para ela o convívio com a prática política se deu desde cedo através da participação na vida pública de seu pai, Enivaldo Ribeiro;

Apesar de ter meu pai na política mais de 30 anos de vida pública, nunca foi uma obrigatoriedade nenhum dos filhos serem políticos por conta disso... Aqui em casa somos quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, meu pai político, por vocação, ele gosta daquilo que faz, e desses quatro irmãos, dois optaram pela política, eu porque gostava muito, sempre gostei de participar, desde pequena quando meu pai foi prefeito em Campina Grande, eu amava, ia visitar as obras com ele... com uns 12 anos meu pai candidato a prefeito, comecei a participar nos bastidores, fiscalização, vocês lembram que era a votação da cédula... e você tinha que montar toda uma estrutura de fiscalização, ia para os comícios, ia pra tudo, então a partir daí, tava lá um desejo muito grande no meu coração. (Entrevista com Daniella Ribeiro, realizada em 07 de julho de 2013).

Ainda que a vida pública, a atividade política seja algo intrínseco a sua família, a deputada afirmou que no início, para o seu pai, esta seria preferencialmente uma prática dos homens da família. “Meu pai sempre foi muito protetor, ele achava que mulher sofria com política, então não dava certo mulher, o sonho dele era os filhos homens mas eu queria.” Só com o tempo e com o desinteresse de seu outro filho homem, que, como contou a deputada, seu desejo de fazer parte daquele espaço, de ter o seu mandato, foi aceito e apoiado pelo seu pai. Assim, ela disputou o cargo de vice-prefeita no ano de 2004, na cidade de campina Grande, mas só em 2008 elegeu-se pela primeira vez, como vereadora, obtendo o maior número de votos para o cargo e sendo a mulher mais votada do pleito.

Um fato que deve ser discutido, quando analisados os números das eleições na Paraíba é a presença constante dos “nomes de família” na constituição das candidaturas e carreiras políticas femininas. Carvalho e Rabay (2010), afirmam que, sobretudo no Nordeste, há uma instrumentalização das “mulheres da família” por parte das oligarquias, visando à perpetuação no poder. Assim, à título de exemplo, a maioria das 24 mulheres eleitas nos últimos 32 anos para a ALPB é oriunda de grupos familiares representados por figuras masculinas de grande prestígio e poder no cenário político. Das três representantes femininas na atual legislatura, duas tem sua constituição enquanto mulher pública e política de origem familiar.

Assim como apontam Miguel e Biroli (2006), as mulheres em decorrência de sua socialização diferenciada e subjugação histórica à esfera do lar, do cuidado maternal e da abnegação em nome do outro, ao entrarem no meio político acabam sendo conduzidas à manutenção de algumas dessas práticas culturalmente apreendidas. Desse modo, é comum encontrarmos mulheres políticas advogando na área das causas de cunho social, aquelas que têm como foco a assistência e a proteção do

outro, este geralmente fragilizado e impossibilitado de atender às suas necessidades. É necessário notar que este tipo de “cuidado e proteção” remete aos papéis da mãe e da dona de casa, sempre dispostas a se doar ao outro. Nesse sentido, os autores afirmam que:

Há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p.80).

O questionamento feito por esses e outros autores é o de se essa “propensão” à área social seria uma opção, ou justamente uma falta de opção: as mulheres encontrariam nesse nicho o único meio e temas disponíveis para sua atuação no meio político.

Outro ponto a ser observado em relação à necessidade da participação de mulheres na política seria o de que somente elas seriam capazes de dialogar e propor as demandas exigidas pela parcela feminina da sociedade. Sob esse aspecto, as mulheres teriam interesses especiais e legítimos ligados ao gênero feminino. No entanto, Miguel e Biroli (2006) afirmam haver nessa crença um essencialismo subjacente:

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e por vezes, contraditórias. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p. 26).

Por sua vez, a exigência quanto a conformação das mulheres a determinados papéis, o de esposa e mãe, por exemplo, é algo que para as deputadas, se apresentam em todas as áreas da sociedade nas quais as mulheres buscam se inserir e não só no espaço da política. A divisão injusta das tarefas domésticas, ou mesma a inexistência dessa divisão, já que as mulheres são sobrecarregadas pela obrigação da estruturação e manutenção da ordem do lar, englobando cuidados com a casa, filhos e marido, e ainda com as atividades realizadas fora desse espaço. Essa realidade social é para elas, um dos obstáculos para a concretização e efetiva participação das mulheres na política.

Ao acompanhar a dinâmica da política paraibana se observa o caráter conservador, tradicional e comprometido com determinadas pautas e setores da sociedade. Desse modo, não obstante do que ocorre com uma ínfima parcela de homens que ocupam a prática política (negros, gays, pobres), a presença das mulheres na atividade pública e política passa por esse recorte de conformidade com determinadas imposições históricas e culturais que refletem diretamente na questão de gênero. Estar mais próximo ou mais distante do engendramento proporcionado pelos papéis sociais, pode conferir a essas mulheres maior “facilidade e aptidão” para ocupar e exercer a prática política.

As mulheres oriundas de grupos oligárquicos e tradicionais, de forte capital familiar e político, como as deputadas Camila Toscano e Daniella Ribeiro, na política representativa, continuam a reproduzir valores e pautas que corroboram com as práticas desse tipo de grupo. Daniella Ribeiro, nesse sentido, apresenta-se sob uma ótica ainda mais conservadora devido “a fé proferida”, a evangélica, repetidas vezes por ela mesma ressaltada e de importância fundamental na sua “conduta” enquanto parlamentar. A deputada, apresenta um discurso mais romantizado da política, colocando sua participação nesse meio como um “desejo vindo de dentro”. Por representar valores mais tradi-

cionais, por ter tido importante apoio do capital político e familiar, vindo de seu pai como a própria deputada afirmou alhures, em seus pronunciamentos públicos; ou seja, a política para ela não se apresentou como um espaço de difícil acesso, ou como um meio que a tratasse de maneira diferenciada pelo fato de ser uma mulher.

Da mesma forma, a deputada Camila Toscano, que atrela sua vida política a convivência e ao legado político deixado pelos pais, como já afirmado, também se apresenta sob o signo da representação tradicional. A mesma seleciona temas que promovem a discussão das questões relacionadas aos direitos das mulheres, é necessário ressaltar que tal constatação se explica também pelo fato da mesma ter presidido durante seu mandato a Comissão da Mulher. No entanto, estas são também pautas de maior conformidade com aquilo aceito passivamente pela sociedade, que são as ações voltadas para a promoção das mulheres no mercado de trabalho, da assistência à saúde básica da mulher, dos cuidados maternos e do combate à violência doméstica. O lugar social, familiar, a formação intelectual e ideológica, religiosa, são levadas em consideração no que diz respeito a adoção ou não de determinados discursos e pautas.

A presença dessas mulheres no espaço da política, na Assembleia Legislativa, parece se tornar menos difícil quando esta advém de setores e grupos mais conservadores da sociedade. É possível perceber na fala das duas representantes desse grupo uma posição mais confortável quanto ao tratamento dado a mulher na política.

Estar em conformidade com os valores tradicionais e os papéis culturalmente estabelecidos e aceitos permite a elas uma permanência na vida pública e política, como elas próprias relataram, sem maiores questionamentos de gênero ou qualquer outro tipo de discriminação.

No entanto, vale salientar que a inserção da mulher na política, seja pela via familiar ou pelos movimentos sociais, demonstra que a tarefa de exercer o ofício parlamentar ou executivo não é nada fácil. Pois, a mulher tem que provar que possui a qualificação, pública e privada, suficiente para exercer o cargo que lhe foi conferido. A sua imagem pública encontra-se todo o tempo sendo exposta, como também a sua atuação, que é continuamente testada.

Talvez esse seja um, dentre tantos outros, empecilhos para a mulher se interessar pela atividade política, e ao mesmo tempo, uma estratégia da própria cultura política de barrar, desqualificar, desfavorecer essa inserção.

Ao que tudo indica, as mulheres ainda têm um grande caminho a percorrer. Daí a importância de problematização das questões aqui debatidas e do seu aprofundamento a partir da compreensão dos jogos de poder, numa perspectiva que ultrapasse as relações estabelecidas com o Estado, considerando, este campo como múltiplo e diverso, envolvendo jogos e representações simbólicas cujas fronteiras são tênues e dinâmicas.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Lucia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. **XI Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de São Pedro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed, São Paulo, Perspectiva, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador, NEIM/UFBA, 1998.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? In: **Lua Nova**, São Paulo, 2007, p.101-138.

GROSSI, Miriam Pilar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos feministas**. Ano 9, 2º semestre, 2001, p. 167-206.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; NASCIMENTO, Ana Paula Guedes do. PONTES & Carolina de Moura Cordeiro. A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba. In: **NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v.2, n.2, 2016, p. 1-35.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2010, p.653-679.

_____ **Caleidoscópio Convexo**. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

RABAY, Glória & CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba** – Histórias de vida e luta. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2010.

CAPÍTULO VI

As oligarquias políticas da Paraíba e o ingresso das mulheres nos espaços de poder – o caso da senadora DaniellaRibeiro

Introdução

A autoridade de um poder ou a dominação de um grupo depende do crédito outorgado ou recusado às representações que propõem de si mesmos. (CHARTIER, 2009, p.50)

Vim morar na cidade de Campina Grande no ano de 1979, à época, o prefeito da cidade era Enivaldo Ribeiro, nascido em 26 de março de 1935; ele é o chefe do clã da família Ribeiro. Seus filhos, Aguinaldo Ribeiro e Daniella Velloso Borges Ribeiro, despontam atualmente no cenário político brasileiro, ambos do Partido Progressista – PP, e assumem, respectivamente, os cargos de Deputado Federal e Senadora da República.

Lá se foram 40 anos de minha chegada a “Rainha da Borborema”¹⁹ e o grupo político dos Ribeiro já detinha seu poder na cidade, isso sem falar na esposa do chefe do clã, Virgínia Velloso Ribeiro, que já foi, por duas vezes, prefeita da cidade de Pilar, também no Estado da Paraíba. Daniella Ribeiro ingressa na vida pública no ano de 2004, antes, seu irmão, Aguinaldo, já tinha sido Deputado Estadual e Federal e seu pai, prefeito, deputado federal e vice-prefeito de Campina Grande. Para não perder “a tradição” de continuidade na política, por parte dos descendentes dos Ribeiro, o filho de Daniella, Lucas Ribeiro, no ano de 2010, é eleito vereador pela cidade de Campina Grande. Em entrevis-

¹⁹ Como também é conhecida a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

ta concedida ao Jornal da Paraíba, com o título: “filhas seguem exemplos das mães na Política Paraibana”, de 14/05/2017, Lucas afirmou que “cresceu vendo e acompanhando seu avô Enivaldo nas suas campanhas”. E acrescentou: “Ele sempre foi o referencial de política na nossa família. Nunca pensei em ingressar na vida pública até que em 2004 minha mãe entrou na política e começou a desempenhar um trabalho admirável e inspirador que vem fazendo até hoje. Foi onde nasceu o meu desejo de participar e atuar na vida pública.” (Jornal da Paraíba, 14/05/2017)

Atualmente Lucas Ribeiro é vice-prefeito de Campina Grande, eleito em 2020, numa coligação entre o PSDB/PP. E assim a saga do clã Ribeiro continua a cada dia mais firme e forte, seja pela ocupação de cargos estratégicos na vida política do Estado e do País, seja no ingresso de seus descendentes para darem continuidade ao grupo oligárquico, por eles representado.

O intento deste artigo é descrever a saga da família Ribeiro protagonizado por um de seus mais eminentes membros: a atual Senadora da República, Daniella Ribeiro. Apresentar a sua trajetória política e os discursos por ela utilizados para justificar tal inserção, a partir do uso do “nome de família” e trajetória de seu grupo familiar, é o que passo a descrever. Para tanto, realizei entrevista com a hoje Senadora e, à época, Deputada Estadual, no dia 13 de fevereiro de 2017, em seu gabinete na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Por se tratar de um artigo que tem como objeto as representações em torno de grupos de base familiar, apresento, inicialmente, algumas reflexões em torno das relações entre família e poder político. Tendo como tema central a questão das práticas e representações do poder em uma cidade do interior do Nordeste brasileiro.

Poder político de base familiar

A temática da relação entre poder político e família tem sido abordada há décadas e hoje é possível contar com inúmeros trabalhos e toda uma tradição acadêmica que se traduz em produções sociológicas, antropológicas e historiográficas em torno deste tema.²⁰ De modo geral, estes trabalhos têm apontado à importância da família nas estruturas do poder político ao longo de toda a história brasileira. Rego (2008), por exemplo, afirma que a família representou papel essencial no estabelecimento das estruturas sobre as quais foi construído o Estado brasileiro e que a família é tão indissociável das estruturas de poder no Brasil, que estudá-la é estudar essas mesmas estruturas. Exageros à parte, esta postura ajuda, ao menos, a chamar a atenção para as relações entre família e poder político.

Desde já cabe observar que nos limites deste artigo não adoto o conceito de coronelismo para explicar a relação entre família e poder político local, pois um fato que se tornou lugar comum na produção acadêmica, seja ela historiográfica ou mesmo sociológica, é relacionar o poder local e a interpretação da longevi-

20 Conferir, entre outros: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995; FORTUNATO, Maria Lucinete. O Conceito de Coronelismo e a imagem do coronel: De símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande, EDUFPG, 2008; RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008; ADILSON FILHO, José. A Cidade Atravessada. Velhos e novos cenários da política belo-jardinense. Recife, Comunigraf Editora, 2009 e MONTEIRO, José Marciano. A Política como Negócio de Família. Para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo, LiberArs, 2016.

dade de algumas famílias ou grupos no controle político como a permanência, embora sob nova roupagem, do coronelismo. Isto é o que questiona criticamente, por exemplo, Adilson Filho:

Ao estudar a longevidade de algumas famílias no exercício do poder municipal [...] percebemos que muitos trabalhos caminham no sentido de traduzir tal realidade como a permanência do coronelismo, ou melhor, da sua capacidade de adaptação a diferentes situações históricas. (ADILSON FILHO, 2009, p.56)

A opção pela não utilização do conceito de coronelismo se deve ao fato de considerar inadequada a utilização deste conceito em períodos históricos anteriores ou posteriores à chamada Primeira República (1889-1930). Isto porque, em minha concepção, formulada a partir das contribuições de Carvalho (1997), que por sua vez adota a perspectiva clássica proposta por Victor Nunes Leal acerca deste conceito, o coronelismo foi um sistema político que envolvia compromissos recíprocos entre os governos federal, estadual e municipal. Tal sistema é situado historicamente na primeira república e surge da convergência de uma conjuntura econômica com um fato político: a conjuntura econômica é a decadência dos fazendeiros e o fato político o federalismo implantado na Primeira República. Desta forma, este sistema não existiu antes da proclamação da república e não continuou a existir depois da chamada Revolução de 1930, que pôs fim ao federalismo existente até então.

Segundo Carvalho (1997), a insistência na permanência do coronelismo, que caracteriza parte da produção acadêmica ligada ao poder local, aponta para uma confusão conceitual: confunde-se mandonismo e clientelismo – práticas que atravessam praticamente toda a história brasileira e que não são incom-

patíveis com os signos do moderno e mesmo com os processos de modernização nas ambivalentes posturas e estratégias adotadas pelos políticos brasileiros – com o coronelismo e, em consequência dessa confusão, os políticos que se utilizam dessas práticas são vistos como coronéis. Neste sentido o referido autor procura definir, de forma mais precisa, os três conceitos. Procuo, então, acompanhar o seu raciocínio.

Como já salientada a concepção de Carvalho (1997), acerca do coronelismo, apresento a forma como este autor define o mandonismo: este conceito

refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997, p.03)

Nesta formulação do conceito o mandonismo, no entanto, não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Ele atravessa toda a história da colonização e do império, sobrevivendo, ainda hoje, em regiões isoladas. Porém, segundo o citado autor, a tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos;

Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e tem de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo. (CARVALHO, 1997, p.03)

Parte da produção acadêmica em torno do poder local identifica coronelismo e mandonismo. Segundo Carvalho (1997), esta produção contribuiu para esclarecer o fenômeno do mandonismo, no entanto,

o fato de esta literatura ter tornado sinônimos os conceitos de coronelismo e mandonismo foi negativo. Alguns autores encontram mesmo um coronelismo urbano, ou um coronelismo sem coronéis (BANCK, 1974 *apud* CARVALHO, 1979, p.03).

Outro conceito que tem sido confundido com coronelismo é o de clientelismo. Este conceito indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve a troca de benefícios como empregos, isenções fiscais, entre outros, por apoio político, principalmente na forma de voto. O clientelismo também não constitui um sistema, mas uma prática, ele, assim como o mandonismo, atravessa quase toda a história do país. No entanto, o clientelismo não segue uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo, ele pode aumentar ou diminuir ao longo da história, de acordo com o sistema político.

Ainda segundo Carvalho (1997), os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do Brasil estão simplesmente falando de clientelismo. Contudo, as relações clientelísticas, nos casos acima citados, dispensam a figura do coronel. Para finalizar esta questão da inadequação do conceito de coronelismo para a análise do poder local fora do período da chamada Primeira República, leia-se um exemplo dado pelo citado autor acerca da situação de uma cidade

que na década de 60 era dominada por duas famílias, cujo poder baseava-se simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos (Carvalho, 1966). As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenômeno não era sistêmico, embora houvesse vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo. (CARVALHO, 1997, p.03)

Por outro lado, além desta inadequação – em termos da própria definição do conceito adotada neste artigo – do uso da noção de coronelismo em análises acerca do poder local fora do período da chamada Primeira República, também considero limitada a concepção de poder que norteia parte dos trabalhos que interpretam a longevidade de famílias ou grupos no controle político de alguns municípios como a permanência do coronelismo.

Isto porque, nestes casos, o poder local é visto quase sempre como um poder discricionário que pertence exclusivamente ao coronel e, desta forma, como também defendo, estes trabalhos têm enfatizado a dominação em detrimento da forma como os atores sociais representam o universo político e, conseqüentemente, de como orientam suas práticas em meio às relações de poder.

Adoto, a partir do exposto, a ideia de que as oligarquias políticas tem se perpetuado no poder, em grande parte, a partir do nome de família, daquilo que Marciano Monteiro (2017) tem denominado de “capital político familiar”, ou seja, de toda uma construção simbólica, discursiva e prática que permite a perpetuação dos membros de uma mesma linhagem familiar se sucedendo no poder.

Isso explicaria, em parte, a continuidade, cada vez mais forte, da família Ribeiro no poder local, poder este concentrado de forma muito contundente nas mãos da filha da “chefe do clã”, Daniella Ribeiro. Passo agora a refletir sobre sua inserção na vida pública e a consequente continuidade desse grupo familiar no poder.

A inserção das mulheres na política pela via familiar

A atual Senadora da República Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no dia 26 de março de 1972. É filha do Ex-Deputado Federal, Ex-Prefeito de Campina Grande e atual vice-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges, Ex-Prefeita por duas vezes do município de Pilar, também no Estado da Paraíba e irmã do atual Deputado Federal e Ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi professora e fez pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Desde pequena é engajada no mundo da política quando, muitas vezes, acompanhava seu pai nos eventos políticos.

A primeira disputa eleitoral de Daniella Ribeiro foi quando se candidatou a Vice-Prefeita de Campina Grande, no ano de

2004, embora não tenha logrado êxito. A disputa seguinte foi para candidatar-se ao cargo de Vereadora de Campina Grande, em 2008, sendo eleita com 6.838 votos (3,10%). Em 2010 assume o seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo eleita Deputada Estadual com 29.863 votos (1,5%). Em 2012, licencia-se de seu mandato para concorrer ao mandato de prefeita da cidade de Campina Grande, mas não logrou êxito. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual da Paraíba com 46.938 votos (2,35%) e em 2018, foi eleita Senadora da República com uma vitória “de virada”, desbancando um dos principais candidatos, representante do clã da Família Cunha Lima, Cássio Rodrigues da Cunha Lima.



A vitória de Daniella Ribeiro foi uma surpresa até para as agências de intenção de votos que nunca a apresentaram como favorita do eleitor para sair vitoriosa. Venceu, em segundo lugar, com 24,25% dos votos válidos, junto com o outro representante da Paraíba, este também representante do clã da Família Vital do Rêgo, Veneziano Vitaldo Rêgo.

Ela carrega consigo o título de primeira mulher a representar o Estado da Paraíba no Senado Federal. Atualmente é líder do Partido Progressista no Senado, presidente da Comissão Mista

de Combate à Violência contra a Mulher, tesoureira da União Interparlamentar e membro das seguintes Comissões no Senado: Assuntos Econômicos, Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça e Desenvolvimento Econômico.

As relações e práticas de poder influenciam deveras nos espaços articulados com a arena política. A inclusão ou não de determinada pessoa nesse espaço perpassa por um viés educativo e de reconstrução da identidade do que é ser homem e do que é ser mulher.

Embora as mulheres não tenham, em períodos passados, a visibilidade e notoriedade merecidas, elas sempre estiveram nos bastidores dos palcos da política. Sem dúvida, os papéis sociais e naturais relacionados ao cuidado, à maternidade e a outros atributos conexos, muitas vezes, se apresentam como obstáculos ao acesso a esses espaços de poder, acesso esse que se apresentou sempre muito restrito às mulheres. Dessa maneira, fica a indagação acerca da gênese da inserção dessas mulheres na política. Através de quais caminhos ou brechas as mulheres começaram a disputar os espaços de poder? Pela via familiar? Pela via dos movimentos sociais e feminismo? Pela inserção pública independente?

Para Rabay e Carvalho (2010), alguns estudos têm dado visibilidade à família como uma forma de ingresso das mulheres na disputa política partidária, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, uma região com forte ênfase na instrumentalização das “mulheres de família” por parte das oligarquias, visando, sobretudo, à perpetuação no poder;

[...] a maioria das mulheres está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmão ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a

benfeitora, a boa esposa, entre outros – indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos (RABAY & CARVALHO, 1996, p.207).

Já para Costa (1998), as mulheres são chamadas na ausência ou por impedimento de um homem mais apto, com mais prestígio e mais confiável. Logo, a sua inclusão pela via familiar seria um reflexo da influência e predominância do poder patriarcal. Tudo leva a crer que as mulheres ao serem inseridas pela via familiar, apresentam-se como uma estratégia dos grandes partidos conservadores do que propriamente para exercer um papel diferenciado no cenário político e/ou por iniciativa próprias, pelo desejo de serem políticas. Eis o que relatou Daniella Ribeiro:

Como a gente vive numa sociedade muito machista, hoje as coisas mudaram muito, então era difícil pra mim enxergar dentro de casa eu na política, eu sempre achava que ia ser meus irmãos. Uma vez meu irmão era Deputado Estadual e houve a possibilidade... ele recebeu o convite pra ser vice-Governador com Roberto Paulino, aí abriu essa vaga... a gente numa reunião, eu super política ali nos bastidores, aí meu pai disse: então se Aguinaldo for então Pedro você vai ser o nosso candidato a Deputado Estadual. Meu irmão nunca quis saber de política, que injustiça... mas ainda aquela coisa de mulher, como eu ia me atrever naquele instante a dizer que quero... eu tive que adiar um pouco, ter sabedoria pra esperar o momento. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

A permanência no poder é uma das características dos grupos de tradição política, asoligarquias. Com o passar dos anos, estas que sempre representaram valores conservadores, foram aos poucos incorporando as mulheres ao seu círculo de poder. No momento em que os homens começaram a “faltar”, por não poderem mais se candidatar ou simplesmente por não demonstrarem interesse, as mulheres se tornaram opção para dar continuidade a certos nomes e ocupar determinadas cadeiras. É nesse sentido, que é possível pensar a entrada de algumas mulheres no espaço da política, a Senadora Daniella Ribeiro é um desses exemplos. No início, seu nome não era considerado pelo seu pai, o chefe do “clã político”, para exercer tal função.

Daniella Ribeiro quando questionada quanto aos motivos e influências que a fizeram entrar para a política, afirmou ser a vocação e a vontade de ajudar as pessoas o maior incentivo. No entanto, não deixou de destacar o exemplo e prática política de seu pai como um grande incentivo para também desejar fazer parte da política. O meio que mais proporciona a entrada de homens e mulheres na política tem sido através dos nomes de família e dos grupos oligárquicos. Desse modo, pela característica de perpetuação de um sobrenome nos espaços de poder, é possível categorizar a Senadora como uma representante de tais grupos, que tem sua inserção e trajetória política alicerçada nesses nomes repletos de prestígio e capital político familiar:

Eu gosto muito de lidar com pessoas, de ajudar. Eu tive uma infância quando meu pai era prefeito de Campina Grande e as programações dele eram todas em torno da cidade, tanto com relação a ir ver as obras de Campina Grande como em relação à minha casa sempre cheia de muitas pessoas... Eu participei de várias campanhas dele, envolvia muito desde muito cedo, militando pelo nome

dele. Eu sempre gostei muito, gosto do tema, gosto de política, gosto de ver a questão da cidadania, tudo isso faz com que você acabe enveredando para a política. Em relação à minha entrada na política, meu pai ficou meio receoso, pois ele sabe que é um meio muito masculino, machista e como pai ele se preocupava, inclusive de se deparar com alguma situação de alguém falar de mim. Eu disse a ele que não se preocupasse que eu saberia me defender. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

Essa forma de representação política da mulher se mistura com um papel de subordinada, resultante de um processo de submissão de gênero e que a mantém, silenciosamente, ligada à esfera privada. Logo, torna-se interessante analisar os casos da inserção da mulher na política como insuficiente para sua completa emancipação. A emancipação feminina no contexto político se consolida quando ela se desliga das forças de dominação que a colocam em segundo plano e que insistem em se manter mesmo quando ela passa a ocupar esses espaços de poder. A fala de Daniella buscando o seu empoderamento ao afirmar para o pai não temer as atitudes machistas pois ela sabe se defender, é algo muito positivo, pois cabe a mulher encontrar seu próprio caminho e “armas” para lutar contra o machismo, sem contar com os “braços” do masculino e da família.

Para Avelar (1987), a poderosa família política resolve boa parte dos problemas estruturais, institucionais e individuais relacionados à inclusão da mulher no campo político, na medida em que ela libera, auxilia e apoia a mulher na vida pública. Inicialmente ela é “liberada” de seu espaço “naturalizado”, a casa, para permear em outro espaço, o público, a política. Logo depois, ela é “aceita” e “auxiliada” pelo partido e herda as bases políticas

de sua família. Ou seja, a via familiar reduz significativamente os obstáculos que surgem para essa mulher que é protegida pela força do homem da família que quase sempre está ao seu redor.

A realidade social da qual a mulher fala, a sua formação pessoal, intelectual, a construção de seus valores, os mecanismos utilizados para adentrar o espaço da política, são fundamentais para se compreender quais as suas pautas de defesa, seus interesses, enfim, quais suas práticas enquanto mulher pública e política.

O meio político, quase que totalmente masculino, se apresenta por vezes para a mulher, como um espaço que a desprezita e a discrimina, além de instituir uma espécie de cobrança redobrada quanto à capacidade e mérito para fazer parte desse nicho.

A cultura não só política, mas de uma maneira geral, machista e misógina repele uma maior abertura e possibilidade do aumento da representação feminina nos espaços de poder. A ideia naturalizada e socialmente aceita de que a mulher tem maior propensão aos cuidados maternos e do lar, acaba por não estimular a participar ativamente da vida pública, política e partidária. O peso do poder econômico como um “facilitador” para a entrada na esfera pública e política, é também algo fundamental para se compreender a estruturação da política paraibana e nacional.

As reflexões que se dedicam a análise da presença e participação das mulheres na política e de como a mídia representa a mulher em seus noticiários, (Miguel & Biroli, 2006 e Paiva, 2008), apontam para a reprodução de estereótipos de gênero. São recorrentes as matérias que identificam, por exemplo, a mulher política a partir de suas características físicas, de sua aparência e do seu modo de se vestir, pondo em segundo pla-

no sua atividade enquanto agente pública e endossando a permanência de papéis sociais tradicionais. Assim, ao iniciar sua trajetória na política Daniella Ribeiro afirmou serem comuns a produção de notícias em torno de seus atributos físicos:

Nomes taxativos com relação a padrões físicos, isso é uma forma de preconceito... porque num vai tá aí a sua capacidade ou incapacidade... eu queria figurar num site como a mais competente, a mais trabalhadora, a que mais trouxe projeto... se você não tiver cuidado você vira apenas isso, se a mídia pega isso intensivamente, você vira apenas isso, eu lutei muito contra isso... isso me incomodava, quando comecei as reportagens eram todas nesse sentido...deixa isso pra manequim, pra modelo, a gente que trabalha em outras áreas quer ser conhecida pela força, pelo seu trabalho. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)



A força da mulher

Progressista



O julgamento da mulher a partir de sua aparência, do seu modo de se vestir, de falar, de se comportar está presente em todos os segmentos sociais. A mulher é comumente rotulada e

classificada como apta ou não para determinados cargos, posições e lugares. Desse modo, ao falar sobre o desrespeito que a mulher sofre nos diversos ambientes sociais, a senadora demonstrou acreditar que cabe a mulher fazer certos tipos de concessões e adotar determinadas posturas para que assim, evite passar sobre o crivo dos discursos sociais conservadores. As suas apreensões frente a este fato, corroboram com seu posicionamento de vertente mais tradicional e baseado, sobretudo a sua adesão e convicção religiosa de vertente evangélica:

Se a gente não tiver apoio de marido e filhos, a gente sabe o quanto é difícil... graças a Deus minha vida pessoal sempre foi muito respeitada. Minha família sempre fez questão que aparecesse durante a campanha, não expondo minha vida pessoal mas todo mundo sabe que eu sou casada, que tenho três filhos, sempre dei muito valor a minha família. Meu marido que me apoia, então ele sempre teve presente quando podia... ele estava do meu lado, em algum evento a noite também ele sempre me acompanhou, esse cuidado que a mulher tem que ter...esse é o tipo de coisa que a gente sofre, tem que ter cuidado com a aparência... a minha postura, a minha forma de vestir... roupa que insinuasse, que é importante a mulher andar bem vestida, o cuidado de se portar bem, então tudo isso já faz parte de mim...isso ajuda a não ter determinadas coisas. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

Os questionamentos quanto a competência e capacidade da mulher se fazer presente nos espaços de poder são constantes. A mulher é comumente colocada em teste por uma sociedade machista, sexista, misógina e patriarcal que tenta negar a sua

legitimidade em participar da política e atuar com as mesmas condições de igualdade que o homem. Daniella Ribeiro relatou uma situação que vivenciou enquanto parlamentar, na Assembleia Legislativa e na qual se sentiu profundamente desrespeitada devido ao seu gênero, ser uma mulher e estar ocupando um espaço socialmente e culturalmente construído para o homem:

Eu vou te dizer uma situação que marcou muito para mim. Essa situação, inclusive, já aconteceu comigo e com outras mulheres políticas. “Agora vamos convidar a deputada, a vereadora, a prefeita fulana de tal para enfeitar a mesa”. Enfeitar a mesa? Enfeitar a mesa é demais, chame um vaso que é melhor. Então nós não estamos lá para enfeitar, estamos lá para dá nossa contribuição com conteúdo. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

Nesse sentido ela também relatou sua primeira experiência ao ser eleita para assumir um cargo no legislativo municipal na cidade de Campina Grande. A maneira como o meio de comunicação em questão se referiu a ela, à época Vereadora, reafirma o preconceito que a mulher enfrenta na política e a crença em sua objetificação, vista tão somente pelo prisma de sua aparência e de seu corpo, colocando em segundo plano a sua capacidade intelectual e sua competência enquanto sujeito político. Ela ainda reforçou a necessidade da mulher se impor diante tais situações:

Quando fui eleita como Vereadora e um portal da Internet colocou que eu tinha sido eleita para passar batom e pentear o cabelo na Câmara de Vereadores eu achei essa matéria bem pejorativa. Já passei por situações que

se não tivermos cuidado, existe certa intimidação. A maioria dos homens são respeitadores e reconhecem o papel e importância da mulher na política, a igualdade de gênero no espaço político. Mas, infelizmente, existem outros que acham que mulher só serve para gritar e é preciso se impor e o respeito é necessário. Não podemos dar o nosso lugar. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

Daniella Ribeiro entende que uma das maiores dificuldades para que a mulher consiga entrar, participar e se estabelecer no meio da política é a conciliação entre a vida privada e a atividade política, em outras palavras, é saber lidar com a dupla jornada. O homem casado, pai de família que também está na política, não enfrenta com a mesma intensidade esse tipo de dificuldade, exatamente porque as atividades da casa não são entendidas como obrigações que devem ser compartilhadas, igualmente, pelo casal, mas cabe a mulher a exercer, exigindo assim, uma tripla jornada de trabalho;

Esse talvez seja o maior desafio para nós mulheres políticas. A agenda política não é programada antecipadamente. Muita coisa acontece de última hora. Então, essa é a maior dificuldade. Quando se tem um planejamento, com uma agenda fixa, ótimo. Mas quando as coisas acontecem de última hora, temos a dificuldade de fazer esse ajuste. A mulher tem muita sabedoria e consegue dar conta disso. Algo que é muito importante é o apoio da família e isso eu tenho. Graças a Deus minha família está ao meu lado, se eles apoiam significa que eles compreendem. Certa vez, minha filha ligou para mim e eu não podia atender, pois eu estava presidindo

uma sessão na Câmara de Vereadores e era para dizer que ela tinha passado no vestibular e eu fiquei arrasada, às vezes dá aquela dorzinha. (Entrevista Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

A senadora, parece não enxergar com clareza, à situação de submissão e de exploração que sofre a mulher sob a ordem patriarcal vigente no Brasil. Basta ver o seguinte depoimento quando ela relata sobre a divisão de tarefas em sua casa, Daniella afirmou não existir um “sobretabalho” para ela, pois ela tem em sua casa pessoas que assumem a responsabilidade doméstica que seria por ela executada.

Eu diria que não existe divisão de tarefas determinadas. Eu organizo minha casa, deixo feira arrumada e tenho pessoas em minha casa que me ajudam. Eu tenho três filhos, todos adultos, um já casado inclusive. Existe na minha casa muita compreensão e o apoio do outro. Se alguma tarefa de casa não sai como planejado, existe uma compreensão muito grande. Nós nos ajudamos muito na hora das necessidades. Não existe divisão de tarefas, mas existe muito apoio mútuo. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

Na verdade, o que ela não observa é que é necessário o trabalho de outra ou outras mulheres, no caso, empregadas domésticas, para que ela seja “liberada” das atividades de casa. Não é um filho ou o marido que assume tais funções, mais o gênero feminino, como se tais atividades, desenvolvidas no espaço do privado, da casa, fossem “naturalmente” uma atribuição do feminino.

Quando instada a pensar sobre políticas públicas, ela mesma traz à tona a noção de um certo essencialismo para o masculino e para o feminino, como se existissem características inatas e naturais para o gênero masculino e para o feminino. Em outras palavras, é como se essas características “naturais” aliadas aos “valores culturais”, imprimissem olhares diferenciados no sentido de interesses e pautas políticas a variar dependendo do gênero em questão:

Nós mulheres temos a sensibilidade necessária da importância das políticas públicas e para entendê-las. Os homens contribuem, mas eles não compreendem na essência, pois quem vivencia é a mulher. Um exemplo é a creche: uma creche bem organizada possibilita que uma mãe trabalhe. Se o seu filho estuda em uma boa escola, certamente uma mãe trabalha tranquila. Tudo isso são políticas públicas onde a mulher sofre mais diretamente as consequências, mais do que os homens. É preciso ter vocação, o amor, o compromisso, a competência, seja homem ou mulher, essas qualidades são importantes. Eu acho que todos dois contribuem e cada um tem sua inteligência, sensibilidade e perspicácia. Talvez o que diferencie é que o homem tem outro olhar para determinados temas, assim como nós mulheres também temos outros olhares. Essa diversidade, onde cada ser humano é individual que Deus criou para viver em sociedade, enriquece o parlamento e a política como um todo. Um político é um ser que vem da sociedade. É preciso que cada um saiba o que está fazendo para poder andar de cabeça erguida. (Entrevista com Daniella Ribeiro, 13 de fevereiro de 2017)

A mulher, a partir do discurso acima descrito, parece ser detentora de uma qualidade ímpar que lhe é atribuída e que também pode ser utilizada no espaço de poder que é o **cuidar**. O ofício da mulher política é, antes de tudo, cuidar do povo, promovendo qualidade de vida, saúde, segurança através de seu trabalho. É um cuidar coletivo, sem se voltar para si ou para anseios puramente individuais. A sensibilidade da mulher de **cuidar** do povo tem o mesmo predicado que o **cuidar** dos filhos e da família que o saber cultural lhes atribuiu.

É nesse sentido o entendimento de Lima, Nascimento e Pontes (2016) que entendem que em virtude da socialização histórica, da abnegação e do cuidado maternal, a mulher ao entrar na política é conduzida à manutenção dessas suas características que lhe foram imbuídas culturalmente, sendo por esse motivo comum identificarmos mulheres atuando na área das causas sociais, voltadas para assistência e proteção do outro. Essa sua postura remete às qualidades de mãe e de dona-de-casa. Nessa esteira, Miguel e Biroli formulam que:

Há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.80).

O questionamento feito por esses e outros autores é o de se essa “propensão” à área social seria uma opção, ou justamente uma falta de opção: as mulheres encontrariam nesse nicho o único meio e temas disponíveis para sua atuação no meio político.

Outro ponto a ser observado em relação à necessidade da participação de mulheres na política seria o de que somente elas

seriam capazes de dialogar e propor as demandas exigidas pela parcela feminina da sociedade. Sob esse aspecto, as mulheres teriam interesses especiais e legítimos ligados ao gênero. No entanto, Miguel e Biroli (2006) afirmam haver nessa crença um essencialismo subjacente:

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes 'posições de sujeito', cujas pressões são variadas e por vezes, contraditórias. (MIGUEL & BIROLI, 2006, p. 26).

Mulheres candidatas ou já inseridas na prática política, na forma de um mandato, muitas vezes não são necessariamente comprometidas com a questão feminina ou de uma pauta feminista. Ao acompanhar um pouco da dinâmica da política paraibana, claramente se enxerga o caráter conservador, tradicional e comprometido com determinadas pautas e setores da sociedade. Desse modo, não obstante do que ocorre com uma ínfima parcela de homens que ocupam a prática política (negros, gays, pobres), a presença das mulheres na atividade pública e política passa por esse recorte de conformidade com determinadas imposições históricas e culturais que refletem diretamente na questão de gênero. Estar mais próximo ou mais distante do engendramento proporcionado pelos papéis sócias, pode conferir a essas mulheres maior “facilidade e aptidão” para ocupar e exercer a prática política.

As mulheres oriundas de grupos oligárquicos, tradicionais, de forte capital familiar e político, como a Senadora Daniella Ribeiro, na política representativa, permanecem a reproduzir valores e pautas que corroboram com as práticas desse tipo de grupo. Daniella Ribeiro, nesse sentido, apresenta-se sob uma ótica um

pouco mais conservadora devido “a fé proferida”, repetidas vezes por ela mesma ressaltada e de importância fundamental na sua conduta enquanto parlamentar. A Senadora, apresenta um discurso mais romantizado da política, colocando sua participação nesse meio como um “desejo vindo de dentro”.

Ainda que ela represente valores mais tradicionais e tenha tido importante apoio do capital político e familiar, vindo de seu pai, a política também revelou para ela, talvez de maneira menos acentuada, seu caráter machista e preconceituoso no que se refere a presença de mulheres nesse espaço.

O lugar social, familiar, a formação intelectual e ideológica, religiosa, parecem ser determinantes no que diz respeito a adoção ou não de determinados discursos e pautas, evidenciando que a condição de gênero independe na tomada de decisões. O que se percebe é que, ainda que essas mulheres representem em algumas de suas proposituras e discursos, valores tradicionais quanto ao papel e condição das mulheres, compreende-se que as mulheres são fundamentais no processo de defesa e argumentação das propostas e direitos que se voltem diretamente para elas. O tipo de ação, de projeto, de garantias que será apresentado irá se basear na sua construção enquanto ser social, nos seus valores e ideários. Ainda que as mulheres se configurem sim, como as mais aptas e adequadas à representação a população feminina nos espaços de poder, a sua formação social, familiar e religiosa, será refletida na sua condução enquanto representante, deixando de fora do debate legislativo e de poder, questões que importam e contemplam outros tipos de mulheres que fogem ao espectro do qual a Senadora Daniella Ribeiro, por exemplo, faz parte.

É sabido também que na política brasileira a maior parte da população não se encontra devidamente representada, sobretudo no Parlamento, onde sua composição é quase que por

completo preenchida por homens, brancos, de determinada orientação sexual, heteronormativa, e religiosa, cristã, e detentor de largo capital financeiro e *status* social, deixando de fora da representatividade mulheres, negros, a população LGBTQIA+, as comunidades ameríndias e quilombolas, pobres e tantos outros segmentos sociais.

Enfim, percebe-se que o patriarcado se manifesta como uma forma de educação direcionada a mulher desde sua infância. A cultura exerce um importante papel na formação da personalidade, visão do mundo, e representação social, ou seja, influi para a formação da subjetividade do ser humano. Bastante entrelaçada com a educação, a cultura atrelada ao patriarcado assume o condão de influir no presente e repercutir no futuro. Nesse sentido, a mulher por receber tal educação, é treinada, disciplinada, para cuidar do outro.

A menina vai sendo esculpida ao longo de sua vida. A situação 'submissa' da mulher frente à ocupação de espaços de poder pelo homem está presente desde a sua infância quando, muitas vezes, já tem um destino previamente preparado, especialmente por aquelas famílias fortemente marcadas pela cultura patriarcal e oligárquica. Existe uma construção social em torno da mulher que a direciona a ser mais cuidadora, abnegada, a ter uma visão mais ampla de bem-estar.

Não há que se falar em qualquer dado biológico que seja suficiente para diferenciar a capacidade entre meninos e meninas, mas, tão somente, em regras que a educação, a sociedade e a cultura impõem. Dependendo da educação familiar, a mulher desde a infância volta-se para os afazeres domésticos e isso intensifica a força do poder masculino, muitas vezes assentado no patriarcado gerando, conseqüentemente, despreocupação quanto aos outros desejos de vida que não se relacionam com o lar, com a casa.

A "divisão" de atividades incentiva as mulheres a tomarem para si o compromisso do cuidado com os filhos, da educação doméstica, ou seja, de todas as atividades inerentes ao espaço privado. Para Pateman (1993), a família passou por um forte processo de estruturação e transformação para ser vista como é hoje. Antigamente, o contrato de casamento era um contrato de trabalho através do qual tornar-se esposa implicava em tornar-se dona de casa. Logo, ser esposa significava ser alguém que trabalha para o seu marido no lar conjugal.

Por isso, há de se ter o cuidado e de se fazer uma reflexão sobre o papel exercido pela própria família já que ela exerce uma preponderância fundamental de prorrogação da dominação do homem e jugo da mulher, apresentando-se como uma academia que transmite preceitos socioculturais. Sobre a menina e sobre sua formação como mulher, Beauvoir (1960) formula:

Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino (BEAUVOIR, 1960 a, p.22).

Ao acompanhar um pouco da dinâmica da política paraibana, claramente se enxerga o caráter conservador, tradicional e comprometido com determinadas pautas e setores da sociedade. Desse modo, não obstante do que ocorre com uma ínfima parcela de homens que ocupam a prática política (negros, gays, pobres), a presença das mulheres na atividade pública e políti-

ca passa por esse recorte de conformidade com determinadas imposições históricas e culturais que refletem diretamente na questão de gênero. Estar mais próximo ou mais distante do engendramento proporcionado pelos papéis sociais, pode conferir a essas mulheres, maior “facilidade e aptidão” para ocupar e exercer a prática política.

A presença das mulheres no espaço da política parece se tornar menos socialmente custosa, quando estas advêm de setores e grupos mais conservadores da sociedade. Foi possível perceber na fala da senadora uma posição talvez mais confortável quanto ao tratamento dado à mulher na política. Mesmo estando em conformidade com os valores tradicionais e os papéis culturalmente estabelecidos e aceitos, essas mulheres não deixam de ter uma permanência na vida pública e política, atrelada a questionamentos de gênero e outros tipos de discriminação.

O que se entende é que, ainda que essas mulheres representem em algumas de suas proposituras e discursos valores tradicionais quanto ao papel e condição das mulheres, compreende-se que as mulheres são fundamentais no processo de defesa e argumentação das propostas e direitos que se voltem diretamente para elas. Ou seja, o tipo de ação, de projeto, de garantias que será apresentado, conforme o exposto, ao longo dessas reflexões, irá se basear na sua construção enquanto ser social, nos seus valores e ideários.

Ainda que as mulheres se configurem como as mais aptas e adequadas para representarem a população feminina nos espaços de poder, a sua formação social, familiar e religiosa será refletida na sua condução enquanto representante, deixando de fora do debate legislativo e de poder, questões que importam e contemplam outros tipos de mulheres que fogem ao espectro do qual ela faz parte.

Ser oriunda de um grupo de poder, que possui forte e influente capital político, pode implicar, como a própria Daniella Ribeiro afirmou, um meio mais tranquilo de se inserir na política, já que alguns impedimentos sociais como o econômico e o do próprio prestígio podem ser mais facilmente superados; no entanto, a barreira social e cultural que se impõe às mulheres são para todas, e ainda que de maneiras distintas, recai sobre todas elas.

Pode-se questionar diante de toda essa discussão, o porquê da necessidade das mulheres na política, assim como aos homens, é direito das mulheres se fazerem representadas, é direito das mulheres terem suas apreensões e demandas projetadas, discutidas e aprovadas na forma de lei ou de política pública que promovam o bem estar e a emancipação de todas elas, sejam elas aquelas que sofrem violência de gênero, aquelas que reivindicam seu direito à saúde, ao corpo e à escolha da reprodução, ou aquelas que, tão somente, lutam pela construção de mais creches e escolas, pensando na melhoria de sua vida e da sua família.

Referências Bibliográficas

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada**. Velhos e novos cenários da política belo-jardinense. Recife, Comunigraf Editora, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1960 a.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **DADOS**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.40, n°2, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**: Mulher e política na Bahia. Salvador, NEIM/UFBA. Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Conceito de Coronelismo e a imagem do coronel**: De símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande, EDUFPG, 2008.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. NASCIMENTO, Ana Paula Guedes do. PONTES, Carolinade Moura Cordeiro. A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba. **NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v.2, n.2, 2016.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre 2001.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Gênero e política na mídia brasileira**. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/generoepolitanamidia.pdf>. 2006.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**. Para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo, LiberArs, 2016.

PAIVA, Raquel. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro, Mauad X. 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História devida e luta. João Pessoa, Editora Universidade da UFPB. 2010.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo, AGirafa Editora, 2008.

CAPÍTULO VII

Participação feminina nos espaços de poder:
atuação parlamentar e condição de gênero na
Assembleia Legislativa da Paraíba

Introdução

A disputa das mulheres nos espaços de poder vem, ao longo dos anos, despertando o interesse de pesquisadores das mais variadas áreas das Ciências Humanas. O advento da participação de mulheres na política suscita algumas particularidades e questionamentos que merecem e necessitam de problematização e investigação científica. A trajetória enfrentada por mulheres a fim de conquistar o espaço público e deixar a condição de subjugada à esfera privada e do lar, as formas e os meios de inserção por estas utilizadas para adentrarem em tais espaços, as dificuldades, obstáculos e preconceitos, ainda enfrentados para a instituição de posições na atividade política, a relação entre a “condição de gênero” e a prática política, o fato de, apesar dos avanços e conquistas, a presença destas nesses espaços de poder e decisão, ainda representarem números de pouca expressão e a consequente ineficácia da Lei de Cotas, são alguns dos aspectos observados e discutidos no que se refere à participação de mulheres na vida pública e política.

É baseada em alguns desses questionamentos que este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados quanto à presença e participação de mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba, bem como a atuação destas em suas atividades parlamentares.

Interessa observar se nas referidas atuações a questão de gênero e uma pauta dirigida as demandas femininas estão contempladas e quais seriam tais demandas.

Para tanto, o artigo problematiza sobre uma possível relação entre a “condição de gênero” e a atuação das mulheres parlamentares por meio da coleta de diferentes materiais de infor-

mações sobre as ex-deputadas estaduais da Paraíba: Daniella Ribeiro (PP), Camila Toscano (PSDB) e Estelizabeth Bezerra (PSB) em fontes tais como: reportagens publicadas nos *sites* e *blogs* estaduais referentes às suas atuações, o acompanhamento de suas falas, através de contas pessoais em redes sociais, tais como o *Twitter* e o *Facebook* e o levantamento de suas atuações parlamentares, por meio da análise de suas proposituras, requerimentos e projetos de Lei encaminhados à Assembleia.

As mulheres na política: “condição de gênero” e a atuação política na Assembleia Legislativa da Paraíba

A ocupação de mulheres na vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz (PINHEIRO, 2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa. A autora ainda completa afirmando que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica ocorre a naturalização de um fenômeno que é socialmente construído e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada, não significa, porém, que exista uma espécie de “vocação inata”.

Em outro sentido, garantir a participação das mulheres nos espaços de poder é, portanto, garantir a completude da Democracia, pois não pode haver Democracia Representativa quando

a esmagadora maioria dos cargos eletivos são compostos apenas por um dos gêneros, no caso, o masculino.

No campo do gênero, os homens, como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm mais liberdade, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente precisam solicitar autorização à “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade.

Um fato que merece destaque quando se aventa sobre as condições de disputa e de inserção das mulheres em espaços de poder diz respeito às suas trajetórias pessoais e públicas, em outras palavras, como estas construíram a sua imagem privada e pública e a relação entre estas e as vivências e alianças políticas instituídas por meio de atuação sindical e/ou através de “nomes de família”, de prepostos ou de um capital político inexistente, já que a experiência apresentada pode ter se dado exclusivamente no campo do espaço doméstico, ou seja, privado.

Às vezes, diante de um contexto de dificuldades e obstáculos, várias mulheres se inserem no meio político vinculadas a “nomes de família” (marido, filhos, tios, irmãos) e a grupos oligárquicos liderados comumente por homens. A inserção política via esses “nomes” trata-se assim, como colocam Carvalho e Rabay (2010), de um recurso que “resolve todos os impedimentos estruturais, institucionais e individuais, uma vez que libera, convida, inicia e apoia a mulher na vida pública e na política partidária”. (CARVALHO & RABAY, 2010, p. 36). Esta parece ser ainda, a via mais fácil de acesso aos espaços de poder político. Uma trajetória política baseada na experiência e na militância

é algo que nosso sistema político consegue garantir a poucas representantes políticas do sexo feminino.

Assim, as carreiras políticas das mulheres se tornam reconhecidas e se legitimam a partir da exaltação de certos “atributos e valores femininos” como uma exigência de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa.

Dessa forma, essas mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, de detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. Dessa forma, elaboram Miguel e Biroli (2011) que as mulheres utilizam-se do chamado “pensamento maternal” ou “política do desvelo”.

O poder e a prática política transitam por diversos significados, no entanto, estes quando se referem às mulheres parecem estar intrinsecamente associados à sensibilidade, ao cuidado e, sobretudo, à maternidade. Tais características se explicitariam seja pela natureza (fator biológico e a crença de que a mulher nasce mais apta para a doação e preocupação com o outro), seja pela educação (a mulher é culturalmente socializada e literalmente ensinada às práticas do zelo e do cuidar).

Diante esse contexto de representação feminina, tomo como base para análise a presença de mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Os números das três últimas eleições, ratificam a ainda moderada participação de mulheres na política.

A Assembleia Legislativa da Paraíba, que completou 180 anos de história em abril de 2015, mostra como a participação feminina neste âmbito de poder, trata-se de um fato recente na constituição do poder legislativo paraibano. A Casa que é data-

da de 05 de abril de 1835, só teve em 1982, 147 anos após a sua instalação, a primeira representante do sexo feminino, a deputada Vani Leite Braga de Figueiredo, irmã de Wilson Braga, eleito governador do Estado no mesmo ano. Passados 32 anos após a eleição da primeira deputada, apenas 24 mulheres ocuparam as cadeiras da ALPB. Este número foi alcançado na última eleição, em 2014, com os mandatos das agora ex-deputadas, Camila Toscano (PSDB) e Estelizabeth Bezerra (PSB). Na atual legislatura também se encontra a deputada reeleita, Daniella Ribeiro (PP).

No período de 32 anos, que vai do ano de 1982 a 2014, a Assembleia Legislativa da Paraíba teve 24 mulheres ocupando suas cadeiras, sendo elas titulares ou suplentes: Vani Braga, Lúcia Braga, Terezinha Pessoa, Geralda Medeiros, Francisca Motta, Estefânia Maroja, Zarinha Leite, Socorro Marques, Lucinha Monteiro, Edina Wanderley, Giannina Farias, Eurídice Moreira (Dona Dida), Iraê Lucena, Léa Toscano, Daniella Ribeiro, Eva Gouveia, Gilma Germano, Flora Diniz, Nadja Palitot, Olenka Maranhão, Marta Ramalho, Nárriman Xavier, Estela Bezerra e Camila Toscano. (<http://www.al.pb.gov.br/17563/assembleia-180-anos-a-historia-da-participacao-feminina-no-legislativo-paraibano.html>. 02 de abril de 2015. Acesso em 14 de setembro de 2015).

Convém acrescentar que nas três últimas legislaturas, nos anos de 2006, 2010 e 2014, o percentual mínimo de 30% das candidaturas destinadas às mulheres não foi cumprido; cabe então indagar sobre a efetividade da Lei de Cotas. Como apontam os dados, no ano de 2006, para que a cota mínima fosse cumprida, teriam sido necessárias a candidatura de 75 mulheres, um número bastante inferior as 23 candidaturas femininas daquele ano. Na eleição seguinte, no ano de 2010, houve uma maior adesão de candidaturas de mulheres, no entanto, das 76, 08 candidaturas necessárias, apenas 40 foram registradas. Na última eleição, no ano de 2014, o número mínimo exigido aproximou-se bastante das 89 candidaturas, ainda assim, para

atingir o percentual dos 30% teriam sido necessárias 91,8% de candidaturas femininas.

Com base nesses dados é possível fazer algumas considerações: a não exigência do efetivo cumprimento da Lei de Cotas, a não fiscalização por parte do Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo, e a não punição dos Partidos Políticos pelo descumprimento da lei, são fatores que corroboram para a não eficácia da Lei de Cotas. Assim como o tratamento dado pelos partidos as candidaturas femininas, que parecem tratá-las como “elementos de segunda classe” no meio eleitoral, já que não disponibilizam os mesmos recursos financeiros e estruturais que possam efetivamente preparar essas mulheres candidatas com reais possibilidades de disputa e êxito.

Outro fato que deve ser discutido, quando analisados os números das eleições na Paraíba, é a presença constante dos “nomes de família” na constituição das candidaturas e carreiras políticas femininas. Carvalho e Rabay (2010), afirmam que, sobretudo no Nordeste, há uma instrumentalização das “mulheres da família” por parte das oligarquias, visando à perpetuação no poder. Assim a maioria das 24 mulheres eleitas nos últimos 32 anos para a ALPB é oriunda de grupos familiares representados por figuras masculinas de grande prestígio e poder no cenário político. Das três representantes femininas na atual legislatura, duas tem sua constituição enquanto mulher pública e política, na origem familiar. Camila Toscano (PSDB) é filha do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Guarabira (PB), Zenóbio Toscano e de Léa Toscano, também ex-deputada estadual. Daniella Ribeiro (PP) é filha do prefeito e ex-prefeito de Campina Grande (PB), Enivaldo Ribeiro e irmã do atual deputado federal pela Paraíba e ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. As duas deputadas têm como parentes diretos, nomes masculinos expressivos na política partidária paraibana e nacional.

O “apadrinhamento político” e a sucessão familiar na política são práticas comuns à estrutura política local e nacional. No entanto, quando estes englobam mulheres políticas, parecem serem negativados e desprestigiados, colocando tais candidaturas ou legislaturas, possíveis apenas pela instituição dos “nomes de família”. Mais que aos homens, que por vezes vivenciam o mesmo processo, há uma espécie de desqualificação e negação de competência para a ocupação daquele espaço. Ser membro de grupos políticos familiares parece ser uma das vias de acesso mais fáceis para a inserção de mulheres na política. Desse modo, assim como destacam ainda Carvalho e Rabay (2010), este não deve ser encarado como um meio ilegítimo ou de pouco prestígio, mas como um meio facilitador que desconstrói alguns dos elementos estruturais e culturais que dificultam a consolidação de mulheres no espaço da política. A representação feminina construída a partir dos “nomes de família” torna-se ineficaz, se assim como acontece nas famílias, estas mulheres tornarem-se subordinadas às relações patriarcais de poder e dominação e pautar seus mandatos unicamente na manutenção do poder oligárquico e de base familiar.

Um pouco da atuação parlamentar da ‘bancada feminina’ na Assembleia Legislativa

Como já mencionado alhures, atualmente a bancada feminina na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba é composta por três parlamentares: Camila Araújo Toscano de Moraes (PSDB), Daniella Veloso Borges Ribeiro (PP) e Estelizabeth Bezerra de Souza (PSB) – agora no ano de 2022, ex-deputadas estaduais, à exceção de Camila Toscano, que foi reeleita e de Daniella Ribeiro, que é a atual Senadora pela Paraíba – Com o intento de analisar um pouco a atuação parlamentar das deputadas eleitas no pleito de 2014, fiz uma seleção das principais reporta-

gens divulgadas pelos portais *online* e *blogs* locais referentes ao desempenho e ações das deputadas na Assembleia. Também foram consultados perfis nas redes sociais, alimentados pelas próprias deputadas ou por suas equipes de assessoria. As informações coletadas datam do mês de janeiro de 2015, quando as mesmas foram empossadas e nomeadas, até fim de julho do mesmo ano.

Antes de dar início à análise propriamente dita dos dados, necessário se faz apresentar um breve histórico sobre o perfil pessoal e político de cada uma das deputadas citadas:

Camila Araújo Toscano de Moraes nasceu em João Pessoa, na Paraíba, no dia 15 de outubro de 1980, é formada em Direito pelo Unipê (Centro Universitário de João Pessoa). Foi eleita deputada estadual pelo Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) com 32.682 votos (1,63%) e nas Eleições de 2018, foi reeleita com 30.711 votos, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. É filha do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Guarabira (PB), Zenóbio Toscano e da também ex-deputada estadual e ex-prefeita de Guarabira, Léa Toscano. A deputada cumpre seu primeiro mandato. Este é seu primeiro contato com a vida pública. Atualmente é membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia, da Comissão de Constituição e Justiça e presidente da Comissão dos Direitos da Mulher.



Camila Toscano, candidata à reeleição

A outra deputada, Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, em 26 de março de 1972. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É filha do ex-deputado federal pela Paraíba e ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e irmã do atual deputado federal e ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. Iniciou sua trajetória política candidatando-se a vice-prefeita de Campina Grande na chapa de Rômulo Gouveia em 2004, não obtendo êxito. Em 2008 foi eleita vereadora de Campina Grande com 6.838 votos. Já no ano de 2010 elegeu-se para seu primeiro mandato como deputada estadual pela Paraíba, com 29.863 votos. No ano de 2012 afastou-se da Assembleia para disputar o cargo de prefeita em Campina Grande, sem êxito. Foi reeleita deputada estadual em 2014 com 46.938 votos (2,34%) pelo Partido Progressista (PP). No ano de 2018, candidata-se ao Senado Federal e é eleita a primeira mulher senadora pelo Estado da Paraíba, com 831.701 votos, o equivalente a 24,25% dos votos válidos. Com isso, obteve a segunda maior votação do Estado, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.



Daniella Ribeiro candidata ao Senado Fereal

Estelizabel Bezerra de Souza nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 18 de março de 1967. É formada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi coordenadora de Políticas para as Mulheres na prefeitura de João Pessoa, onde ainda ocupou as pastas de Transparência, Orçamento Democrático e Planejamento. Disputou o cargo de prefeita na cidade de João Pessoa em 2012, sem obter êxito. Atuou ainda como secretária estadual de comunicação e Chefe de Gabinete no primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho. Foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual com 34.929 votos (1,74%) e reeleita, em 2018, com 40.761 votos (1,99%) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Foi membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, foi membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, além de ser vice-presidente da Comissão de Direitos da Mulher.



Estela Bezerra, candidata à reeleição

Assim como apontam Miguel e Biroli (2011), as mulheres em decorrência da sua socialização diferenciada e subjugação histórica à esfera do lar, do cuidado maternal e da abnegação em nome do outro, ao entrarem no meio político acabam sendo conduzidas à manutenção de algumas dessas práticas culturalmente apreendidas. Desse modo, é comum encontrar mulheres políticas advogando na área das causas de cunho social, aquelas que têm como foco a assistência e a proteção do outro, este geralmente fragilizado e impossibilitado de atender às suas necessidades. É necessário notar, ainda, que este tipo de “cuidado e proteção” remete aos papéis da mãe e da dona de casa, sempre dispostas a se doar ao outro. Nesse sentido, os autores afirmam que: “há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder.” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.80).

O questionamento feito por esses e outros autores é o de se essa “propensão” à área social seria uma opção, ou justamente uma falta de opção: as mulheres encontrariam nesse nicho o

único meio e temas disponíveis para sua atuação no meio político.

Outro ponto a ser observado em relação à necessidade da participação de mulheres na política seria o de que somente elas seriam capazes de dialogar e propor as demandas exigidas pela parcela feminina da sociedade. Sob esse aspecto, as mulheres teriam interesses especiais e legítimos ligados ao gênero. No entanto, Miguel e Biroli (2006) afirmam, ainda, haver nessa crença um essencialismo subjacente: “parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes ‘posições de sujeito’, cujas pressões são variadas e por vezes, contraditórias.” (MIGUEL & BIROLI, 2006, p. 26).

Mulheres candidatas ou já inseridas na prática política (na forma de um mandato) muitas vezes não são necessariamente comprometidas com a questão feminina ou de uma pauta feminista. Diante desses argumentos, passo a expor algumas das propostas e ações empreendidas por cada uma das representantes femininas na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Sobre a deputada Daniella Ribeiro merece destaque a apresentação de um requerimento junto à Assembleia que propõe a realização de campanhas para beneficiar os portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho e nas atividades do dia-a-dia da sociedade. A líder do Partido Progressista na Assembleia Legislativa ainda propôs ações em torno da união da sociedade na prevenção e combate às drogas com o objetivo de contribuir para que determinadas faixas da população não sejam vítimas “desse mal que penaliza as famílias”. Ela convocou a união de forças “para que todos lutem contra essa mazela que castiga a população. Somos contra a droga e em favor da vida”, afirmou a Deputada, na defesa de seu requerimento.

Um outro Projeto de Lei apresentado por ela, o de número 350, que mereceu destaque dos *mass media* foi o que objetivou instituir o Programa de Acolhida dos Moradores de Rua. O intento é desenvolver campanhas de acolhida aos moradores que vivem nas ruas das cidades da Paraíba e como ação concreta a sua proposta é que sejam construídos centros de abrigos que disponibilizem banho e alimentação, guarda-volumes e segurança a essa população que mora nas ruas. Assim ela se expressou:

Nossa proposta tem por princípio atender, dentro das possibilidades, as necessidades das pessoas em situação de rua, visando resgatar os princípios básicos da dignidade humana, que só são possíveis se a sociedade se unir e chamar para si a responsabilidade da ação. Muitas dessas pessoas sofrem com os problemas das drogas e do alcoolismo. (www.daniellaribeiro.com.br. Acesso em 14/11/ 2015).

Outra Lei de autoria da parlamentar previu a proibição de comercialização, produção e distribuição de armas de brinquedo, a deputada descreveu a importância da lei como um meio capaz de “incentivar, desde cedo, a cultura da paz e da não-violência no Estado da Paraíba;

O objetivo desta lei é promover a educação das crianças, trabalhando para que desfrutem de uma vida sem violência e ensinem aos adultos que o melhor caminho é o caminho da paz; e para serem, eles mesmos, adultos melhores. A lei veio para complementar esse trabalho contínuo de preservação da inocência das nossas crianças e, consequentemente, adultos mais equilibrados, num verdadeiro círculo virtuoso de paz. (www.daniellaribeiro.com.br. Acesso em 14/11/ 2015).

Alguns dos Projetos de Lei propostos por Daniella Ribeiro, portanto, remetem ao cuidado inato ao sujeito feminino. A preocupação com a desestruturação familiar, com o acolhimento dos desabrigados, com os marginalizados pela sociedade e com as crianças, considerados como grupos vulneráveis, reforçam a ideia da “política do desvelo” (MIGUEL, 2001) que naturalizam os papéis de gênero desempenhados pelas mulheres na sociedade.

Como ação prioritária para o ano de 2015, a partir do mês de março de 2015 em comemoração ao dia Internacional da Mulher, 08 de março, a deputada Daniella Ribeiro, em um outro de seus pronunciamentos, afirmou que estava dando início a uma série de ações com vistas a combater a violência contra a mulher, sobretudo, a violência psicológica, assim formulou a parlamentar:

Xingamentos, ameaças verbais e humilhações, sejam elas públicas ou não, são apenas algumas das diversas formas de se coagir uma mulher, muitas vezes colocando-a em constante estado de pânico ou, até mesmo, em surto psicológico. Nosso dever é garantir o mínimo de ajuda para que essas mulheres possam sair dessa prisão imposta em casa. (www.paraibaurgente.com.br. Acesso em 20/08/2015).

Em um de seus perfis nas redes sociais, a bandeira de combate à violência psicológica contra as mulheres é a mais discutida e exposta pela deputada. O incentivo à denúncia e ao diálogo com toda a sociedade sobre o problema social é insistentemente salientado pela parlamentar.

Já em seu primeiro mandato na atividade política como Deputada Estadual, Camila Toscano apresentou um Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de estágios em escolas públicas para estudantes de universidades públicas estaduais com licenciatura plena. A deputada apresentou ainda, projeto de lei que prevê a instalação de bibliotecas nos hospitais públicos da Paraíba; assim explicou a parlamentar:

As pessoas passam muito tempo internadas em hospitais, inclusive crianças. Então, nada mais adequado que criar estes espaços e utilizá-los de forma útil. Nossa intenção é ajudar a incentivar a leitura e proporcionar entretenimento aos pacientes e familiares que precisam passar longos períodos hospitalizados. Os hospitais inseridos nessa Lei deverão, dentro de sua dotação orçamentária, promover campanhas locais com o incentivo de arrecadar doações de seus próprios pacientes e familiares.

(<http://www.maispb.com.br/133665/projeto-garante-bibliotecas-em-hospitais.html>, 27/10/2015. Acesso em 15/10/2015).

Suas mais destacadas proposituras e discussões na Assembleia se direcionam aos direitos da mulher, já que a mesma foi eleita presidente da Comissão da Mulher em abril de 2015. A deputada afirma ser dever da casa acompanhar os assuntos ligados às mulheres em todas as áreas, principalmente, no combate à violência. Ela defende também, maior capacitação da mulher e inclusão no mercado de trabalho e geração de emprego e renda. “Este aspecto é fundamental para a mulher se libertar da violência”, assevera ela.

A mortalidade materna no Estado foi também um dos assuntos discutidos em meados do mês de julho de 2015, em uma

audiência pública, como proposta da deputada Camila Toscano: “Nós, enquanto poder público, não estamos cuidando bem de nossas gestantes e elas estão morrendo, seja por falta de um pré-natal bem feito e adequado...”. Ainda no fim do mês de julho do referido ano, após o recesso parlamentar, a deputada convocou audiência pública para discutir a violência contra as mulheres no Estado:

O assunto é sério e merece a atenção dessa Casa. A Paraíba vem colecionando casos de horror. A barbárie de Queimadas, o crime com as duas mulheres e um bebê do bairro dos Bancários e fatos emblemáticos, ainda sem solução da polícia, como o assassinato na menina Rebeca, são alguns dos exemplos de crimes graves e que deixam assustadas todas nós, mulheres, que vivemos nesse Estado. (www.facebook.com/camila45123, acesso em 04/08/2015).

Ainda no mesmo mês a parlamentar apresentou Projeto de Lei que prevê a reserva de 5% das vagas para as mulheres operárias na construção civil em obras a serem executadas pelo Governo do Estado:

Nosso objetivo é que as mulheres sejam inseridas na construção civil, que ainda é um ambiente predominantemente masculino. O projeto tem a intenção de fazer essa reserva nas obras públicas para garantir maior participação da mulher. Já temos muitas delas se qualificando e trabalhando na área, mas queremos que sejam inseridas nas obras do Estado. (<http://www.plugadosnanoticia.com/2015/07/projeto-de-camila-toscano-preve-reserva.html>. Acesso em 04/08/2015).

Com base nos Projetos de Lei descritos, pode-se atrelar as práticas políticas da deputada Camila Toscano à sua “condição de gênero”. O fato de ser mulher parece garantir à mesma maior credibilidade e competência para tratar dos assuntos referentes à cidadania feminina. Sua “condição de gênero” permite maior aptidão para conduzir às discussões de interesse feminino, a maternidade, a inserção e ampliação de oportunidades no mercado de trabalho e o combate à violência sofrida por diversas mulheres.

É possível inferir que as demandas de Projetos de Lei tanto da deputada Daniella, quanto de Camila caminham para a garantia da família, das mulheres, da proteção e assistência as crianças, aos moradores de rua, etc. Ou seja, não se observa entre elas uma demanda direcionada aos interesses de autonomia das mulheres, de denuncia das práticas de machismo, sexismo e misoginia dirigidos as mulheres, ou seja, demandas históricas defendidas, por exemplo, pelo movimento feminista. Demandas essas que pautam a atividade legislativa da deputada Estelizabeth Bezerra, como será visto a seguir.

Após ser eleita, Estelizabeth Bezerra, também conhecida no Estado e em época de campanha eleitoral como Estela Bezerra, afirmou ter alcançado a vaga na Assembleia Legislativa para contribuir na política com tudo aquilo que sempre defendeu, todos os aspectos concernentes ao público heterogêneo formado pelos “LGBTQIA+”, deficientes, mulheres, negros e jovens. Desse modo, no mês de maio, a deputada criou a Frente Parlamentar de Apoio à Cidadania LGBTQIA+ e Enfrentamento à Homofobia. Sobre isso a deputada afirmou haver ainda no país um incômodo muito grande das pessoas em relação à orientação sexual umas das outras:

Esse sentimento se transforma em ação de violência, supressão de direitos e até de cerceamento da própria vida, e esse tipo de

crime, que é o crime de ódio por orientação sexual, é sequer tipificado no nosso país. (www.portaldolitoralpb.com.br. Acesso em 29/04/2015).

E acrescentou, desafiadoramente aos seus pares do parlamento paraibano:

Vamos marcar a postura política dessa Casa que é de cidadania e de respeito às pessoas independente da cor, do credo ou orientações sexuais. A particularidade que nos enriquece na diversidade não pode ser usada como condenação e como diminuição da nossa humanidade. (www.portaldolitoralpb.com.br. Acesso em 29/04/2015).

É também sua a propositura de criação da Frente Parlamentar Ambientalista, que pretende discutir os níveis de desenvolvimento sustentável (sugestão da ONU – Organização das Nações Unidas) ao invés da mediação dos níveis de desenvolvimento social.

Na data de celebração dos 82 anos de conquista do voto feminino do Brasil (24 de fevereiro de 2015), Estelizabeth Bezerra aproveita a ocasião para ressaltar o fato de que mais da metade da população brasileira é formada por mulheres, sendo assim, imprescindível a presença feminina na construção da democracia. A deputada lembra ainda sobre o acúmulo de funções que as mulheres enfrentam diariamente: “Precisamos aprimorar esse item, é necessário que homens e mulheres tenham atribuições iguais nas esferas pública e privada, com divisões de tarefas de forma mais justa”. (www.politica1.blogspot.com.br. Acesso em 24/02/2015).

Para ela, homens e mulheres têm condições iguais de contribuir para a construção da democracia. “Apesar de 82 anos de uma conquista tão importante, temos apenas três deputadas estaduais, então ainda precisamos avançar muito no espaço político”. (www.politica1.blogspot.com.br. Acesso em 24/02/2015).

Em audiência pública realizada na Assembleia com o apoio da parlamentar Estelizabeth Bezerra, no dia 24 de julho de 2015, debateu-se a questão da mulher negra na Paraíba. A audiência ocorreu em alusão ao Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha. Em seu pronunciamento, esclareceu a parlamentar:

No Brasil, mais de 49 milhões de pessoas da nossa população é composta de mulheres negras, mas que não tem o reconhecimento da sua contribuição na construção da cultura da nossa região. A dificuldade de acesso às políticas públicas e a falta de garantia de direitos é a verdadeira motivação da necessidade de se discutir e modificar essa quantidade de coisas (...) É um segmento significativo que requer políticas públicas. Quando observamos indicadores sociais são essas mulheres quem menos estão na escola, que recebem os piores salários e são acometidas de algumas patologias específicas das condições de vida e de opressão desse segmento. (www.geledes.org.br. Acesso em 24/07/2015).

Em sessão de autoria da deputada Estelizabeth Bezerra, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, 08 de março, foi discutido o papel das políticas públicas na vida das mulheres. Segundo ela os objetivos da sessão foi reunir quem vem historicamente lutando para corrigir esta desigualdade e ao mesmo tempo as forças institucionais que de certa forma tem a responsabili-

de de implementar políticas públicas. Assim denuncia a parlamentar em seu discurso:

O salário da mulher ainda é 30% abaixo do que recebe um homem. Somos mais da metade da população, mas não ocupamos os cargos de ocupação política e econômica nesta mesma proporção. (www.facebook.com/EstelaBezerraOficial. Acesso em 08/03/2015)

Assim as proposições, sessões e Projetos de Lei criados por Estelizabeth Bezerra voltam-se para a defesa de políticas de inclusão e reconhecimento da desigualdade histórica à qual as mulheres, negros e negras, além da comunidade LGBTQIA+ foram e continuam a serem subjugadas. A discussão em torno de uma maior representatividade feminina na política corrobora com as concepções de que as mulheres são as mais indicadas para defenderem os seus próprios interesses como também os interesses de todos. A incidência maior de pautas do gênero referentes tanto a Camila Toscano quanto a Estela Bezerra pode ser explicada também pelo fato de daquela ser presidente e esta vice da Comissão dos Direitos da Mulher, com uma diferença no grau e na ênfase com a qual tais Projetos são apresentados.

Isto é, os Projetos de Lei da Deputada Camila se dirigem a uma pauta que não repensa e/ou critica uma determinada pauta moral vigente na sociedade, como igualmente o seu discurso está em consonância com o imaginário coletivo de uma sociedade marcada por traços conservadores; ao contrário da deputada Estela Bezerra que traz à baila uma denúncia muito contundente sobre a cultura brasileira, fortemente marcada por comportamentos, representações e ações homofóbicas, racistas e misóginas. Seu discurso é de revirar essa “pauta de costumes” e

construir um ambiente no qual, verdadeiramente, a sociedade deixe de lado a homofobia, o racismo e a misoginia.

Ainda no ano de 2015 uma reportagem veiculada pelo portal *ClipPB*, dedicou-se à atuação e número de proposições, especificamente construídas pelas representantes femininas na Assembleia Legislativa:

Nesta, 81 matérias entre Projetos de Lei, Resoluções e Requerimentos foram apontados como de autoria das três deputadas. Separadamente, Daniella Ribeiro, em seu segundo mandato, apresentou, até o momento: 8 Projetos de Lei, 2 Projetos de Resolução, 20 Requerimentos e 3 pedidos de sessão especial, totalizando 33 matérias. Estelizabeth Bezerra apresentou 2 Projetos de Lei Ordinária, 1 Projeto de Resolução, 2 Requerimentos e 2 pedidos de sessão especial, totalizando 17 matérias. Camila Toscano apresentou 2 Pedidos de Informação, 9 Projetos de Lei Ordinária, 19 Requerimentos e 1 pedido de sessão especial, totalizando 31 matérias. (<http://www.clickpb.com.br/>. Acesso em 08/11/2015)

Os dados acima descritos são do Portal Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba (www.al.pb.gov.br). A referida reportagem pode ser remetida a uma espécie de fiscalização da competência específica de mulheres políticas. A necessidade de afirmação constante de eficiência, aptidão e mérito por parte das mulheres que adentram o cenário político é observado empiricamente em diversas situações da prática política.

Enfim, buscar entender a definição de papéis sociais distintos e determinados para homens e para mulheres permite compreender a relação entre condição de gênero e a esfera política.

A delegação do espaço privado, da casa, dos filhos e do marido para as mulheres e do espaço público, o mercado de trabalho e todas as atividades sociais fora do ambiente da casa, para os homens, significou e, em certo sentido, continua a significar, o impedimento de acesso livre, igualitário e legítimo as mulheres no espaço da política.

A sua organização em torno da desnaturalização desses papéis e espaços sociais e da imposição como grupo de cidadãs dignas dos mesmos direitos que os homens, implica no primeiro elemento de constituição de sua liberdade e autonomia, em especial no ambiente da política partidária.

A partir do levantamento de dados e de alguns apontamentos aqui expostos é possível afirmar que a atuação das parlamentares, Camila Toscano, Daniella Ribeiro e Estelizabeth Bezerra está interligada à “condição de gênero” das mesmas. As atividades em plenária e os discursos das deputadas denotam a defesa de pautas específicas para as mulheres, tais como: combate à violência, políticas de inclusão, maiores oportunidades de emprego e melhores salários, maior e melhor assistência à mulher em condição de maternidade e maior participação de mulheres no meio político.

Necessário se faz destacar que temas de reivindicação de uma pauta feminista configura os debates propostos apenas pela deputada Estelizabeth Bezerra, tais como os direitos da comunidade LGBTQIA+, dos negros e negras, além, obviamente, das mulheres; no entanto é preciso avançar em outras pautas, tais como: a descriminalização do aborto, direitos reprodutivos e ao corpo que ainda não foram, até o momento, debatidos ou incorporados aos discursos das parlamentares.

Tal observação leva a crer quão tímida é ainda a participação e os espaços de poder conquistados pelas referidas parlamen-

tares num ambiente ainda marcadamente masculino e muitas vezes, misógino.

Referências

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. In: Estudos Feministas. Ano 9, 2º semestre, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política de interesses, política do desenvolvimento**: representação e singularidade feminina. In: Estudos Feministas, Ano 9, 2º Semestre, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa, EDUFPA, 2010.

Fontes eletrônicas:

<http://g1.globo.com>

<http://brasil.elpais.com>

<http://politica.estadao.com.br>

<http://www.al.pb.gov.br>

CAPÍTULO VIII

***A Sub-representação das mulheres
nos espaços de poder e a Lei de Cotas***

Introdução

A presença de mulheres na vida pública tem, ao longo dos anos, se tornado uma realidade. A ruptura com alguns dos papéis e lugares estabelecidos por uma sociedade mesmo ainda marcada pelas práticas sexistas e patriarcais, como os únicos legítimos e adequados à presença feminina, tem proporcionado o alcance de setores da sociedade que até poucas décadas atrás, eram completamente renegados às mulheres, a exemplo da política.

A disputa das mulheres nos espaços de poder vem, ao longo dos anos, despertando o interesse de pesquisadores das mais variadas áreas das chamadas Ciências Humanas e Sociais. O advento da participação de mulheres na política suscita algumas particularidades e questionamentos que merecem e necessitam de problematização e investigação científica. A trajetória percorrida pelas mulheres a fim de conquistar o espaço público e deixar a condição de subjugada à esfera privada e do lar, as formas e os meios de inserção utilizados para adentrarem em tais espaços, as dificuldades, obstáculos e preconceitos ainda enfrentados para a instituição de posições na atividade política, a relação entre a “condição de gênero” e a prática política, o fato de, apesar dos avanços e conquistas, a presença destas nesses espaços de poder e decisão, ainda representarem números de pouca expressão e a conseqüente ineficácia da Lei de Cotas, são alguns dos aspectos observados, questionados e discutidos no que se refere à participação de mulheres na vida pública e política.

É baseada em alguns desses questionamentos que este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados quanto à presença e participação de mulheres na política partidária.

Para tanto, o artigo centra suas análises na reconstrução do percurso histórico e cultural realizado pelas mulheres no que diz respeito a sua iniciação na vida pública e política, na estruturação do campo político e a importância da Lei de Cotas como um importante mecanismo de justiça social para permitir a inserção, cada vez em maior número, de mulheres nos espaços de poder.

A inserção de mulheres nos espaços de poder e a Lei de Cotas

A discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de poder implica diretamente numa reconstrução histórica, social e cultural da própria política brasileira. Necessário se faz notar que a ascensão destas ao meio político resulta de uma, às vezes árdua e longa trajetória do espaço privado ao espaço público. (COELHO & BAPTISTA, 2009).

Na época do Brasil Império a mulher brasileira era vista sob a ótica da cultura europeia; estava ela ainda inserida em uma estrutura de subordinação e restrita às atividades domésticas. Sob a forte influência do sistema patriarcal, foram poucas as que durante esse período lutaram por seus direitos e emancipação. (BATISTA, 2008)

Um pouco mais tarde, uma mulher chama a atenção e passa a ser considerada como a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta. Ela nasceu em 12 de outubro de 1810 e vive em meio a um contexto rigidamente patriarcal por isso, lutará incansavelmente pelo acesso à capacitação intelectual das mulheres

e de seu direito à educação formal. A autora teve seus escritos conhecidos por reivindicar o direito de envolvimento das mulheres em outros temas e debates políticos. Apesar de ser considerada por vezes conservadora, já que reafirmava muitos dos valores tradicionais consolidados, como por exemplo, a associação das mulheres às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos, Nísia Floresta tinha como objetivo, à sua maneira, subverter a ordem, apontando a “possibilidade de alterar a hierarquia de poder presente nas relações entre os sexos. Segundo a autora, exercendo sua influência sobre os homens, as mulheres podiam não só educá-los, mas também ‘regenerá-los’”. (PRADO & FRANCO, 2003, p. 207).

Com o advento da modernidade, a crescente industrialização e a estruturação da família burguesa, ocorreram mudanças significativas nos papéis de gênero. Tais modificações puderam ser observadas no Brasil a partir do século XIX. Assim, couberam as mulheres a responsabilidade pela educação dos filhos, os cuidados com a casa e até mesmo a transmissão de valores. Esse tipo de estrutura, que designou às mulheres todas as funções de domínio privado, possibilitou aos homens o envolvimento com as esferas políticas e econômicas, próprias do domínio público.

A partir do ano de 1860 a atividade filantrópica passou a ser encarada como um meio para as mulheres das classes mais abastadas afastarem-se das limitações impostas pelo trabalho doméstico. À época, como destacam Coelho e Baptista (2009), iniciam-se as argumentações em torno das ideias abolicionistas, “onde muitas mulheres contribuíram com atividades para esses fins, embora ‘não em posição política’”. (COELHO & BAPTISTA, 2009, p. 85).

A participação destas no movimento restringia-se a angariar fundos, ficando dessa forma, excluídas dos debates políticos

sobre emancipação. É importante ressaltar que, ainda hoje, é comum as mulheres iniciarem suas atividades na vida pública através do envolvimento em projetos e trabalhos de cunho social. Este é um papel frequentemente exercido pela denominada “primeira-dama”, sobretudo, àquela que almeja exercer um cargo público.

A transição do século XIX para o século XX proporcionou diversas discussões que buscavam explorar as variadas concepções de um novo papel feminino na sociedade brasileira. Em 1891 é elaborada a primeira Constituição Republicana Brasileira. A mesma debateu e vetou o sufrágio feminino. “Os que argumentavam contrariamente se referiam, por exemplo, à inferioridade feminina, tida por alguns como ‘natural’”. (COELHO & BAPTISTA, 2009, p. 88). As mulheres eram definidas como a “parte moral da sociedade”, a base da família, na qual o lar, o casamento e a maternidade, estruturavam sua existência social, cabendo aos homens o desenvolvimento de suas possibilidades e ambições na vida pública.

Apesar do veto ao voto feminino na primeira Constituição, como um direito das mulheres, tal ideia não foi mais abandonada, ocasionando o surgimento do movimento sufragista no Brasil. Na Europa, o movimento já vigorava desde o fim do século XIX.

Bertha Lutz, bióloga reconhecida internacionalmente, tendo mais tarde se formado em Direito, se dedicou a tarefa de unir as mulheres em torno de uma “liga” na qual pudessem reivindicar por seus direitos políticos e por sua emancipação frente à dominação do sexo oposto. Assim, em 1922, Bertha organizou a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino” (F.B.P.F), filiada à *International Woman Suffrage Alliance* (COELHO & BAPTISTA, 2009, p. 89), que defendia os direitos políticos das mulheres e o sufrágio feminino. As autoras destacam que Bertha, assim

como outras mulheres integrantes da Federação, pertenciam a uma elite econômica e intelectual, o que as permitia um acesso mais livre as figuras políticas de maior influência e a opinião pública como um todo. Desse modo, por influência da união de várias forças de luta em prol dos direitos femininos e principalmente da F.B.P.F, a Constituição de 1934, instituiu para as mulheres o direito de votar e ser votada, no entanto ainda, com algumas restrições, tais como: idade, escolaridade, poder econômico, se casada, votar com a permissão do cônjuge.

Já por força de um decreto de fevereiro de 1932, promulgado pelo Presidente Getúlio Vargas, a Assembleia Constituinte viu eleger-se a primeira Deputada Federal, a médica Carlota Pereira de Queiroz, pelo Estado de São Paulo.

Nesse percurso de conquistas e emancipação, alguns autores chamam a atenção para uma espécie de desmobilização, após a conquista do sufrágio universal, entre as décadas de 1940 e 1950, período da Segunda Guerra Mundial, que implicou no retorno de mulheres às atividades domésticas e ao trabalho assalariado (dupla jornada de trabalho), devido à convocação de seus companheiros pelo Exército brasileiro.

A presença das mulheres na cena social brasileira é retomada a partir da década de 1960, com a intensificação da ditadura civil militar, principalmente no ano de 1968. Estas se fizeram presentes nos “movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por seus direitos sociais, justiça econômica e democratização”. (SOARES, 1998, p.34). As crises econômicas, a crescente inflação bem como o processo de abertura política, fizeram com que as décadas de 1970 e 1980 mobilizassem as classes médias e a classe operária. Durante a década de 1970 o movimento de mulheres colocou nas ruas brasileiras que lutaram em defesa de seus direitos, necessidades e contra as desigualdades.

Os grupos feministas e movimentos de mulheres dos anos 70 e início dos anos 80, juntamente com as comemorações do Dia Internacional da Mulher, constituíram-se em períodos propícios para a organização de fóruns de mulheres e articulação de protestos públicos contra a discriminação de sexo. Com a reorganização partidária a mulher feminista adentrou os partidos e colocou as questões femininas como centro do debate, item obrigatório nos programas e plataformas eleitorais, fato este garantido pela visibilidade alcançada pela participação nos movimentos.

A década de 80 ficou marcada ainda pelas novas formas de organização e instituição de ações voltadas para o corpo, a saúde, a sexualidade feminina e o combate à violência. Já a década de 90 promoveu a ampliação em torno dos direitos e emancipação feminina, instituindo ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nos sindicatos, partidos políticos e nas candidaturas aos cargos legislativos.

Nesse contexto de conquistas e autonomia feminina, foi estabelecida no ano de 1997, a Lei nº 9.504, que assegura uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para cada um dos sexos, se estendendo para cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias e Câmara Distrital). Em 1995, a Lei nº 9.100 estabelecia uma cota mínima de 20% para mulheres. A Lei de Cotas de 1997 pode ser pensada como uma política de ação afirmativa que reconhece a sub-representação da mulher nos espaços de poder em decorrência da dominação masculina que no Brasil é histórica; portanto, a Lei de Cotas é concebida, também, como uma lei compensatória:

No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento,

são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 169)

Dados recentes, divulgados pela União Inter-Parlamentar (UIP), apontaram que num total de 190 países, o Brasil ocupa apenas a 116ª posição no *ranking* de representação feminina no Legislativo. O estudo considerou as informações fornecidas pelo poder legislativo até primeiro de janeiro de 2014 (legislatura anterior), quando a Câmara era ocupada por 45 deputadas (9%) e o Senado por 10 senadoras (13%). Na atual legislatura, elas passaram a ser 51 deputadas (9,9%) de um total de 513. E das 81 cadeiras do Senado, 12 são ocupadas por representantes femininas (pouco mais de 13%). A média mundial de representação feminina no Legislativo é de 22,1%, dado que evidencia a baixa presença de mulheres no parlamento brasileiro. Nesse sentido, alguns autores têm discutido as razões pelas quais a Lei de Cotas para a representação feminina na política, não tem alcançado os resultados esperados, após mais de 15 anos de sua implantação. Algumas publicações, tais como a de ARAÚJO (2009) apresentam certo consenso e apontam três tipos principais de fatores que poderiam influenciar nas chances e decisões das mulheres se candidatarem, seriam estes de cunho socioeconômico, cultural e político;

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os socioeconômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos

tipos de sistemas de representação (JONES, 2008). (ARAÚJO, 2009, p. 25)

Os autores acima citados suscitam a reflexão de não haver consenso quanto ao peso de cada um desses fatores no que se refere às chances e disposição de mulheres disputarem um cargo no Legislativo, embora haja o reconhecimento de que existe uma espécie de interdependência na composição de cada um dos fatores apresentados.

Outro importante elemento quanto a eficácia da Lei de Cotas, é a deficiência na fiscalização e a inexistência de sanções para punir os partidos que não cumprem os percentuais exigidos pelo dispositivo da Lei. Desse modo, os partidos por vezes burlam a efetividade da Lei empregando o artifício de montarem chapas de chamadas “candidaturas laranja”. Estas são inscritas e lançadas sem o necessário preparo de seu representante ou *marketing* eleitoral, impossibilitando, assim, a esperada vitória eleitoral da pleiteante. Muitas vezes essas “candidaturas laranja” objetivam, na verdade, realizar uma espécie de manobra para o preenchimento mínimo de candidaturas exigidas por sexo.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes às eleições do ano de 2014, apontam que a cada dez deputados eleitos, apenas um é do sexo feminino. Dos 1059 deputados estaduais eleitos no referido ano, apenas 121 são mulheres, 11,4% do total. Apesar da baixa representação feminina nos números gerais das eleições estaduais, todos os Estados elegeram uma representante do sexo feminino para suas assembleias. O Estado com o maior percentual de eleitas foi o Amapá, com 33,3% (08 mulheres, num total de 24 deputados). Mato Grosso e Amazonas foram os Estados com menos eleitas, apenas 4,2% em cada Estado (01mulher entre 23 deputados). Nesse mesmo ano é necessário ressaltar que cinco Estados não elegeram nenhuma mulher como representante para a Câmara dos Deputados,

entre eles está à Paraíba, que teve suas 12 vagas ocupadas apenas por representantes do sexo masculino.

A fim de garantir maior eficácia às prerrogativas dispostas pela Lei de Cotas, a bancada feminina da Câmara dos Deputados, a partir de acordo feito com lideranças partidárias, apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que foi votada no dia 16 de junho de 2015, com um texto base que buscava a destinação de 10% das vagas de cada coligação partidária para mulheres. A proposta inicial tinha como objetivo a destinação de 30% dessas vagas para mulheres, no entanto, após o enfrentamento de muita resistência por parte dos partidos maiores, foi acordado que este percentual ficaria nos 10%. A cota além da Câmara dos Deputados, englobaria também os legislativos estaduais e municipais. A proposta tem como objetivo central, garantir através da Lei, a seguridade da participação feminina nos parlamentos, que hoje encontra-se em torno desse percentual. Promulgar tal lei implica na instituição da presença feminina nos espaços de poder e de decisão, e garante que não haja retrocessos e diminuição dessa representatividade.

A referida votação não atingiu o número de votos suficientes para ser aprovada, seriam necessários 308 votos e a emenda obteve 293. A votação foi marcada por discursos que evidenciam os obstáculos que são impostos as mulheres na forma de machismo, seja ele velado ou explícito. Segundo reportagem publicada pelo *portal online El País*, no dia 17 de junho de 2015, os deputados que se puseram a favor da emenda, utilizaram os seguintes argumentos. “Um deles afirmou que seria a favor da proposta porque o Plenário ficaria mais bonito”. Outro ainda afirmou que a aprovação seria “importante por dar um voto de confiança às mulheres”. Os contrários a proposta a descreveram como “injusta” por não considerar o mérito dos eleitos.

Sobre esta votação, faço uma digressão, para descever um pouco esse que deveria ter sido um dia histórico para o empoderamento das mulheres na disputa por espaços de poder.

“O dia do empoderamento feminino”: lutas e confrontos por espaços de poder

A primeira tentativa de incentivar a participação das mulheres na política foi a cota – percentual mínimo de 30% - imposta aos partidos políticos, no momento de ofertar as candidaturas, através da Lei de Cotas, promulgada no ano de 1997.

Há mais de dez anos de vigência das “cotas de mulheres para os partidos”, observou-se ineficaz a medida, considerando a continuidade da mínima participação feminina nas cadeiras de vereadoras e deputadas federais e estaduais e senadoras no País.

Desde 2007, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional, inicialmente conhecida como “PEC da infidelidade partidária” que pretende regulamentar os mandatos e as trocas de partidos ocorridas durante a legislatura.

Durante o trâmite, tal PEC sofreu emendas, sendo, ainda, apensada a diversas outras PEC’s, recebendo, finalmente, a “alcunha” de “Reforma Política”, em que se passou a rever o sistema de votação proporcional e majoritário vigente no País. Aproveitando o ensejo, a bancada feminina propôs a cota de 10, 12 e 15% de vagas de senadores, deputados e vereadores para as

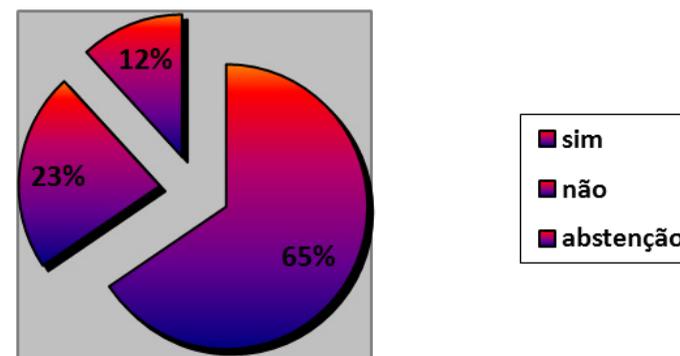
mulheres, respectivamente e progressivamente na primeira, segunda e terceira legislaturas.²¹

No dia 16 de junho de 2015 esta emenda aglutinativa foi votada pela Câmara dos Deputados. Dos 308 votos necessários para a aprovação, 293 votos foram obtidos, sendo, portanto, rejeitada a proposta.

Na sessão estavam presentes 448 parlamentares. O Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – PMDB, invocou o art.17 do Regimento interno que impede o Presidente de proferir voto. Restaram 447 votantes.

Dos 447 votantes, 53 se abstiveram de votar, 293 votaram a favor e 101 foram contrários à reserva de vaga na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara dos Vereadores para as mulheres. Catorze votos a mais seriam suficientes para a aprovação. Em termos gráficos, é possível representar o resultado da votação:

Gráfico 1 – Resultado da eleição por voto

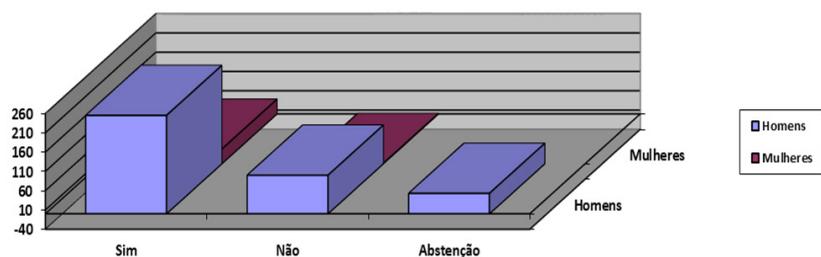


21. Emenda aglutinativa nº57 da PEC 182/2007. Disponível em

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1349292&filename=EMA+57/2015+%3D%3E+PEC+182/2007. Acesso 13 de março 2016.

Das 51 parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados nesta legislatura, estavam presentes à sessão 39 parlamentares, 12 ausentes, portanto. No mínimo curioso, foi observado que a deputada Magda Mofatto (PR-GO) votou contrariamente à proposta. Analisando o voto de homens e mulheres, teríamos o seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Voto Feminino e Voto Masculino



Outra questão curiosa identificada foi o fato de que antes da votação os líderes de partidos se pronunciaram para orientar o voto de seus correligionários. NENHUM partido orientou seus integrantes a votarem “não”. Mesmo assim, foram 101 votos contrários à aprovação da proposta. A orientação foi pelo voto liberado (livre consciência do parlamentar) ou pelo voto “sim” (a favor da proposta), conforme se transcreve abaixo:

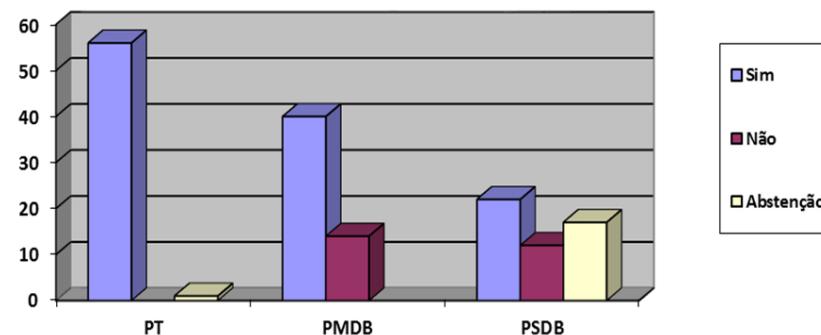
PT, PSD, PR, PDT, PC do B, PPS, PV e PSOL -> SIM
 Minoria, Solidariedade, PROS, PSB, DEM,
 Bloco do PRB, PTN, PMN, PSDC, PRTB, PTC, PSL } LIBERADO
 Bloco do PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN

Alguns partidos apresentaram homogeneidade no voto. O Partido Humanista da Solidariedade, composto por cinco deputados homens, foi o único, de maneira unânime, CONTRÁRIO à proposta.

Assim como o PSL – Partido Social Liberal, PTC – Partido Trabalhista Cristão, PMN – Partido da Mobilização Nacional, PEN – Partido Ecológico Nacional, PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, cada um composto por um parlamentar, PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, composto por quatro parlamentares, PV – Partido Verde – Partido Verde, composto de seis parlamentares, PPS – Partido Popular Socialista, composto por dez parlamentares e PC do B – Partido Comunista do Brasil, composto por 11 parlamentares (presentes), em que TODOS foram FAVORÁVEIS à proposta.

As três maiores bancadas da Câmara dos Deputados, PMDB, com 54 parlamentares, o PSDB, com 51 parlamentares e o PT, com 57 parlamentares presentes, assim votaram:

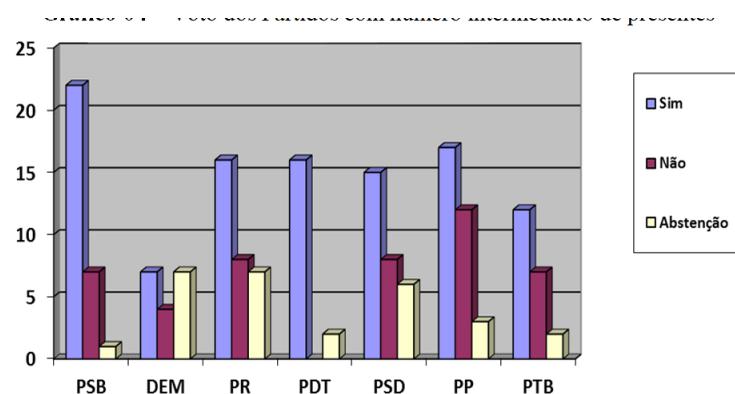
Gráfico 3 – Voto dos Partidos com maior número de presentes



Outros partidos cujos votos mereceram destaque foram o PSB, com 30 parlamentares, PR, com 31 parlamentares, PP, com

32 parlamentares, PSD, com 29 parlamentares, PTB, com 21 parlamentares, PDT e DEM, com 18 parlamentares cada.

Gráfico 04 – Voto dos Partidos com número intermediário de presentes



Numa votação na qual o quórum para aprovação requerido é alto [eram necessários 308 votos], a abstenção do voto por 53 dos 447 presentes, cerca de 12% (doze por cento), portanto, parece indicar uma resistência velada à aprovação das cotas.

Partidos que se identificam como de orientação ideológica de esquerda apresentaram, com pouca divergência, grande número de votos favoráveis. Partidos que se identificam como de orientação ideológica de direita ou centro, apresentaram, com GRANDE DIVERGÊNCIA (houve votos contrários e abstenções), votos favoráveis à proposta. Nesse último caso, em alguns partidos, votos contrários e abstenções superaram o número de votos favoráveis.

No sítio eletrônico da Câmara dos Deputados é possível encontrar toda a discussão da emenda aglutinativa nº57, referente à PEC da reforma política. Discutiram a matéria a deputada Mo-

ema Gramacho (PT-BA), o deputado Glauber Braga do PSB-RJ, a Deputada Alice Portugal (PC do B-BA), Deputado João Rodrigues do PSD-SC, Deputada Carmem Zanotto (PPS-SC) e o Deputado Delegado Edson Moreira.

Segundo Raquel Paiva, o Brasil ocupa o 104º lugar no mundo em representação feminina e na América Latina fica atrás do Haiti e Guatemala. Para Joaquim Barbosa Gomes, ex-Ministro do Superior Tribunal Federal, as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Dos seis discursos a serem analisados – deputada Moema Gramacho (PT-BA), Deputado Glauber Braga (PSB-RJ), Deputada Alice Portugal (PC do B-BA), Deputado João Rodrigues (PSD-SC), Deputada Carmem Zanotto (PPS-SC) e Deputado Delegado Edson Moreira – dois foram contrários à implantação das cotas [Dep. João Rodrigues e Dep. Delegado Edson Moreira] – e quatro favoráveis [Dep. Moema Gramacho, Dep. Glauber Braga, Dep. Alice Portugal e Dep. Carmem Zanotto].

Leia-se, abaixo, enxertos dos discursos dos deputados que votaram favoravelmente:

É importante destacar que hoje apesar de sermos 52% da população, portanto mais da metade da população, e mãe da outra metade, ainda representamos simplesmente 10% dos legislativos em média. Isso é muito desproporcional. (...) Isso porque as mulheres só passaram a ter o direito a voto a partir de 1932 e mesmo assim de lá para cá nunca foram dadas as condições necessárias e as oportunidades para que as mulheres pudes-

sem disputar em igualdade com os homens. (Deputada Moema Gramacho – PT-BA)

Se são 50% ou mais do que isso de mulheres na sociedade brasileira, ter uma representação no primeiro momento de 10%, no segundo momento de 12% e no terceiro momento de 15% é o mínimo o que o parlamento brasileiro pode aprovar. (Deputado Glauber Braga – PSB-RJ)

As mulheres do século XIX tinham que usar pseudônimos para poder assinar peças literárias e obras de arte. As mulheres só viraram cidadãs no Brasil em 1932. Mesmo assim com um voto que era facultativo e era facultado aos senhores pais e esposos dizer em quem se deveria votar (...) Portanto, essa Câmara de Deputados poderá, Senhor Presidente, dar sentido efetivo À reforma política, elevando a participação de 52% do eleitorado brasileiro, de 51% da população brasileira, as mulheres são maioria na Universidade entre educadores, educandos, as mulheres são relevantes no Poder Judiciário, nas Polícias, e em todas as áreas da economia. (Deputada Alice Portugal – PC do B- BA)

Homens e mulheres que são responsáveis pela formação e legislação da nossa sociedade brasileira. Mulheres essas que já são responsáveis pelo sustento no seu município e nos seus domicílios, portanto, Senhor Presidente, nós precisamos sim de cotas e estamos pedindo as cotas (...) Portanto, Senhor Presidente, quero aqui mais uma vez dizer que somos mais de 52% da represen-

tação do eleitorado brasileiro, 45% das mulheres estão no mercado de trabalho e não somos nem 11% que ocupamos o Legislativo, a Câmara dos Vereadores, as Assembleias e o Senado Federal. (Deputada Carmem Zanotto – PPS-SC)

Entre os discursos favoráveis, observa-se, ainda, que as deputadas e o deputado esclareceram que embora as mulheres fossem mais de 50% da população, o sistema de cotas obrigava que, apenas, 10, 12 e 15%, gradativamente na primeira, segunda e terceira legislaturas fossem implantados. Tratava-se, pois, de medida temporária, a vigor durante doze anos e em índices muito abaixo da representatividade feminina na população.

Leia-se, abaixo, os dois discursos contrários:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O art.5 da Constituição diz que todos são iguais em direitos, independente de sexo e de cor. Portanto, Sr. Presidente não há uma injustiça na disputa sadia. Todos disputam o voto, todos trabalham para ser eleito. Não é justo, Senhor Presidente, que se dê uma parcela para que tal sexo, tal segmento tenha cotas para vir a Câmara, Senado ou Câmara vereadores ou Assembleias Legislativas. Não é justo. O certo é a disputa como é feita hoje. A disputa Sadia. Não tem desvantagem para nenhuma. Todo mundo vai a busca, vai a captura com seu trabalho, nas esquinas, nas favelas, no Brasil inteiro, no seu Estado por inteiro. Senhor Presidente, cotas daqui, cotas dali. Daqui a pouco, senhor Presidente, todos se passar, por exemplo, essa emenda, estarão fazendo cirurgias para mudar de sexo. Vai ficar muito fácil vir para a Câmara Federal com as cotas. A disputa tem que ser voto a

voto. Trabalho a trabalho e não uma porcentagem. Se não houvesse disputa, a disputa é igual para todos. Todos são iguais na disputa. Ganha quem for mais votado. Agora, se tiver cota, Senhor Presidente, vai ficar ruim. (Deputado Edson Moreira – PTN-MG)

(...) eu quero colocar minha posição como parlamentar, o porquê que eu não participo, não concordo com isso. Porque cada deputada que aqui está chegou pelo mérito de seu trabalho. Chegou porque trabalhou na sua base. Porque construiu uma história. Eu acho que nosso País está virando um País de cotas. Tudo tem que ter uma cota. Daqui há pouco, fica em segundo plano o serviço prestado, fica em segundo plano o empenho, a dedicação para representar o povo brasileiro. Nós, todos nós sabemos, que nos Estados e Municípios não é vetado a mulher ser candidata. Não é proibido ser candidata. As cotas para poder serem preenchidas e na maioria dos casos tem que se colocar candidata fantoche. Ora, se nós criarmos cotas obrigatórias, nessa casa, amanhã ou depois teremos deputados federais com 15, 10, 3 mil ou com menos votos. Com todo respeito à bancada feminina, vamos fazer justiça com os brasileiros, vamos acabar com essa história de cotas. Criaram cota para tudo. Absolutamente para tudo tem que ter uma cota, se existem cotas, tem que ser para quem se empenha e trabalha. Não é pela cor, não é pelo sexo, não é pela opção (sic) sexual, mas sim pelo empenho e dedicação. Se vamos reservar cotas, amanhã os homens também vão exigir cotas. Teremos que ter uma cota mínima

para que os homens possam estar aqui nessa casa. Logo, logo, teremos os homossexuais com mais uma cota. Então, há cada momento uma cota, outra cota, outra cota, então eu quero aqui fazer um apelo a toda bancada feminina, masculina, independente de sexo, nós parlamentares não estamos aqui, não foi pelo sexo e nem pela opção (sic) sexual. (...) Sou contra. Chega de cota no Brasil. A maior cota que tem que ter é da decência do trabalho e da dedicação. (Deputado João Rodrigues – PSD-SC)

Os discursos, acima descritos, proferidos pelos deputados em plenária, evidenciam a maneira machista, misógina e preconceituosa com a qual a representação feminina na política muitas vezes é tratada. Tal fato é importante também para demonstrar a necessidade e relevância de uma lei que assegure uma participação mínima de mulheres na atividade parlamentar. Através desse mecanismo e com a desconstrução diária dos impedimentos sociais, culturais, econômicos e políticos, será possível garantir uma maior participação feminina na política.

Observa-se, ainda, que nos discursos favoráveis há menção da mulher enquanto esposa e mãe, bem como do processo histórico na qual foi inserida, além do destaque para o fato de que sendo mais de 50% por cento da população não conseguem alcançar 10% de representatividade política.

Nos discursos contrários, exarados por dois deputados homens, a história da mulher e seu papel enquanto mãe/esposa é completamente apagada. De repente, ela se torna um sujeito igual ao homem, com a mesma capacidade de se candidatar e ser eleita. Nenhum dos discursos contrários destacou a desproporcionalidade entre a quantidade de mulheres na população e sua representatividade na política.

As divisões constitutivas da ordem social levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas reduzidas a uma oposição entre o feminino e o masculino. Caberia aos homens, situados do lado exterior, do público, “realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura e a colheita, sem falar no homicídio e na guerra” e às mulheres, situadas do lado baixo e úmido “os trabalhos domésticos privados e escondidos ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais”.

Sob esse raciocínio, a história da humanidade apresenta a mulher numa situação de inferioridade e opressão. No Brasil, conforme visto, só em 1932, a mulher alcançou o direito ao voto. E mesmo assim, votar não significou ser votada, permanecendo as mulheres longe das decisões políticas e da representação no legislativo e executivo.

Conforme visto, em 1997, a Lei das Eleições implementou um sistema de cotas aos Partidos Políticos para que, obrigatoriamente, apresentassem, 3 candidaturas femininas a cada 7 candidaturas masculinas. Tal sistemática ao invés de incentivar a participação feminina criou as candidaturas “laranjas”, oferecidas tão somente para cumprir a legislação, citadas pela Deputada Carmem Zanotto em seu discurso.

A emenda aglutinativa, aqui analisada, pretendia que as cotas reservadas às mulheres passassem das candidaturas a efetivas vagas no legislativo: Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Sob o percentual mínimo e progressivo de 10, 12 e 15%, durante três legislaturas, após exaustiva negociação da bancada feminina com a liderança dos partidos.

Mesmo assim, o que se viu foi que nem todas as mulheres deputadas se fizeram presentes à sessão. Das 51 integrantes,

apenas 39 participaram da votação e ainda assim, uma delas, como já dito, votou contrariamente à emenda proposta.

Durante os debates e pouco antes do início da votação, houve uma longa discussão porque parte da bancada feminina pugnou pela votação de outra emenda aglutinativa nº58, fato que provocou discordância da restante das parlamentares que insistiam que o acordo seria para votar a emenda aglutinativa nº57. A diferença entre uma e outra era o critério de preenchimento das vagas reservadas: na de nº57, a vaga seria preenchida pela proporcionalmente mais votada e na de nº58, seria preenchida pela mulher que obtivesse majoritariamente mais votos.

O racha entre a própria bancada feminina foi uma surpresa para o plenário da Câmara que passou a dedicar grande parte do tempo a decidir qual emenda, então, seria votada, tendo o Presidente, Deputado Eduardo Cunha, mantido a votação da emenda nº57.

O fato é que mesmo com a articulação da bancada feminina, costurando acordos em percentuais mínimos, buscando uma vitória mais simbólica do que propriamente eficaz, o esforço foi em vão. Apesar das poucas vozes expressamente contrárias e da orientação das lideranças partidárias no sentido de se aprovar a matéria ou do parlamentar votar a partir de sua própria consciência, a emenda foi rejeitada.

Aglomeradas no palanque da Câmara dos Deputados, segurando faixas alusivas ao suposto momento histórico, as deputadas brasileiras assistiram atônitas a 101 votos contrários e 53 abstêmios, que garantiram a hegemonia masculina no Poder Legislativo e confirmaram o mundo andocêntrico que ainda habitamos.

A não aprovação da lei supracitada, enfim, é mais uma comprovação da resistência dos espaços de representação política no Brasil, dominados eminentemente pelo gênero masculino,

contra a possibilidade de crescimento da participação feminina nos principais processos decisórios do País.

Dito isso, vale ressaltar, porém que, do ponto de vista sociológico, dificilmente uma lei apenas é capaz de modificar o *habitus* de uma sociedade. Em outras palavras, se as estruturas sociais, como a educação, o Estado, a religião, a família, a cultura, enfim, todo o *ethos* de uma sociedade é construído a partir de um viés machista, por exemplo, isso certamente se refletirá e se sobreporá às mais variadas esferas da vida. Pode-se formular que, desse ponto de vista, trata-se daquilo que Marcel Mauss chamou de fato social total:

Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desemboçam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (MAUSS, 1974, p.41).

Através da perspectiva do machismo enquanto um fato social total, isto é, que penetra as múltiplas esferas da vida (familiar, institucional, jurídica, cultural, econômica, religiosa, etc.), não haveria de ser diferente no campo da política, justamente aquele em que talvez a noção de poder se apresente de maneira mais explícita.

Logo, é possível inferir que as mulheres não alcançam as condições exigidas para se obter sucesso nos pleitos políticos devido aos obstáculos que a sociedade dominada pela figura do

“masculino” impõe, verdadeiras “paredes sociais”, construídas cultural e historicamente.

Após a reprovação da PEC na Câmara dos Deputados, o plenário do Senado, aprovou no dia 25 de agosto de 2015, em primeiro turno, o texto que estabelece cotas para as mulheres nas eleições para as vagas para deputado federal, estadual e vereador. Por se tratar de uma alteração na Constituição, a proposta precisa ser votada em segundo turno no Senado e depois, seguir para análise da Câmara dos Deputados, onde também precisa ser votada em dois turnos para então ser promulgada. A proposta prevê percentual mínimo de representação de cada gênero na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. O texto estabelece regras para as três legislaturas seguintes àquela a qual a PEC for promulgada. Desse modo, na primeira legislatura a cota englobaria 10% das vagas, na segunda 12% e na terceira 16%.

Convém acrescentar que não basta apenas a garantia dos percentuais mínimos para ingresso na prática política, a destinação efetiva de parte do fundo partidário para o incentivo e capacitação de mulheres, bem como o investimento em suas campanhas, são pontos que também precisam ser levados em consideração. Permitir que mulheres tenham maior participação nos programas partidários de rádio e televisão se faz necessário para que estas se tornem conhecidas dos eleitores e que, principalmente, estimulem outras mulheres a participarem e entenderem que o espaço da política também a pertence.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 2, Brasília, 2009.

BARBOSA, Cláudia de Faria. Presença feminina na política: cidadania e os espaços “público e privado”. In: **GT Política e Feminismo**. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf. 2008.

BATISTA, Camila Lima. Análise histórica sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil. In: **GT Política e Feminismo**. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 10ª edição. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil**: Uma trajetória do espaço privado ao público. *Psicologia Política*. V. 9, nº 17, 2009.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro, Renovar. 2001.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre, 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva (1974). Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. V. II. São Paulo. Edusp, 1974.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º Semestre, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

_____. **Gênero e política na mídia brasileira**. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/generoepoliticnamidia.pdf>. 2006

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº 37, p. 7-32, 1999.

PAIVA, Raquel. **Política**: Palavra Feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PRADO, Maria Lígia. FRANCO, Stella Scatena. A participação feminina no debate político brasileiro. In: PINSKY, Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa, Editora Universidade da UFPB, 2010.

ROSALDO, Michelli. O uso e abuso da antropologia: Reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos - Gênero**. Porto Alegre. Ano 1, nº 1, 1995.

SANTOS, Ivanir dos & MEDEIROS, Carlos Alberto. **“Privilégios ameaçados”**. O Globo, Rio de Janeiro, 21 dezembro. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismobrasil.pdf>. 1998.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

<http://g1.globo.com>

<http://brasil.elpais.com>

<http://politica.estadao.com.br>

<http://www.al.pb.gov.br>

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1349292&filename=EMA+57/2015+%3D%3E+PEC+182/2007

SOBRE O LIVRO

| | |
|------------------------|-----------------------|
| PROJETO GRÁFICO E CAPA | Arão de Azevêdo Souza |
| TIPOLOGIAS UTILIZADAS | Bitter Light 11 pt |

As mulheres continuam a ter grande dificuldade na disputa por espaços de poder. Ousaria até afirmar que na atual conjuntura de acesso ao poder de grupos conservadores, de extrema direita e da participação de grupos religiosos fundamentalistas no poder legislativo, essa dificuldade ganha relevo e se intensifica. Daí se justifica a atualidade dos artigos que compõem este livro, pois cada um deles, busca destacar a capacidade política, a coragem e a força de várias mulheres que "ousaram" fazer diferente, tentar disputar de igual para igual e ocupar um espaço de poder no legislativo brasileiro. Diria, que este livro é uma homenagem que faço a essas mulheres; em suas entrevistas reconheci por meio de suas falas a postura de coragem, enfrentamento e empoderamento do feminino. Conheci mulheres fortes, conscientes de seu lugar social e de como poderiam contribuir na construção de uma sociedade cada vez mais igualitária, justa e democrática.